



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÉTODOS E GESTÃO EM AVALIAÇÃO

Juciane Rodrigues de abreu

**META-AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA
CATARINA**

Florianópolis
2025

Juciane Rodrigues de Abreu

**META-AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA
CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Métodos e Gestão em avaliação.

Orientadora: Prof.^a Andrea Cristina Konrath, Dr.^a
Coorientadora: Prof.^a Andreia Zanella, Dr.^a

Florianópolis

2025

ABREU, JUCIANE RODRIGUES DE

META-AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA / JUCIANE RODRIGUES DE ABREU ; orientadora, ANDREA CRISTINA KONRATH, coorientador, ANDREIA ZANELLA, 2025.

131 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Métodos e Gestão em Avaliação. 2. AUTOAVALIAÇÃO. 3. QUALIDADE. 4. META-AVALIAÇÃO. 5. ENSINO SUPERIOR. I. KONRATH, ANDREA CRISTINA. II. ZANELLA, ANDREIA. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação. IV. Título.

Juciane Rodrigues de Abreu

Meta-Avaliação do Processo de Avaliação das Ações dos Cursos dos Graduação da
Universidade do Estado de Santa Catarina

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 09 de dezembro de
2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Andrea Cristina Konrath, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

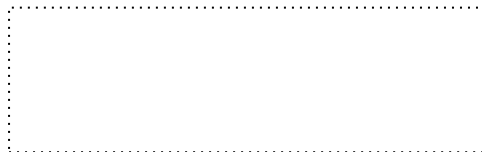
Prof. Marcelo Menezes Reis, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestre em Métodos e Gestão em Avaliação.



Prof. Marcelo Menezes Reis, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.^a Andrea Cristina Konrath, Dr.^a
Orientadora

Florianópolis, 2025

Dedico este trabalho à minha avó, Guilhermina, que repousa no Senhor. Sempre minha grande incentivadora, ela valorizava e celebrava cada uma de minhas conquistas acadêmicas. Sua força, determinação e amor incondicional continuam sendo fonte de inspiração para mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha profunda gratidão. Sua bondade e fidelidade me sustentaram a cada passo desta caminhada. Seu amor e cuidado, sempre presentes em minha vida, foram fonte de força para superar os desafios e atingir meus objetivos.

À minha família, meu porto seguro, meu refúgio de amor e amparo irrestrito. Agradeço o apoio constante e incentivo nos momentos mais difíceis. Obrigado por compreenderem minhas ausências e por renunciarem a momentos preciosos para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa.

À minha pequena Victória, cuja presença sempre foi a personificação do amor. Nos momentos de cansaço e desânimo, seu sorriso e carinho foram o combustível que me impulsionou. Suas frequentes visitas, batendo à porta em busca de atenção, transformaram-se em preciosos momentos de ternura. Suas tentativas de me ajudar na pesquisa, mesmo que apenas para passar um tempo comigo, trouxeram alegria e leveza a esta jornada. A tia te ama infinitamente!

À minha orientadora, Profa. Dra. Andrea Cristina Konrath, e à minha co-orientadora, Profa. Dra. Andreia Zanella, expresse minha profunda gratidão pela dedicação, paciência e generosidade ao compartilharem seus conhecimentos. Suas valiosas contribuições me mostraram novas perspectivas e enriqueceram substancialmente esta pesquisa.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Marcelo Menezes dos Reis e Profa. Dra. Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco, agradeço a disponibilidade e as relevantes contribuições a este estudo. À Professora Soeli, em particular, agradeço pela amizade e pelo apoio incondicional ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional na Udesc.

Aos participantes da pesquisa, diretores de ensino de graduação e presidentes de comissões de avaliação da Udesc, meu agradecimento pela disponibilidade, por dedicarem seu tempo e compartilharem suas perspectivas, tornando esta pesquisa mais completa e relevante.

À Profa. Dra. Gesilani Julia da Silva Honório, minha coordenadora na UDESC, por sua mentoria e todo o apoio neste importante momento em minha trajetória. Sua leitura criteriosa e sugestões contribuíram para o aprimoramento desta dissertação.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Métodos e Gestão da Educação, minha gratidão pelo aprendizado e momentos compartilhados, que enriqueceram minha experiência no mestrado.

Por fim, meu reconhecimento e gratidão a todos os que direta ou indiretamente, colaboraram com a realização desta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina e visa analisar a qualidade do processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação (AAC) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), utilizando como referência os padrões de qualidade definidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (JCSEE). A pesquisa se caracteriza como aplicada, de abordagem mista (quali-quantitativa) e com viés descritivo e explicativo. Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a aplicação de questionário. Para a realização da pesquisa, um instrumento meta-avaliativo proposto por Zimmermann (2021) foi adaptado para contemplar os padrões do JCSEE e as especificidades da Udesc. A versão preliminar passou por validação de conteúdo realizada por cinco especialistas, os itens cuja concordância entre os especialistas foi inferior a 80% foram revisados. O instrumento final, com 33 itens, foi utilizado para elaborar três questionários específicos, direcionados à presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA), aos presidentes das Comissões Setoriais de Avaliação (CSA) e aos Diretores de Ensino de Graduação (DEG). A pesquisa identificou como pontos fortes a estruturação da avaliação, a clareza na comunicação dos resultados, o uso de sistema de gerenciamento de informações e a busca por conclusões justificadas. As áreas que necessitam de atenção incluem o fortalecimento da participação na autoavaliação, a otimização do sistema de gerenciamento de informações, a tempestividade na entrega de relatórios e a revisão dos instrumentos. As ações para sanar essas fragilidades contribuirão para consolidar a autoavaliação como um processo ainda mais útil, capaz de gerar resultados importantes para a instituição. Com isso, espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para o aprimoramento do Projeto de Avaliação Institucional (PAI) e demais ações de condução do processo de autoavaliação da Udesc. O estudo fomentou reflexões críticas sobre a qualidade do processo de autoavaliação e apresentou contribuições para a disseminação da prática meta-avaliativa no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Autoavaliação; Qualidade; Meta-Avaliação; Ensino Superior

ABSTRACT

The research is linked to the Graduate Program in Methods and Management in Evaluation of the Federal University of Santa Catarina and aims to analyze the quality of the Assessment of Undergraduate Course Actions (AAC) process at the State University of Santa Catarina (Udesc), using as a reference the quality standards defined by the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (JCSEE). The research is characterized as applied, with a mixed approach (qualitative-quantitative) and a descriptive and explanatory bias. The technical procedures used were bibliographic research, documentary research, and the application of a questionnaire. For the research, a meta-evaluation instrument proposed by Zimmermann (2021) was adapted to include the JCSEE standards and the specificities of Udesc. The preliminary version underwent content validation by five specialists, and the items for which agreement among the specialists was less than 80% were revised. The final instrument, with 33 items, was used to develop three specific questionnaires, directed to the president of the Própria de Avaliação Commission (CPA), the presidents of the Setorial de Avaliação Commissions (CSA), and the Directors of Undergraduate Education (DEG). The research identified as strengths the structuring of the evaluation, the clarity in the communication of results, the use of an information management system, and the search for justified conclusions. Areas that need attention include strengthening participation in self-assessment, optimizing the information management system, timeliness in delivering reports, and reviewing the instruments. The actions to address these weaknesses will contribute to consolidating self-assessment as an even more useful process, capable of generating important results for the institution. With this, it is expected that the research results will contribute to the improvement of the Institutional Evaluation Project (PAI) and other actions to conduct the self-assessment process at Udesc. The study fostered critical reflections on the quality of the self-assessment process and presented contributions to the dissemination of meta-evaluation practice in the Brazilian context.

Keywords: Self-assessment; Quality; Meta-evaluation; Higher Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Etapas da pesquisa.....	43
Figura 2- Percepção das CSAs e CPA quanto às ações formativas	57
Figura 3- Percepção das CSAs e CPA quanto à autonomia das comissões de avaliação	58
Figura 4- Percepção das CSAs e CPA quanto à periodicidade de reuniões	59
Figura 5- Percepção das CSAs e CPA quanto à previsão orçamentária	63
Figura 6- Fluxo da Avaliação das Ações de Cursos na Udesc.....	64
Figura 7- Fluxo da Revisão dos Instrumentos da Avaliação das Ações	65
Figura 8-Percepção dos Diretores de Ensino, CSAs e CPA quanto à revisão de instrumentos de avaliação.....	66
Figura 9- Percepção dos Diretores de Ensino, CSAs e CPA quanto às ações de sensibilização.....	67
Figura 10- Percepção dos Diretores de Ensino e CSAs quanto à relevância da autoavaliação	70
Figura 11- Fluxo da Avaliação das Ações de Cursos nos Centros de Ensino.....	75
Figura 12-Percepção da CPA e CSAs sobre ética e direitos humanos.....	76
Figura 13- Percepção dos Diretores de Ensino e CSAs quanto à tempestividade das discussões dos resultados	78
Figura 14-Percepção dos Diretores de Ensino e CSAs quanto às estratégias para as discussões dos resultados a autoavaliação	80
Figura 15- Percepção dos Diretores de Ensino e CSAs quanto às estratégias para as discussões dos resultados a autoavaliação	81
Figura 16-Percepção das CSAs quanto às estratégias para as divulgações dos resultados a autoavaliação.....	83
Figura 17-Percepção das CSAs e CPA quanto ao suporte para compreensão dos resultados.....	85
Figura 18-Percepção dos CSAs quanto ao suporte para compreensão dos resultados	87
Figura 19-Percepção das Comissões Setoriais quanto ao suporte para compreensão dos resultados	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorias/Atributos e Padrões do <i>JCSEE</i>	32
Quadro 2- Instrumento Meta-avaliativo do Processo de Autoavaliação de Cursos de Graduação da Udesc	51
Quadro 3- Padrões de Utilidade	91
Quadro 4- Padrões de Viabilidade	94
Quadro 5- Padrões de Propriedade	97
Quadro 6- Padrões de Acurácia ou Precisão	100
Quadro 7- Padrões de Responsabilização	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de cursos por Centro de Ensino	38
Tabela 2 - Caracterização do público-alvo da pesquisa	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC - Avaliação das Ações de Cursos de Graduação
ACE - Avaliação das Condições de Ensino
ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação
ACO - Avaliação das Condições de Oferta
ANDES - Associação Nacional dos Docentes
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes em Instituições Federais de Ensino Superior
APNP - Atividades Pedagógicas Não Presenciais
AVALIES - Avaliação das Instituições de Ensino Superior
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CAV - Centro de Ciências Agroveterinárias
CEAD - Centro de Educação à Distância
CEART - Centro de Artes
CEAVI - Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí
CEFID - Centro de Ciências da Saúde e do Esporte
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CEPLAN - Centro de Educação do Planalto Norte
CERES - Centro de Educação Superior da Região Sul
CESFI - Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí
CESMO - Centro de Educação Superior do Meio Oeste do Estado
CIPP Model - Context, Input, Process and Product Model
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRES - Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior
COAI - Coordenadoria de Avaliação Institucional
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSUNI - Conselho Universitário
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSA - Comissão Setorial de Avaliação
CSAs - Comissões Setoriais de Avaliação
CCT - Centro de Ciências Tecnológicas
DALAC - Diretrizes de Avaliação para a América Latina e Caribe

DEG - Diretor de Ensino de Graduação
DEGs - Diretores de Ensino de Graduação
DO - Disciplinas Optativas
DPAB - Diretrizes para a Prática de Avaliação no Brasil
EaD - Educação a Distância
ENADE - Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes
ENC - Exame Nacional de Cursos
ESAG - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas
FAED - Centro de Ciências Humanas e da Educação
GERES - Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
ID UDESC - Identidade Digital da Udesc
IES - Instituições de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JCSEE - *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
NAE - Núcleo de Acessibilidade Educacional
NDE - Núcleo Docente Estruturante
NDEs - Núcleos Docentes Estruturantes
OASISbr - Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto
PAI - Projeto de Avaliação Institucional
PAIUB - Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PPCs - Projeto Pedagógico dos Cursos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PTI - Plano de Trabalho Individual
RAI - Relatório de Autoavaliação Institucional
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SINAES - Sistema de Avaliação da Educação Superior
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UEG - Universidade Estadual de Goiás
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UGF - Universidade Gama Filho

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
1.2	OBJETIVOS.....	19
1.2.1	Objetivo geral.....	19
1.2.2	Objetivos específicos.....	19
1.3	JUSTIFICATIVA.....	19
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1	POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	22
2.2	AUTOAVALIAÇÃO.....	27
2.3	META-AVALIAÇÃO.....	28
2.4	PADRÕES <i>JCSEE</i>	31
2.5	ESTUDOS E APLICAÇÕES DA META-AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	34
3	PERFIL INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	38
3.1	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UDESC.....	39
4	METODOLOGIA.....	42
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	42
4.2	LOCAL DA PESQUISA.....	44
4.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA e CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO ESTUDO.....	44
4.4	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	45
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO.....	46
5.1	CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	46

5.2 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO META-AVALIATIVO	55
6 DO COTEJO COM OS PADRÕES DE QUALIDADE DO JCSEE	90
6.1 PADRÕES DE UTILIDADE.....	91
6.2 PADRÕES DE VIABILIDADE	94
6.3 PADRÕES DE PROPRIEDADE	97
6.4 PADRÕES DE ACURÁCIA OU PRECISÃO	100
6.5 PADRÕES DE RESPONSABILIZAÇÃO	103
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
7.1 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	105
7.2 CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO	106
7.3 SUGESTÕES DE TRABALHOS FUTUROS.....	107
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES	115
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO CPA.....	115
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO CSA.....	117
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DIRETOR(A) DE ENSINO.....	120
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
ANEXOS	126
ANEXO – INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO PARA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE IES – ZIMMERMANN (2021).....	126

1 INTRODUÇÃO

A qualidade na educação se tornou temática frequente na agenda educacional, ganhando destaque nas discussões sobre gestão universitária. A necessidade de implementação de uma política pública nacional de avaliação para o ensino superior, com vistas à qualidade acadêmica e científica, ganhou força a partir da indicação apontada na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2022), assim como, posteriormente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996).

A expansão expressiva do sistema de educação superior brasileiro, especialmente do setor privado, gerou uma preocupação crescente em garantir a qualidade e a regulação dos cursos, diante do aumento da oferta de vagas.

Neste contexto, as primeiras experiências de avaliação institucional, ocorreram com o desenvolvimento do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) e a criação do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES). Na década de 90, foi implementado o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), além de outros processos avaliadores executados pelo Ministério da Educação (MEC), tais como o processo de Avaliação das Condições de Oferta – ACO, posteriormente chamado de Avaliação das Condições de Ensino – ACE e o Exame Nacional de Cursos -ENC, o Provão.

Todas estas experiências, forneceram subsídios para o desenvolvimento e a implementação do atual Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído por meio da Lei nº.10.861, de 14/04/2004 (Brasil, 2004a).

O SINAES é composto por três componentes: Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), Avaliação das Instituições de Ensino Superior (AVALIES) e Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE).

A AVALIES se desenvolve por meio de dois processos distintos: avaliação externa conduzida por comissões constituídas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e a autoavaliação coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA de cada Instituições de Ensino Superior – IES (Brasil, 2004c).

Nosso interesse recai sobre a autoavaliação, que pode ser definida como um processo contínuo, caracterizando-se como um importante instrumento para o autoconhecimento institucional, reflexão e tomada de decisão. As informações coletadas pelos instrumentos de avaliação, permitirão a IES identificar suas potencialidades e fragilidades, e assim estabelecer estratégias para melhoria permanente da qualidade e relevância das atividades realizadas (Scaglione, 2011, p. 8).

Conforme Dias Sobrinho (2000), o processo avaliativo não é uma fotografia pontual, mas assume um caráter intencional, formativo, voltado para a transformação e ampliação da qualidade institucional. Nesse contexto, a CPA tem o importante papel de promover reflexões entre todos os segmentos da comunidade acadêmica, sobre o compromisso institucional, responsabilidades sociais, formação acadêmica e gestão, a fim de subsidiar os processos de planejamento e o aperfeiçoamento da qualidade das instituições.

Com objetivo de assegurar a qualidade das avaliações internas desenvolvidas pelas CPAs, recomenda-se que os processos de autoavaliação sejam avaliados frequentemente pelas próprias IES, retroalimentando assim, o processo avaliativo. A avaliação do processo de avaliação deve constar no Relatório de Autoavaliação Institucional, de forma que a “cada novo ciclo avaliativo deve levar em conta os acertos e eventuais equívocos do processo anterior.” (INEP, 2004b, p.110).

A autoavaliação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) é considerada uma ferramenta de gestão universitária, seja em nível de Reitoria, de Centro ou de Cursos, que contribui para a definição de políticas, planejamento e desenvolvimento da Instituição, assim como para a prestação de contas à sociedade de forma ética e transparente (Udesc, 2017). Desta forma, é extremamente relevante avaliar o próprio processo avaliativo da Instituição, ou seja, a realização de uma meta-avaliação.

O conceito de meta-avaliação surgiu quando Scriven em 1969, cunhou o termo em um relatório onde se referiu a sua avaliação de um plano para avaliar produtos educacionais. Scriven definiu meta-avaliação como “qualquer avaliação de uma avaliação, sistema de avaliação ou dispositivo de avaliação” (Stufflebeam, p. 185, 2001).

A década de 1960 marcou o início das discussões sobre procedimentos e critérios formais para orientar a meta-avaliação. Segundo Fitzpatrick (2011), listas de verificação de padrões de avaliação, não publicadas, eram compartilhadas informalmente entre os avaliadores. Simultaneamente, diversos especialistas, como Scriven (1974), Stake (1969), Stufflebeam *et al.* (1971) e Stufflebean (1974), propuseram diretrizes e critérios para a avaliação de projetos e relatórios de avaliação.

Embora não houvesse consenso sobre qual conjunto de critérios de meta-avaliação seria o mais adequado, havia um entendimento comum de que um padrão amplamente aceito resultaria em meta-avaliações mais frequentes bem como de melhor qualidade (Fitzpatrick, 2011).

Scriven (2009), argumenta que qualquer abordagem sistemática de avaliação, com padrões e critérios que possam orientar o meta-avaliador em seu julgamento, propicia automaticamente uma base sistemática para a meta-avaliação.

Em 1975, Stufflebeam presidiu o *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation- JCSEE*, composto por 18 especialistas, que tinha por objetivo chegar a um consenso sobre critérios de avaliação, o trabalho culminou na publicação do primeiro conjunto de padrões de avaliação projetados especificamente para as avaliações de programas, projetos e materiais educacionais (Yarbrough, 2011). Desde então, estes padrões são periodicamente revisados, tendo publicado a sua 3ª edição em 2011.

Os padrões do *JCSEE* foram adotados como referência oficial nos Estados Unidos e no Canadá. Contudo, devido à sua relevância, passaram a ser reconhecidos internacionalmente, consolidando-se como uma referência global em avaliação educacional e influenciando as práticas avaliativas em diversas partes do mundo.

A escolha dos padrões do *JCSEE* para meta-avaliar o processo de autoavaliação de cursos de graduação da Udesc se justifica por sua relevância internacional, abrangência, detalhamento e potencial para promover a melhoria contínua na avaliação. A sua aplicação no processo avaliativo da Udesc alinha a instituição com as melhores práticas globais em avaliação, fortalecendo a credibilidade e o reconhecimento de seus processos avaliativos, demonstrando o compromisso da instituição com a excelência e a qualidade.

Neste sentido, propõe-se a realização de um estudo meta-avaliativo do processo de autoavaliação da UDESC, a fim de verificar a qualidade deste processo, tendo por base os padrões propostos pelo *JCSEE*.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Como se apresenta a Avaliação das Ações de Cursos de Graduação (AAC) da Udesc em relação a qualidade do processo avaliativo?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a qualidade do processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação (AAC) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), utilizando como referência os padrões de qualidade definidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (JCSEE)*

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever a trajetória da avaliação do ensino superior brasileiro situando a avaliação da Udesc neste contexto;
- Compreender o processo de autoavaliação da Udesc;
- Identificar instrumentos de avaliação que utilizam os padrões do *JCSEE* como referência e que possam ser adaptados para avaliar o processo de autoavaliação institucional da UDESC;
- Propor um instrumento com critérios que possam medir a qualidade dos processos de AAC;
- Validar o conteúdo do instrumento proposto;
- Aplicar o instrumento de meta-avaliação;
- Analisar os dados à luz dos padrões de qualidade estabelecidos pelo Comitê Conjunto de Padrões para Avaliação Educacional (*JCSEE*);

1.3 JUSTIFICATIVA

A meta-avaliação é parte integrante do SINAES e essencial para que a IES possa refletir sobre seu processo de autoavaliação (instrumentos, métodos, objetivos,

stakeholders e resultados). Considerando que as comissões de avaliação atuam há mais de uma década frente aos processos de autoavaliação da Udesc, acredita-se que o processo avaliativo já está sistematizado e consolidado na Universidade, sendo pertinente o desenvolvimento de uma meta-avaliação.

Além disso, apesar de diversas ações reflexivas sobre a avaliação interna terem sido implementadas ao longo dos anos, nenhum estudo (apoiado em padrões e critérios de reconhecida credibilidade) foi desenvolvido para avaliar o processo de autoavaliação de cursos da Udesc. Assim, esta pesquisa é uma oportunidade de conduzir um processo mais abrangente, de forma sistematizada e com critérios que possam constatar a qualidade da autoavaliação da Udesc e identificar pontos que precisam ser aprimorados.

A expectativa é que os resultados desta pesquisa sejam relevantes e possam indicar oportunidades de melhoria do Projeto de Avaliação Institucional (PAI) da Udesc, bem como propiciar reflexões sobre o valor e mérito do processo autoavaliativo.

o âmbito da produção de conhecimento, observa-se que a produção nacional sobre meta-avaliação é ainda bastante limitada, ao contrário da literatura internacional. Assim, embora a temática seja relevante, há carência de estudos que abordem a avaliação de processos avaliadores de forma mais ampla, sistematizada e à luz de critérios pré-definidos. Portanto, pressupõe-se que a presente pesquisa tem a possibilidade de contribuir com a produção de conhecimento relativo à temática, da mesma forma que pode favorecer disseminação da prática meta-avaliativa como ferramenta em busca da qualidade dos processos de avaliação institucional.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Nesta seção, a estrutura do trabalho será descrita em detalhes, fornecendo uma visão abrangente da organização da dissertação. O trabalho está estruturado em sete capítulos, cada um com um propósito específico.

O **primeiro capítulo** apresenta os aspectos introdutórios da pesquisa, incluindo a motivação, a problematização, a justificativa, os objetivos (geral e específicos) e a organização do trabalho. O **segundo capítulo** explora o referencial teórico da pesquisa, traçando um panorama das políticas de avaliação da educação superior no Brasil e contextualizando o processo de avaliação institucional interna

(autoavaliação) no âmbito do SINAES. Em seguida, são abordados os conceitos e as abordagens de meta-avaliação, com destaque para os atributos e padrões de qualidade da avaliação definidos pelo *JCSEE*. No **terceiro capítulo** detalha o processo de avaliação institucional da UDESC. O **quarto capítulo** descreve os procedimentos metodológicos utilizados, incluindo o contexto, a amostra e os instrumentos de coleta de dados. O **quinto capítulo** apresenta e analisa os dados coletados na pesquisa. No **sexto capítulo**, os resultados são discutidos e comparados com os padrões de qualidade de avaliação do *JCSEE*, permitindo uma reflexão aprofundada sobre os dados coletados. Por fim, o **sétimo e último capítulo** contém as considerações finais do estudo, onde são destacadas as principais conclusões, contribuições e possíveis recomendações para futuras pesquisas. Adicionalmente são apresentadas as referências, os apêndices e os anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta uma análise da trajetória da avaliação da Educação Superior no Brasil, desde as primeiras experiências na década de 1970 até a implementação do SINAES em 2004. São destacados aqui, os diferentes programas de avaliação adotados ao longo dos anos, seus objetivos, metodologias e impactos no cenário educacional. Ademais, o capítulo aborda a importância da autoavaliação institucional como ferramenta para a melhoria contínua da qualidade da educação superior, com ênfase à relevância da meta-avaliação como forma de assegurar a qualidade e a efetividade dos processos de autoavaliação. Por fim, o capítulo apresenta um panorama dos estudos e aplicações da meta-avaliação na educação superior brasileira, evidenciando o potencial dessa abordagem para o aprimoramento das práticas avaliativas e o fortalecimento da cultura de autoavaliação nas instituições de ensino.

2.1 POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

No sistema do ensino superior brasileiro, a primeira experiência sistematizada e contínua de avaliação ocorreu na década de 1970, quando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) implementou programas de avaliação da pós-graduação¹, com a finalidade de avaliar os cursos de mestrado e doutorado.

Já na década de 1980, os debates sobre a avaliação se intensificaram no âmbito das universidades, face aos problemas pela qual passava a educação superior. Ao contrário da pós-graduação, não existia mecanismos que capazes de diagnosticar a realidade das IES e subsidiar à proposição de mudanças (Cunha, 1997). Em consonância com a comunidade acadêmica, os órgãos responsáveis pela política da educação superior sugeriram que a solução para melhorias passava pela implementação de um processo sistemático de avaliação das condições existentes.

¹ A avaliação era orientada por relatórios detalhados, anualmente produzidos pela CAPES e analisados por comissões de especialistas, constituídas para esta finalidade (avaliação por pares). Além de instituir um sistema contínuo de informações sobre o a pós-graduação, a avaliação tinha por objetivo disponibilizar dados para apoiar a definição de políticas de desenvolvimento da pós-graduação, orientar a distribuição de recursos financeiros nas instituições de ensino superior dedicadas à pesquisa e ao ensino de pós-graduação, assim como facilitar o processo de concessão de bolsas de estudo para estudantes de mestrado e doutorado (SOUZA, 2012).

Assim, em julho de 1983, foi instituído pelo MEC, o PARU com o objetivo de avaliar os impactos da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968) e propor caminhos para o ensino superior brasileiro. O Programa ficou sob responsabilidade da CAPES, que nomeou para coordenação das ações de trabalho, um Grupo Gestor, formado essencialmente por pesquisadores ligados à comunidade universitária. As áreas de Gestão das IES e a Produção e Disseminação do Conhecimento foram temas de trabalho.

De acordo com Barreyro e Rothen (2008), em razão do perfil dos integrantes do Grupo Gestor, assim como pela vinculação do PARU com a CAPES, o Programa se afigurou como um projeto de pesquisa com caráter diagnóstico e crítico das práticas nas áreas de Gestão das IES e de Produção e Disseminação do Conhecimento. O Programa privilegiou a participação da comunidade acadêmica, baseando-se nas reflexões que as próprias IES realizaram sobre suas práticas por meio de autoavaliações. Os resultados do PARU não chegaram a ser divulgados, pois o programa “foi desativado um ano depois de começado, devido a disputas internas ao próprio Ministério da Educação, em torno de quem competia fazer a avaliação da Reforma Universitária” (Cunha, 1997, p. 23).

Em 1985, foi criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior – CNRES, por meio do Decreto nº 91.177/85, que tinha por objetivo, oferecer subsídios a formulação de uma nova política para a educação superior. A comissão, composta por 24 membros, tinha um prazo de seis meses para apresentação de suas conclusões, que foram reunidas no relatório “Uma nova política para a educação superior brasileira”. O documento apontava que apenas uma nova lei não seria suficiente; seria necessária uma política de avaliação fundamentada em uma ampla discussão e mobilização da comunidade acadêmica em torno dos problemas que acometem o ensino superior (CNRES, 1985).

Para analisar as questões levantadas no relatório final da CNRES, mobilizar o debate e propor mudanças no ordenamento jurídico, foi criado o GERES pela Portaria nº. 100/1986, e instalado pela Portaria nº. 170/1986. O trabalho desenvolvido pelo GERES foi consolidado em um relatório composto de cinco partes: Sistema da Educação Superior; Autonomia e Avaliação; O Conselho Federal de Educação; Gestão da Universidade e Financiamento; além de um projeto de lei sobre a reformulação das instituições federais de ensino superior e um anteprojeto de lei sobre o Conselho Federal de Educação. No tópico Autonomia e Avaliação, o GERES sugeriu

que a avaliação atuasse como ferramenta de controle da qualidade do desempenho da Educação Superior, estabelecendo uma ligação entre financiamento e controle, especialmente nas IES públicas (GERES, 1986).

Desta forma, os recursos públicos seriam destinados aos centros de excelência ou instituições com padrões internacionais de produção acadêmica e de pesquisa, e a avaliação institucional indicaria quais IES estariam aptas a receber os investimentos do Estado (Brasil, 2004b).

O programa proposto pelo GERES, no entanto, não foi implementado, em grande parte devido às críticas vindas do meio acadêmico, lideradas pela Associação Nacional dos Docentes (ANDES) e pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

Em oposição à concepção regulatória da avaliação proposta pelo GERES, surgem neste período, as primeiras experiências de avaliações com cunho formativo, em IES públicas (Brasil, 2004b).

Em dezembro de 1993, foi criado o PAIUB, oriundo de uma iniciativa da Associação Nacional dos Dirigentes em Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES com apoio do MEC.

Considerado um marco na avaliação superior, o PAIUB parte de uma perspectiva formativa e emancipatória, caracterizado pela adesão voluntária das universidades e apoio financeiro do MEC para o desenvolvimento das atividades de avaliação institucional.

Conforme aponta Ristoff, na introdução do documento do PAIUB (Brasil, 1994), o Programa foi construído com base em sete princípios: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. Já os objetivos do PAIUB relacionam a avaliação de desempenho das Universidades à busca da melhoria da qualidade:

“[...] é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sociopolítico da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade.” (Brasil, 1994, p. 13).

De acordo com Cardoso e Dias Sobrinho (2014), o PAIUB contou com ampla participação das universidades e foi capaz de envolver a comunidade em um diálogo em favor ao desenvolvimento das IES, despertando a cultura de avaliação.

Apesar da importância deste momento, o PAIUB perdeu o apoio do Ministério da Educação, em razão da troca de Governo, sendo substituído por outros mecanismos de avaliação:

No final da década de 1990 e nos primeiros anos do novo século, outros mecanismos isolados de avaliação foram implementados, como: Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como “Provão”; Análise das Condições de Ensino (ACE), que buscava a avaliação da IES; e Avaliação das Condições de Oferta (ACO), mais voltada para a avaliação dos cursos e outras ações isoladas de avaliação que não apresentavam o sentido de uma análise global, como ocorreu no PAIUB, mas, um sentido de demonstrar produtividade e eficiência e de prestar contas, porém com um olhar pontual que considerava, por exemplo, a avaliação do aluno por meio do ENC, suficiente para determinar a qualidade do curso (Cardoso e Dias Sobrinho, 2014, p.264)

O ENC era constituído de dois instrumentos: o teste de conhecimento, materializado por meio de aplicação de provas e o Conjunto de questionários, composto do questionário-pesquisa (cujo objetivo era conhecer o perfil dos estudantes e as condições de oferta do curso) e o questionário sobre impressões das provas (Brasil, 2004b).

A obrigatoriedade do exame não foi aceita por grande parte dos estudantes que promoveram boicote, comparecendo no dia da aplicação, assinando a lista presença, porém devolvendo a prova sem respondê-la.

Apesar das inúmeras críticas, aos poucos o Provão tornou-se sinônimo de avaliação, igualando a qualidade do curso aos resultados obtidos pelos alunos no exame. Somente o ensino era objeto de avaliação, desconsiderando a Pesquisa e Extensão. Os resultados produziam ranqueamento das IES (conceito A, B, C, D e E), que serviam de base para a distribuição de verba. Neste contexto, Dias Sobrinho

(2000) faz uma crítica ao uso do Provão como único instrumento avaliativo tomado para referendar decisões políticas e econômicas no ensino superior:

“As minhas considerações sobre o Provão certamente seriam muito diferentes se esse exame nacional estivesse fazendo parte organicamente de um conjunto integrado de avaliações, ou seja, de um programa com princípios, objetivos, agentes e ações que realmente viessem a articular e combinar distintos procedimentos e processos avaliativos voltados à transformação e à melhoria da qualidade educacional. Nenhuma avaliação isoladamente pode dar conta de uma realidade tão complexa como é a educação superior. Torna-se necessário (...), utilizar várias avaliações, porém não desligadas uma das outras. As avaliações devem constituir um programa integrado por ideias e ações coerentes, organizadas e com intencionalidade educativa” (Dias Sobrinho, 2000, p.38)

Todas estas experiências, trouxeram subsídios para a construção e a implantação do atual sistema de avaliação, o SINAES. Para Cardoso e Dias Sobrinho (2014), as discussões em torno do processo de avaliação, só realçaram a necessidade de um sistema que pudesse articular a regulação e ainda garantir, por meio de avaliação a busca da qualidade nas IES.

Nesta perspectiva, o SINAES foi instituído por meio da Lei nº.10.861, de 14/04/2004, com a finalidade promover a qualidade da educação superior, orientação a expansão da oferta de vagas, favorecer o aumento permanente da eficácia institucional, efetividade acadêmica e social (Brasil, 2004a). O SINAES é composto por três componentes, que se desenvolvem em momentos distintos:

- **Avaliação das Instituições de Ensino Superior (AVALIES)** – considerada o ponto de articulação do sistema de avaliação, se desenvolve por meio de duas etapas: avaliação externa conduzida por comissões constituídas pelo INEP ou Conselhos Estaduais de Educação - CEE (visitas *in loco*

presenciais ou virtuais²) e autoavaliação sob coordenação da CPA de cada Instituição;

- **Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE)** – avalia o desempenho dos estudantes concluintes e suas percepções em relação ao seu processo formativo;
- **Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)** – avaliação dos cursos de graduação realizadas por avaliadores designados pelo INEP ou CEE (visitas *in loco* presenciais ou virtuais), para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento.

A autoavaliação, como etapa fundamental estabelecida pelo SINAES é detalhada na seção 2.2, aprofundando a compreensão sobre seu papel formativo e autônomo na promoção da qualidade institucional, ao mesmo tempo que possibilita o desenvolvimento de estratégias para aprimorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma alinhada às diretrizes institucionais e às demandas da sociedade.

2.2 AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação ou avaliação interna faz parte do conjunto de mecanismos que constitui o acompanhamento e controle da qualidade do ensino superior. Por meio deste processo a IES produz conhecimento institucional, identificando suas potencialidades e fragilidades, além de promover a melhoria contínua nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Conforme estabelecido pelo SINAES, o processo de autoavaliação é conduzido pela CPA, cuja constituição se dá pelo dirigente da IES, com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e por representante da sociedade civil, sendo vedada a representação majoritária de qualquer dos segmentos. No âmbito de sua competência legal, a CPA é autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da instituição (Brasil, 2004a).

² Formato de avaliação externa de instituições e cursos, mediado por tecnologia, implementado pelo INEP em razão das restrições impostas pela pandemia do COVID-19. O novo formato foi integrado definitivamente pós-pandemia por meio da Lei 14.375 de 21 de junho de 2022 e Portaria nº 265 de 27 de junho de 2022.

A fim de melhor atender as particularidades estruturais de cada IES, poderão ser criadas comissões setoriais, para atuarem em articulação com a CPA no âmbito de Centros de Ensino, Faculdades ou Cursos, assegurando-lhe a mesma representatividade dos segmentos presentes na CPA.

Para garantir a eficiência da gestão do processo avaliativo, a CPA deverá elaborar o planejamento de suas atividades, materializado pelo Projeto de Avaliação Institucional. Nele, deverá constar a contextualização do objeto de avaliação, os objetivos do processo avaliativo, dimensões avaliadas, instrumentos de avaliação, cronograma de ações, metodologia para análise dos dados, recursos necessários para o desenvolvimento do processo, formato de relatórios e forma de publicização de resultados.

O processo de autoavaliação tem caráter formativo, e não punitivo, fundamentado na adesão voluntária da comunidade acadêmica. Por isso, a sensibilização de todos os atores é essencial, a fim de que participem ativamente desde a reflexão do processo autoavaliativo até a participação como respondentes das pesquisas.

A autoavaliação, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), permite verificar o alcance dos objetivos institucionais, “constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social” (INEP, 2004c, p.11).

A autoavaliação é um processo cíclico que se completa a cada três anos, sendo assim, apresenta seus resultados parciais por meio de relatórios anuais. Para IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, o Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI) deve ser encaminhado anualmente, por meio do Sistema e-MEC.

Como forma de retroalimentação do sistema, o SINAES recomenda a meta-avaliação dos processos de avaliação interna. Considera-se que estes devem ser constantemente avaliados, sendo que os resultados da meta-avaliação e suas recomendações devem fazer parte do RAI (Brasil, 2004b).

2.3 META-AVALIAÇÃO

O termo meta-avaliação foi introduzido em 1969 por Michael Scriven, para definir a avaliação de uma avaliação. Para o autor, a meta-avaliação é a consciência

da avaliação, está relacionada ao controle do potencial viés do avaliador e ao aumento da credibilidade do processo avaliativo, podendo ser aplicada a toda prática de avaliação ou a uma subdivisão dela (Scriven, 2009).

Um processo avaliativo comprometido, pode resultar em relatórios imprecisos e/ou tendenciosos, ou ainda, restringir a aplicabilidade dos achados. A meta-avaliação é uma ferramenta importante para verificar a qualidade do processo avaliativo e das informações produzidas pela avaliação primária.

Stufflebeam (2001) considera que a avaliação sistemática da avaliação, auxilia os avaliadores a perceberem as fragilidades e limitações do processo avaliativo, bem como garantir a qualidade dos seus estudos. Neste sentido, Stufflebeam manifesta que meta-avaliação é:

O processo de delinear, obter e aplicar informação descritiva e de julgamento - sobre a utilidade, a viabilidade, adequação e precisão de uma avaliação e sua natureza sistemática, competente conduta, integridade/ honestidade, respeitabilidade e responsabilidade social - para orientar a avaliação e/ou divulgar seus pontos fortes e fracos. (Stufflebeam, 2001, p.185).

De acordo com Jacob e Affodegon (2015), a meta-avaliação surge como uma resposta às críticas e preocupações levantadas em relação ao valor das avaliações. Os avaliadores enfrentam cada vez mais a exigência de comprovar a qualidade do seu trabalho, ao mesmo tempo em que é desejável que sejam capazes de avaliar o próprio desempenho. Nesse contexto, a meta-avaliação surge como uma ferramenta essencial, permitindo que os avaliadores atendam a essas expectativas de forma efetiva.

Para Bustelo (2002), as meta-avaliações podem ser classificadas a partir de quatro aspectos: o papel desempenhado, o momento que é realizada, o conteúdo ou a fase avaliada e o agente que a realiza.

Assim, de acordo com o papel que a meta-avaliação cumpre, ela pode ser classificada como formativa ou somativa. Quando a meta-avaliação visa melhorar a execução de uma avaliação que está em curso, ela se denominada formativa. Neste caso, o acompanhamento contínuo e sistemático da avaliação primária, permite o apontamento de fragilidades e oportunidades de melhorias, possibilitando a reavaliação e o aperfeiçoamento do método e dos instrumentos durante processo

avaliativo (Dias Sobrinho, 2003). Já quando o objetivo da meta-avaliação é aumentar a credibilidade dos resultados de uma avaliação, ela caracteriza-se como somativa. Por conseguinte, serão julgados o mérito e a relevância da avaliação em foco, à luz de padrões de avaliação (FIRME, 2010), além de coletado informações para *accountability*³ (Davok, 2006)

A segunda classificação é estabelecida de acordo com o momento em que a meta-avaliação é realizada, podendo ser categorizada como *ex-ante* ou *ex-post-facto*. Entende-se por uma meta-avaliação *ex-ante*, aquela realizada antes da implementação de uma avaliação primária, podendo tratar-se de uma avaliação de um projeto ou de um modelo piloto. Já a meta-avaliação *ex-post-facto*, é aquela que ocorre durante o processo de avaliação primária (algumas vezes também denominada de *in via*) ou após o seu término (Bustelo, 2002).

De acordo com o conteúdo que está sendo meta-avaliado, se pode distinguir a meta-avaliação em três aspectos: *design*, processo e resultados. A meta-avaliação de *design* refere-se à avaliação do projeto de avaliação primária, considerando seu objetivo, contexto em que irá ocorrer, estratégias de implementação, identificação dos *stakeholders* e expectativa de utilidade. A meta-avaliação do processo tem como objeto a implementação da avaliação, ou seja, como o projeto de avaliação é colocado em prática. Enquanto a meta-avaliação dos resultados atenta a qualidade e utilidade das informações e evidências produzidas (relatórios), bem como a pertinência de sua divulgação aos *stakeholders*.

Por fim, de acordo com o agente que meta-avalia, Bustelo (2002) considera que a meta-avaliação pode ainda ser classificada em interna e externa. A meta-avaliação interna é realizada pelos próprios avaliadores responsáveis pela condução da avaliação primária. Já a meta-avaliação externa é feita por avaliadores que não participaram do processo que será avaliado.

Jacob e Affodegon (2015), observaram em seus estudos que o campo da meta-avaliação evoluiu ao longo do tempo, identificando quatro gerações: a primeira geração denominada Período de Desenvolvimento, correspondia as pesquisas

³ Dias Sobrinho (2002, p. 29) define *accountability* como “[...] uma forma tecnocrática de valorar e um procedimento burocrático de exigir o cumprimento de obrigações. A responsabilidade, antes entendida nos âmbitos universitários como pertinência e equidade, ou em outras palavras, a prestação de contas à sociedade como um todo, referida como *accountability*, se transforma na exigência de demonstração da obtenção de determinados resultados através do emprego dos meios mais eficientes. É, portanto, a capacidade de prestar contas não à sociedade, mas aos governos e aos clientes”.

realizadas na década de 1970, caracterizando-se por um viés eminentemente teórico. Nesta geração, poucos relatórios de meta-avaliação foram produzidos, a maior parte dos estudos buscavam definir meta-avaliação, explicitar sua importância e sinalizar o momento mais assertivo para que o processo ocorresse; a segunda geração ou Período de Propagação tem início em 1980 e termina no início dos anos 1990. Esta geração amplia o foco em relação à anterior, incorporando reflexões sobre a condução da meta-avaliação; a terceira geração denominada Período de Inscrição, que vai até o início dos 2000, é marcada pela ampliação da prática meta-avaliativa e a proposição de valores e critérios para basear os julgamentos, dando ao processo uma dimensão profissional; por último, os autores identificam uma quarta geração, a qual chamam de Período da Maturidade, aqui destaca-se o fortalecimento da prática meta-avaliativa, com apoio de pesquisadores, associações e órgãos governamentais e a difusão de padrões para meta-avaliação.

A operacionalização da meta-avaliação deve atender a padrões e critérios que possam orientar o meta-avaliador em seu julgamento. Para Scriven (2009), qualquer abordagem sistemática de avaliação propicia automaticamente uma base sistemática para a meta-avaliação. Desta forma, abordagens como: *CIPP Model* (Stufflebeam, 2007), *Lista Chave de Verificação* (Scriven, 2007), critérios fundamentais, *Abordagem da Segunda Opinião e Abordagem Mista ou Híbrida* (Davidson, 2005), *Diretrizes para a Prática de Avaliação no Brasil - DPAB* (Silva *et al.*, 2020), *Diretrizes de Avaliação para a América Latina e Caribe - DALAC* (Rodríguez Bilella *et al.*, 2016) ou *Padrões de Avaliação de Programa* (Yarborough *et al.*, 2011), podem ser utilizadas para guiar o processo meta-avaliativo.

2.4 PADRÕES JCSEE

Os Padrões de Avaliação de Programas são resultados do trabalho desenvolvido pelo JCSEE. O Comitê foi formado em 1975 por representantes de associações profissionais de avaliação e educação dos Estados Unidos e Canadá, a fim de desenvolverem diretrizes e padrões para avaliação de programas educacionais. Estes padrões teriam por função orientar a elaboração de projeto de avaliação de programa, a condução de processo avaliativo, bem como a meta-avaliação de avaliações realizadas (Elliot, 2011).

A primeira edição de padrões foi divulgada em 1981, com a publicação de *Standards for Evaluations of Educational Programs, Projects, and Materials* (Padrões de Avaliação Programas, Projetos e Materiais Educacionais). Após essa primeira publicação, decidiu-se que os padrões deveriam ser revisados e atualizados continuamente. Assim, para conduzir essa tarefa, o Comitê se tornou uma organização permanente sem fins lucrativos (Sanders, 1999). Desde então, foram publicadas duas revisões dos padrões: em 1994, sob a presidência de James R. Sanders, o *JCSEE* publicou a segunda edição, e em 2011 tendo como presidente Donald B. Yarbrough, foi publicado a terceira e atual edição.

O processo de revisão dos padrões para a divulgação da terceira edição teve início em 2004 e envolveu mais de 400 *stakeholders* que contribuíram por meio de sugestões, discussões, revisões e testes de campo (Yarbrough *et al*, 2011). Para apoiar e orientar avaliadores na busca da qualidade das atividades de avaliação, a terceira edição estabelece trinta padrões, organizados em cinco atributos (dimensões) da qualidade da avaliação: utilidade, viabilidade, propriedade, precisão e responsabilização.

Os padrões de utilidade visam assegurar que as avaliações produzam informações relevantes e úteis. Já os padrões de viabilidade são diretrizes para melhorar a eficácia e a eficiência da avaliação. No atributo propriedade, são contemplados padrões que objetivam assegurar a conduta ética e responsável em todas as fases da avaliação. Nos padrões de precisão, a finalidade é aumentar a confiabilidade e fidedignidade das descobertas da avaliação. Por fim, os padrões de responsabilização orientam o registro adequado das avaliações, procedimentos, dados e resultados (Yarbrough *et al*, 2011).

O Quadro 1 apresenta os atributos da qualidade da avaliação associados aos seus respectivos padrões, conforme atribuído pelo *JCSEE*.

Quadro 1- Categorias/Atributos e Padrões do *JCSEE*

(Continua)

Atributos	Padrões	Descrição dos Padrões
Utilidade (<i>Utility</i>)	U1 - Credibilidade do Avaliador	As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabeleçam e mantenham a credibilidade no contexto da avaliação
	U2 - Atenção aos <i>Stakeholders</i>	As avaliações devem dedicar atenção a toda a gama de indivíduos e grupos investidos no programa e afetados por sua avaliação.

(continuação)

Atributos	Padrões	Descrição dos Padrões
	U3 – Propósitos Negociados	Os objetivos da avaliação devem ser identificados e continuamente negociados com base nas necessidades das partes interessadas.
	U4 – Valores Explícitos	As avaliações devem esclarecer e especificar os valores individuais e culturais que sustentam os propósitos, processos e julgamentos.
	U5 - Informações Relevantes	As informações de avaliação devem atender às necessidades identificadas e emergentes das partes interessadas.
	U6 – Processos e Produtos Importantes	As avaliações devem construir atividades, descrições e julgamentos de forma a incentivar os participantes a redescobrirem, reinterpretarem ou revisarem seus entendimentos e comportamentos.
	U7 - Comunicação e Relatório Tempestivos e Adequados	As avaliações devem atender às necessidades contínuas de informações de seus múltiplos públicos.
	U8 – Preocupação com Consequências e Influência	As avaliações devem promover o uso responsável e adaptável, protegendo-se contra consequências negativas não intencionais e uso indevido.
Viabilidade (<i>Feasibility</i>)	F1 – Gerenciamento de Projeto	As avaliações devem usar estratégias eficazes de gerenciamento de projetos.
	F2 - Procedimentos Práticos	Os procedimentos de avaliação devem ser práticos e adequados à forma como o programa funciona.
	F3 - Viabilidade Contextual	As avaliações devem reconhecer, monitorar e equilibrar os interesses e necessidades culturais e políticas de indivíduos e grupos.
	F4 – Uso de Recursos	As avaliações devem usar os recursos de forma eficaz e eficiente
Propriedade (<i>Propriety</i>)	P1 - Orientação Responsiva e Inclusiva	As avaliações devem ser responsivas às partes interessadas e suas comunidades
	P2 - Acordo Formal	Os acordos de avaliação devem ser negociados para tornar as obrigações explícitas e levar em consideração as necessidades, expectativas e contextos culturais dos clientes e outras partes interessadas.
	P3 – Respeito e Direitos Humanos	As avaliações devem ser planejadas e conduzidas para proteger os direitos humanos e legais e manter a dignidade dos participantes e outras partes interessadas.
	P4 – Clareza e Justiça	As avaliações devem ser compreensíveis e justas ao atender às necessidades e propósitos das partes interessada
	P5 – Transparência e Divulgação	As avaliações devem fornecer descrições completas de constatações, limitações e conclusões a todas as partes interessadas, a menos que isso viole obrigações legais e de propriedade.
	P6 - Conflitos de Interesses	As avaliações devem identificar e abordar aberta e honestamente conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação.
	P7 – Responsabilidade Fiscal	As avaliações devem contabilizar todos os recursos gastos e cumprir procedimentos e processos fiscais sólidos.
Precisão (<i>Accuracy</i>)	A1 - Conclusões e Decisões Justificadas	As conclusões e decisões da avaliação devem ser explicitamente justificados nas culturas e contextos onde eles têm consequências.

(conclusão)

Atributos	Padrões	Descrição dos Padrões
	A2 – Informação Válida	As informações da avaliação devem servir aos propósitos pretendidos e dar suporte a interpretações válidas.
	A3 – Informação Confiável	Os procedimentos de avaliação devem produzir informações suficientemente confiáveis e consistentes para os usos pretendidos.
	A4 – Descrições Explícitas do Programa e Contexto	As avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo apropriados para os propósitos da avaliação.
	A5 – Gerenciamento de Informações	As avaliações devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações.
	A6 – Desenhos e Análises Adequadas	As avaliações devem empregar projetos e análises tecnicamente adequados que sejam apropriados para os propósitos da avaliação.
	A7 – Raciocínio Explícito da Avaliação	O raciocínio da avaliação que leva de informações e análises a constatações, interpretações, conclusões e julgamentos deve ser clara e completamente documentado.
	A8 – Comunicação e Emissão de Relatório	As comunicações de avaliação devem ter um escopo adequado e proteger contra equívocos, preconceitos, distorções e erros.
	Responsabilização (<i>Evaluation Accountability</i>)	E1 – Documentação da Avaliação
E2 – Meta-Avaliação Interna		Os avaliadores devem usar esses e outros padrões aplicáveis para examinar a responsabilidade do desenho da avaliação, procedimentos empregados, informações coletadas e resultados.
E3 – Meta-Avaliação Externa		Os patrocinadores, clientes, avaliadores e outras partes interessadas da avaliação do programa devem encorajar a realização de meta-avaliações externas usando estes e outros padrões aplicáveis.

Fonte: Adaptada e traduzido de *Joint Committee* (2011)

2.5 ESTUDOS E APLICAÇÕES DA META-AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Embora a meta-avaliação seja um campo em expansão, os estudos dedicados especificamente à meta-avaliação de processos de avaliação institucional ainda são escassos. A seguir, apresentamos alguns estudos relevantes na área educacional.

Gimenes (2006) realizou um dos primeiros trabalhos na área, focando na meta-avaliação do processo de autoavaliação de uma Instituição de Ensino Superior paulista, com ênfase na área de Saúde-Biológica e na perspectiva dos coordenadores de curso. Utilizando os padrões de "Utilidade" e "Precisão" do *JCSEE* e uma *checklist* adaptada do "*Program Evaluation Models Metaevaluation Checklist*", a pesquisa

analisou a autoavaliação e o impacto das políticas de avaliação pública, argumentando que uma autoavaliação eficaz contribui para a melhoria institucional.

Em sua tese, Davok (2006) propôs um modelo de meta-avaliação para cursos de graduação baseado em critérios como eficácia, eficiência, efetividade e relevância. O estudo buscava entender como avaliar a capacidade dos processos de avaliação de mensurar a qualidade dos cursos, utilizando como base documentos do processo de avaliação do MEC para cursos de Administração em 2002.

Firme e Letichevsky (2010), no artigo "*O Desenvolvimento da Capacidade de Avaliação no Século XXI: Enfrentando o Desafio através da Meta-avaliação*", examinaram o processo de meta-avaliação da autoavaliação conduzida no Centro Universitário Newton Paiva, realizado pela Fundação Cesgranrio. O estudo visava assegurar a qualidade e integridade desse processo avaliativo, tomando como referência padrões de qualidade do *JCSEE*. A pesquisa, dividida em fases formativa e somativa, envolveu profissionais da instituição e promoveu o fortalecimento da capacidade avaliativa e a autonomia dos participantes. O estudo destacou a importância da meta-avaliação e do *empowerment* para a melhoria das práticas avaliativas, transformando a avaliação em ferramenta estratégica para o desenvolvimento institucional.

O artigo "Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação", de Elliot (2011), é um dos estudos mais relevantes da área. A escritora aborda as diversas metodologias para a realização de meta-avaliações, exemplificando sua implementação com exemplos concretos no cenário brasileiro, principalmente nos setores de educação, saúde e negócios. Elliot defende que a meta-avaliação potencializa a confiabilidade e a utilidade das avaliações, incentivando reflexões acerca dos métodos e da ética do processo de avaliação.

Ferreira (2012) realizou uma meta-avaliação da autoavaliação institucional da Universidade Gama Filho (UGF), no Rio de Janeiro, utilizando como referência o SINAES e os padrões do *JCSEE* para examinar documentos institucionais, como relatórios de autoavaliação e planos de desenvolvimento. O estudo, além de aprofundar a análise do processo avaliativo da UGF, busca oferecer subsídios a gestores acadêmicos e demais *stakeholders*, contribuindo para o aprimoramento do debate sobre a qualidade das avaliações na educação superior e fomentando a busca por aperfeiçoamento contínuo das práticas avaliativas.

Aguiar (2013) examinou a avaliação educacional no Sistema de Ensino Naval da Marinha do Brasil, visando aprimorar a Avaliação Pós-Escolar. Em uma pesquisa qualitativa que combinou meta-avaliação e pesquisa-ação, o estudo enfatizou a necessidade de capacitação dos avaliadores e o fortalecimento da cultura de avaliação para que os dados realmente contribuam para melhorias educacionais.

Marins, Ferreira e Orlando Filho (2016) aplicaram uma meta-avaliação ao Relatório de Autoavaliação Institucional de 2014 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aplicando os padrões de Utilidade e Adequação *do JCSEE*. O objetivo é avaliar a qualidade e a efetividade do processo avaliativo conduzido pela CPA da UFRJ, oferecendo subsídios para aperfeiçoamento futuro.

Goulart (2018) realizou uma meta-avaliação da avaliação institucional interna da Universidade Estadual de Goiás (UEG), com foco na análise dos relatórios produzidos entre 2012 e 2014, à luz dos padrões de utilidade, viabilidade e precisão do *Joint Committee*. A pesquisa, de caráter qualitativo, buscou verificar a adequação, clareza e contribuição desses documentos para o aprimoramento institucional, em consonância com as exigências do SINAES.

Silva (2020) realizou a meta-avaliação do processo de autoavaliação institucional em duas universidades de fronteira, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Utilizando uma abordagem qualitativa e documental, o estudo analisou como a meta-avaliação pode aprimorar a autoavaliação institucional, fundamentando-se nos Padrões de Qualidade do *JCSEE* e a utilização do *software ATLAS.ti*. O estudo foca em universidades brasileiras de fronteira, destacando seu papel no desenvolvimento regional e na integração sul-americana, e envolveu gestores, docentes e membros das comissões de avaliação.

Atvars *et al* (2023) realizou a meta-avaliação da Avaliação Institucional da Unicamp no período de 2009 a 2013, usando critérios do *JCSEE*. Trata-se de uma análise documental *ex post* que avalia o processo e seus resultados, observando que a avaliação atingiu os objetivos de criar o planejamento estratégico PLANES/2016-2020 e recredenciar a instituição junto ao CEE-SP. A meta-avaliação permitiu identificar pontos fortes e fragilidades, algumas fáceis de corrigir e outras que exigem mudanças na governança institucional. A análise poderia ter sido facilitada se a meta-avaliação estivesse prevista desde o início do processo. Contudo, a estrutura formal

da meta-avaliação ajudou a identificar problemas de forma objetiva, favorecendo melhorias e a superação das fragilidades.

Conforme exposto, os estudos e aplicações da meta-avaliação ainda possui uma difusão limitada no Brasil, concentrando-se predominantemente no contexto acadêmico (Elliot, 2011), sendo a maioria resultantes de pesquisas realizadas no âmbito de programas de pós-graduação. Pelos estudos destacados, ficou evidente que a meta-avaliação pode fortalecer a cultura avaliativa, assegurando maior transparência e fomentando melhorias contínuas nas instituições. Também é possível verificar a importância do uso de padrões de meta-avaliação reconhecidos, como os do JCSEE, e a aplicação de abordagens qualitativas e documentais para conduzir a avaliação da qualidade dos processos avaliativos.

3 PERFIL INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina é uma Instituição pública estadual de ensino superior, estabelecida em 1965 e reconhecida oficialmente como universidade em 1985. Com sede situada na cidade de Florianópolis, a Udesc atua em vários municípios catarinenses, tendo como missão a formação de cidadãos e o desenvolvimento sustentável do Estado (Udesc, 2021).

A Udesc é dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, tendo um modelo de gestão democrática e participativa garantida por órgãos colegiados, como o Conselho Universitário e os Conselhos de Centro, que asseguram o envolvimento efetivo da comunidade acadêmica nas decisões (Udesc, 2023).

Com uma estrutura multicampi, a Udesc atua em todas as regiões de Santa Catarina por meio de seus 13 centros: Grande Florianópolis (Campus I), Norte Catarinense (Campus II), Planalto Serrano (Campus III), Oeste Catarinense (Campus IV), Vale do Itajaí (Campus V), Sul Catarinense (Campus VI) e Meio Oeste Catarinense (Campus VII).

A Universidade oferece cursos de graduação e pós-graduação, atendendo mais de 12,6 mil alunos distribuídos em 55 cursos de graduação presencial, 7 cursos de graduação EAD (6 cursos no CEAD e 1 na FAED) e 51 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Número de cursos por Centro de Ensino

CAMPUS	CENTROS DE ENSINO	NÚMERO DE CURSOS		
		GRAD.	ME	DO
<i>Campus I</i>	Centro de Artes – CEART	12	6	4
	Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG	5	2	2
	Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED	7	5	3
	Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID	3	2	1
	Centro de Educação à Distância – CEAD	6	1	-
<i>Campus II</i>	Centro de Ciências Tecnológicas – CCT	9	10	2
	Centro de Educação do Planalto Norte – CEPLAN	2	-	-

		(conclusão)		
<i>Campus III</i>	Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV	4	6	4
<i>Campus IV</i>	Centro de Educação Superior do Oeste - CEO	4	3	-
<i>Campus V</i>	Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI	3	-	-
	Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI	2		-
<i>Campus VI</i>	Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES	4	-	-
<i>Campus VII</i>	Centro de Educação Superior do Meio Oeste do Estado – CESMO ⁴	1	-	-
TOTAL		62	35	16

Fonte: Relatório de Gestão (2023)

Com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a Udesc busca a excelência acadêmica e a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e para a sociedade.

A instituição é também referência em pesquisa, contando com 227 grupos de pesquisa credenciados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e na Extensão com cerca de 1058 ações desenvolvidas que impactaram diretamente 622.184 pessoas (UDESC, 2023).

3.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UDESC

O processo de avaliação institucional Udesc iniciou-se na década de 1990, caracterizando-se pela articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. A Udesc participou ativamente das discussões nacionais sobre a qualidade do ensino superior e sobre a responsabilidade social das universidades. Um momento importante dessa trajetória foi sua participação no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que evidenciou a autoavaliação como um instrumento para a melhoria contínua da Instituição.

Desde 1995, a Udesc implementou seu projeto de avaliação, vinculado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), buscando aliar o compromisso social da universidade à excelência no ensino. Esse projeto promoveu uma integração mais

⁴ Curso aprovado, porém, com entrada de alunos somente em 2023/2.

efetiva entre os Centros de Ensino e a sociedade, com um enfoque em uma educação inclusiva e transformadora. Com a criação do SINAES em 2004, a Udesc adaptou-se aos novos parâmetros de avaliação, mantendo seu foco na promoção do desenvolvimento sustentável de Santa Catarina e do Brasil, conforme estabelecido em seu planejamento estratégico (UDESC, 2010).

Em 2007, foi criada a Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI), órgão suplementar, vinculado e subordinado ao Reitor, responsável pela condução do processo de avaliação. A COAI, em estreita colaboração com a CPA, desempenha um papel central na gestão dos processos avaliativos da UDESC. Essa parceria estratégica permite definir políticas, diretrizes e metodologias que orientam as ações de avaliação em toda a universidade (UDESC, 2023). As CSAs instaladas nos Centros de Ensino, atuam em consonância com a COAI e a CPA, promovendo a cultura de avaliação e assegurando a participação ativa e ampla divulgação de resultados em cada Centro de Ensino, conforme determinam as diretrizes da Lei Federal nº 10.861/2004.

O processo de avaliação institucional da Udesc abrange dimensões quantitativas e qualitativas, envolvendo preparação, desenvolvimento e consolidação, conforme determina o Roteiro do INEP. O processo avaliativo envolve a participação de diversos atores da comunidade acadêmica, garantindo a representatividade e a diversidade de perspectivas. Para tanto, utiliza uma variedade de instrumentos e indicadores para coletar e analisar dados sobre a qualidade dos cursos, dos processos institucionais e da relação da universidade com a sociedade (Udesc, 2023).

A autoavaliação da UDESC é um processo contínuo, estruturada em três eixos: Avaliação das Ações da UDESC (AAU), Avaliação das Ações da Pós-Graduação (AAPG) e Avaliação das Ações do Curso (AAC). A AAU, realizada a cada três anos, envolve toda a comunidade acadêmica em uma avaliação institucional abrangente. As avaliações AAC e AAPG, com periodicidade semestral, contam com a participação de discentes e docentes. A AAPG, por sua vez, inclui ainda a participação de gestores de programas de pós-graduação.

As CSAs desempenham um papel fundamental no processo avaliativo da UDESC. Ao término de cada processo avaliativo, são responsáveis por gerar os relatórios com os dados coletados, os quais são encaminhados aos diversos setores da Universidade, como Núcleos Docentes Estruturantes, Colegiados de Pós-Graduação e diretorias, para análise e discussão. As CSAs também são responsáveis

pela elaboração dos Relatórios de Balanço, que consolidam os resultados das avaliações em cada Centro. Em parceria com os DEGs promovem debates com a comunidade acadêmica, incentivando a reflexão e o aprimoramento institucional. Por fim, são responsáveis pela divulgação dos resultados do processo de autoavaliação no âmbito dos Centros de Ensino

Os Relatórios de Balanço são encaminhados à COAI, que consolida as informações recebidas no RAI. O relatório que apresenta uma visão global da instituição, é amplamente divulgado e serve como base para o Seminário de Avaliação Institucional, promovendo o debate e a reflexão sobre os resultados da avaliação.

4 METODOLOGIA

Este capítulo se propõe a delinear a trajetória metodológica percorrida pela presente pesquisa, desde sua concepção inicial até a apresentação dos resultados obtidos.

Para tanto, descreveremos em detalhes o desenho do estudo, explicitando os aspectos envolvidos na coleta, na análise e na apresentação dos dados e dos resultados alcançados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo é caracterizado como pesquisa aplicada, pois visa analisar o processo de autoavaliação da Udesc, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria, o que indica uma clara intenção de gerar resultados de aplicação prática (Gerhardt e Silveira, 2009).

A abordagem utilizada é mista (quali-quantitativa), combinando métodos qualitativos e quantitativos. Conforme Bauer, Gaskell e Allum (2008), a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador mergulhar nas nuances e significados do fenômeno investigado, abordando aspectos que não podem ser representados numericamente. Essa abordagem qualitativa se reflete nas etapas iniciais da pesquisa, como a descrição do lócus, a revisão da literatura, a avaliação do instrumento de meta-avaliação por especialistas e a análise das respostas abertas (Etapas 1 a 5).

Por outro lado, o componente quantitativo se manifesta na aplicação das questões objetivas do instrumento de meta-avaliação (Etapa 6) e na organização e análise dos dados, apresentados em gráficos e tabelas (Etapas 7 e 8). Nesta fase, a pesquisa se concentra na objetividade, utilizando instrumentos que coletam dados brutos para entender as causas do fenômeno e alcançar uma compreensão mais concreta da realidade estudada.

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva e explicativa. Segundo Pedroso, Da Silva e Santos (2017), a pesquisa descritiva tem como objetivo fornecer uma visão detalhada de um fenômeno ou situação, permitindo compreender de forma clara as características de um indivíduo, grupo ou contexto, além de explorar as relações entre os eventos observados. Nesse sentido, a pesquisa se propõe a descrever o processo

de autoavaliação da Udesc, identificando suas principais características e funcionamento.

Além disso, ao analisar os dados com base em padrões de qualidade e identificar oportunidades de melhoria, a pesquisa também assume um caráter explicativo (Etapa 9). Essa abordagem investigativa busca elucidar as razões subjacentes a determinadas situações, propondo formas de aprimorá-las. Dessa forma, aprofunda-se a compreensão da realidade, explicando os fatores que contribuem para os fenômenos observados (Kauark, 2010).

Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo foi iniciado com uma revisão bibliográfica abrangente, a qual, segundo Gil (2002), proporciona acesso a um amplo conjunto de informações e integra a contribuição de múltiplos autores. Essa etapa permitiu a construção de uma base sólida para o desenvolvimento do instrumento de meta-avaliação utilizado na coleta de dados. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa documental, por meio da análise de diversos documentos, que aprofundou a compreensão do tema em foco. A pesquisa documental, conforme Gil (2002), caracteriza-se como uma fonte rica e estável de informações, contribuindo significativamente para a consistência da investigação.

Na Figura 1, apresentam-se as etapas desenvolvidas para a consecução do presente estudo.

Figura 1- Etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

4.2 LOCAL DA PESQUISA

A UDESC foi o local onde a pesquisa foi desenvolvida. Como o estudo refere-se às autoavaliações de cursos, a pesquisa foi aplicada em 12 Centros de Ensino que estão distribuídos em nove cidades catarinenses (Balneário Camboriú, Chapecó, Florianópolis, Ibirama, Joinville, Lages, Laguna, Pinhalzinho e São Bento do Sul).

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO ESTUDO

O público-alvo da pesquisa é composto pelos responsáveis pela coordenação do processo de autoavaliação de cursos, a saber: a Presidente da CPA e os Presidentes das Comissões Setoriais de Avaliação; e os Diretores de Ensino de Graduação dos Centros de Ensino da UDESC com cursos de graduação ativos em 2023/1, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Caracterização do público-alvo da pesquisa

Composição do Público-Alvo	Função Desempenhada	Total	Público-Alvo da Pesquisa
DEGs	Gestores	13	12
Presidente da CPA	Coordenador do Processo de Autoavaliação na Udesc	1	1
Presidentes da CSAS	Coordenadores do Processo de Autoavaliação no Centro de Ensino	12	12

Fonte: Elaborado pela autora

Além dos indivíduos que optaram por não participar da pesquisa, o Diretor de Ensino de Graduação do Centro de Educação Superior do Meio Oeste (CESMO) também não está incluído. Isso se deve ao fato de que o CESMO foi implantado recentemente, com a equipe diretiva assumindo suas funções em 9 de fevereiro de 2023. Atualmente, o centro ainda não possui cursos em funcionamento, e os primeiros ingressantes estão previstos apenas para o segundo semestre de 2023. Portanto, a

participação no processo de autoavaliação ocorrerá apenas em novembro de 2023. Além disso, o CESMO ainda não constituiu uma Comissão Setorial de Avaliação.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto de pesquisa, incluindo a proposta de instrumento meta-avaliativo, foi submetido à apreciação dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), instituição proponente da pesquisa, e da UDESC (CEP/UDESC), instituição coparticipante e lócus da pesquisa.

O estudo foi aprovado pelo Parecer n. 6.294.595 do CEPSH/UFSC e pelo Parecer 6.387.128 do CEP/UDESC.

Os participantes foram contatados por e-mail, sendo informados sobre os objetivos do estudo e a importância da participação voluntária. Após a manifestação de interesse em participar, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Apêndice D, foi apresentado em formato eletrônico e assinado digitalmente. Em seguida, os participantes receberam, por e-mail, o link para acesso ao questionário online, elaborado no Google *Forms* (Apêndices A, B e C).

A pesquisa foi conduzida em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, que dispõe sobre os preceitos éticos e a proteção aos participantes de pesquisa. Asseguramos a privacidade dos participantes e o sigilo dos dados coletados, cujo acesso foi restrito às pesquisadoras responsáveis.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO

Este capítulo apresenta a construção do instrumento meta-avaliativo e os resultados de sua aplicação.

Na primeira seção, detalhamos o processo de construção do instrumento de meta-avaliação, desde a revisão da literatura e seleção de estudos relevantes até a adaptação e validação do instrumento final por especialistas, alinhado aos padrões de qualidade estabelecidos pelo *JCSEE*.

Na segunda seção, apresentaremos uma análise aprofundada da(s) resposta(s) obtida(s) em cada item, com o objetivo de detalhar as principais percepções e conclusões obtidas nesta pesquisa. Essa abordagem permitirá uma compreensão mais aprofundada dos resultados.

5.1 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para a construção do instrumento de meta-avaliação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, com a finalidade de identificar publicações que abordassem a meta-avaliação de processos de autoavaliação e que pudessem contribuir para este estudo.

Nesse contexto, no segundo semestre de 2023, foi realizada uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações, na base *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OasisBr), por considerar que essas fontes refletem a produção científica relevante sobre a temática. Foram utilizadas as palavras-chave: "meta-avaliação" OU "meta-avaliativo" E "avaliação institucional" OU "avaliação interna" OU "autoavaliação", com um recorte temporal de 2004 a 2023, uma vez que o SINAES foi instituído em 2004.

A busca resultou em 49 artigos e 104 teses e dissertações, totalizando 154 estudos alinhados aos critérios de seleção. Após a leitura dos títulos, 112 pesquisas foram excluídas por não estarem relacionadas ao ensino superior e/ou à avaliação interna, além de estudos duplicados. Em seguida, foram realizadas leituras dos resumos das 19 pesquisas restantes, e constatou-se que apenas duas apresentavam instrumentos voltados à meta-avaliação de processos de autoavaliação institucional,

tendo por base os padrões de qualidade propostos pelo *JCSEE*: Zimmermann (2021) e Mariano (2022).

O instrumento meta-avaliativo proposto por Mariano (2022) foi construído para avaliar o processo de autoavaliação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. O instrumento é composto por 30 indicadores, correspondendo cada um a um dos padrões do *JCSEE*. O instrumento adota uma escala de cinco níveis, alinhada à utilizada nos processos de avaliação externa conduzidos pelo INEP durante visitas *in loco*. Nessa escala, o nível 1 indica a ausência de práticas adequadas, enquanto o nível 5 reflete o pleno atendimento dos critérios avaliativos estabelecidos. No entanto, a subjetividade e a falta de clareza na formulação de alguns critérios de análise podem gerar dificuldades na aplicação do instrumento e na interpretação dos resultados, comprometendo a precisão da análise.

O instrumento meta-avaliativo proposto por Zimmermann foi construído a partir de uma triangulação de dados provenientes de pesquisa bibliográfica, análise documental de relatórios de autoavaliação e aplicação de questionários a membros de CPAs de Universidades de Santa Catarina. O instrumento final foi estruturado em quatro componentes principais: (a) estrutura, definida com base nas etapas do Roteiro de Autoavaliação do INEP (2004); (b) atributos, delineados a partir dos padrões estabelecidos pelo *JCSEE*; (c) critérios, derivados das fragilidades identificadas na análise documental, complementados pelos critérios propostos por Stufflebeam (2011) e pela lista de Scriven (2007); e (d) indicadores, alinhados aos instrumentos externos de avaliação do INEP (2017) e às diretrizes SINAES. O instrumento é composto por 36 questões e a classificação dos resultados utiliza a escala de cinco pontos proposta por Davidson (2005), com as letras A, B, C, D e E⁵.

Após análise criteriosa dos dois instrumentos mediante cotejo com os padrões de qualidade do *JCSEE*, optou-se por adotar como base o instrumento proposto por Zimmermann (2021), devido à maior clareza e objetividade das questões elaboradas pela autora.

⁵ A = Atinge todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa; B= Atinge a maioria dos aspectos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro; C= Trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais, ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro; D= Tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente e E= Perde o ponto totalmente.

O instrumento original foi adaptado para a realidade da Udesc, considerando a estrutura e especificidades do processo avaliativo da instituição. Das 36 questões propostas por Zimmermann (2021), foram selecionadas e adaptadas 15 questões⁶ consideradas mais adequadas ao contexto da Udesc.

Novas questões também foram propostas, considerando que, na perspectiva desta pesquisadora, alguns padrões não foram plenamente contemplados, ou ainda, que algumas questões propostas por Zimmermann (2021) não eram congruentes com as especificidades do processo de avaliação interna de cursos da Udesc⁷.

Após a elaboração da versão preliminar do instrumento de meta-avaliação, este foi submetido à validação de conteúdo por especialistas da área, a fim de verificar se os itens propostos eram apropriados para medir o construto avaliado. Conforme destacado por Monteiro e Da Hora (2014, p.44), a validação de conteúdo se diferencia de outras formas de validação de testes por se basear no julgamento de especialistas sobre a pertinência dos itens, e não em escores ou diferenças entre indivíduos. Nesse contexto, a expertise dos avaliadores foi fundamental para assegurar que o instrumento capturasse, de forma abrangente e fidedigna, os elementos essenciais do construto avaliado.

A fim de assegurar uma análise abrangente e criteriosa, o processo de validação de conteúdo do instrumento contou com a participação de 5 juízes-avaliadores, todos com expertise em avaliação institucional. A escolha dos avaliadores buscou contemplar diferentes perspectivas, incluindo a experiência prática em gestão universitária, já que três dos juízes possuíam vivência como gestores na UDESC.

Os juízes avaliaram cada item do instrumento considerando os seguintes critérios e escalas:

- **Adequação:** adequado, pouco adequado ou nada adequado;
- **Relevância:** relevante, pouco relevante ou nada relevante;
- **Clareza:** claro, pouco claro ou nada claro.

⁶ As questões adaptadas do instrumento desenvolvido por Zimmermann (2021) foram as seguintes: 1 a 7, 13, 14, 24, 26, 28, e de 31 a 33.

⁷ Além da CPA, a Udesc possui Comissões Setoriais de Avaliação que atuam no âmbito dos Centros de Ensino, coordenando o processo de autoavaliação e atuando em conjunto com os Gestores das Unidades em todas as etapas do processo avaliativo.

Além disso, o instrumento incluía espaço para sugestões de redação e comentários dos especialistas sobre os itens.

A análise dos dados incluiu o cálculo da proporção de juízes que concordavam com os critérios de cada item. Itens abaixo de 80% foram revisados com base nas sugestões e comentários dos especialistas. Vale ressaltar que nenhum item foi considerado "nada adequado", "nada relevante" ou "nada claro" pelos especialistas. As sugestões recebidas visavam principalmente aprimorar a clareza na redação dos itens, com a substituição de termos ambíguos ou a inclusão de complementos para melhor compreensão.

Por fim, obteve-se um instrumento de meta-avaliação composto por 33 itens (Quadro 2), que correspondem aos padrões de qualidade estabelecidos pelo *JCSEE*. A partir deste instrumento, foram organizados três questionários (Apêndices A, B e C) com seleção de itens de acordo com as funções desempenhadas pelo público-alvo (DEGs, Presidentes de CSAs e Presidente da CPA).

Em todos os questionários as questões tinham cinco opções de resposta (Concordo totalmente, Concordo parcialmente, Não concordo nem discordo, Discordo parcialmente e Discordo totalmente) e o respondente da pesquisa deveria optar pela resposta que melhor responder à pergunta, de acordo com sua percepção. Além disso, todas as questões permitiam que os participantes incluíssem considerações adicionais, caso desejassem. Esta abordagem teve por objetivo ampliar a coleta de diferentes perspectivas e obter insights importantes para um estudo mais completo.

Além dos questionários propostos, o instrumento possui itens que serão objetos apenas de análise documental (Leis, Resoluções da UDESC, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto de Avaliação Institucional, Relatórios de Avaliação Institucional, Planos de Trabalho das CSAs, Relatório das CSAs, Atas, Comunicações Internas, Correspondências Eletrônicas entre outros).

O Quadro 2 apresenta a proposta de Instrumento Meta-avaliativo para a avaliação do processo de autoavaliação dos cursos de graduação da UDESC, doravante denominado AAC. Composto por 33 questões, o instrumento contempla 28 dos 30 padrões propostos pelo *JCSEE*. A ausência dos padrões P7 (Responsabilidade Fiscal) e E3 (Meta-avaliação Externa) justifica-se, respectivamente, pelo entendimento de que a prestação de contas, gerida pelas Pró-reitoras de Planejamento e Administração, não constitui atividade fim da avaliação institucional, e pela inexistência de previsão de meta-avaliação externa na Lei nº

10.861/2004 e nas normativas da UDESC. Ressalta-se, contudo, que a documentação da avaliação institucional, incluindo o processo de autoavaliação de cursos, é submetida à análise de comissões externas designadas pelo INEP e/ou CEE/SC durante os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

Quadro 2 - Instrumento Meta-avaliativo do Processo de Autoavaliação de Cursos de Graduação da Udesc

(Continua)

PADRÕES DE QUALIDADE JCSEE	QUESTÕES	PROCEDIMENTO	APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO		
			CPA	CSA	DEG
U1 - Credibilidade do Avaliador P2 - Acordo Formal	1. A Udesc estabelece formalmente a composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e especifica as atribuições da CPA e CSAs	Análise Documental			
U2 - Atenção aos <i>Stakeholders</i> F2 - Procedimentos Práticos F3 - Viabilidade Contextual P1 - Orientação Responsiva e Inclusiva	2. A Udesc assegura que as composições da CPA e CSAs tenham participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, sem que privilegie a maioria absoluta de qualquer dos segmentos	Análise Documental			
U1 - Credibilidade do Avaliador	3. A CPA/CSA propõe ações formativas visando à capacitação de pessoas para os processos de avaliação institucional	Questionário	X	X	
U1 - Credibilidade do Avaliador P6 - Conflitos de Interesses	4. A CPA/CSA atua com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na UDESC/Centro, no que tange suas atribuições de condução dos processos de autoavaliação	Questionário	X	X	
U2 - Atenção aos <i>Stakeholders</i> U6 – Processos e Produtos Importantes	5. Há reuniões periódicas da CPA/CSA para sistematização de demandas e discussões/reflexões sobre o processo de autoavaliação de cursos	Análise Documental Questionário	X	X	
F1– Gerenciamento de Projeto P2 - Acordo Formal A6- Projetos e Análise Sólidos E1 - Documentação da Avaliação	6. Há projeto de Avaliação Institucional para o ciclo avaliativo vigente	Análise Documental			
U4 – Valores Explícitos A6- Projetos e Análise Sólidos	7. O projeto de Avaliação Institucional contempla as necessidades institucionais de acordo com o PDI, bem como atende os requisitos estabelecidos na legislação e nos instrumentos de avaliação externa	Análise Documental			
U3 – Propósitos Negociados A6- Projetos e Análise Sólidos	8. Os objetivos e procedimentos da autoavaliação de cursos são descritos no projeto de Avaliação Institucional e/ou relatórios de avaliação, podendo ser ajustados, se necessário	Análise Documental			
P6 - Conflitos de Interesses	9. O Projeto de Avaliação Institucional e/ou outros documentos normativos estabelecem regras para evitar que situações geradas pelo confronto de interesses possam comprometer ou influenciar de maneira imprópria a condução do processo de autoavaliação	Análise Documental			

(continuação)

PADRÕES DE QUALIDADE JCSEE	QUESTÕES	PROCEDIMENTO	APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO		
			CPA	CSA	DEG
F4 – Uso de Recursos	10. O orçamento da Udesc possui previsão financeira para o atendimento de despesas provenientes da realização do processo de avaliação institucional	Análise Documental Questionário	X	X	
E1 - Documentação da Avaliação	11. Há fluxo definido para ações referentes ao processo de autoavaliação de curso	Análise Documental			
F1– Gerenciamento de Projeto P2 - Acordo Formal	12. Há divulgação de cronograma de atividades antes de cada processo de autoavaliação de curso	Análise Documental Questionário	X		
U3 – Propósitos Negociados U6 – Processos e Produtos Importantes E1 - Documentação da Avaliação	13. Os instrumentos de avaliação são revisados periodicamente com participação da comunidade acadêmica	Análise Documental Questionário	X	X	X
F2 - Procedimentos Práticos	14. A CPA/CSA em conjunto com a direção de ensino desenvolve ações de sensibilização da comunidade acadêmica antes de cada processo de autoavaliação de curso	Análise Documental Questionário	X	X	X
A5– Gerenciamento de Informações	15. Há utilização de <i>software</i> específico para gerenciamento de informações, aplicação dos instrumentos, coleta e tratamento estatísticos dos dados	Análise Documental Questionário	X		
A3 – Informação Confiável	16. Medidas preventivas são implementadas para garantir que os dados coletados no processo de autoavaliação sejam confiáveis	Análise Documental			
U5 - Informações Relevantes A2 – Informação Válida	17. As informações coletadas por meio da autoavaliação são relevantes para indução de qualidade dos cursos de graduação	Questionário		X	X
U2 - Atenção aos <i>Stakeholders</i> F2 - Procedimentos Práticos F3 - Viabilidade Contextual P1 - Orientação Responsiva e Inclusiva P4 – Clareza e Justiça	18. O processo de autoavaliação de curso contempla as perspectivas dos diferentes segmentos acadêmicos	Análise Documental			
P2 - Acordo Formal	19. Há exigência de assinatura de termo de sigilo e confidencialidade aos membros de CSAs com acesso aos dados da autoavaliação	Análise Documental			
F1– Gerenciamento de Projeto P3 – Respeito e Direitos Humanos P5 – Transparência e Divulgação	20. A CSA possui estratégias adicionais para manter a segurança, o sigilo e a proteção dos dados de autoavaliação de cursos no âmbito dos Centros	Análise Documental Questionário		X	

(continuação)

PADRÕES DE QUALIDADE JCSEE	QUESTÕES	PROCEDIMENTO	APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO		
			CPA	CSA	DEG
U1 - Credibilidade do Avaliador U4 – Valores Explícitos P1 - Orientação Responsiva e Inclusiva P3 – Respeito e Direitos Humanos P4 – Clareza e Justiça	21. As ações de autoavaliação de curso são planejadas e conduzidas respeitando os princípios éticos e os direitos humanos	Análise Documental Questionário	X	X	
F2 - Procedimentos Práticos A1 - Conclusões e Decisões Justificadas A2 – Informação Válida	22. As análises dos resultados da autoavaliação de cursos são realizadas considerando o momento e as circunstâncias em que foram desenvolvidas	Análise Documental			
U7 - Comunicação e Relatório Tempestivos e Adequados	23. As discussões dos resultados da autoavaliação no Centro ocorrem em tempo hábil, favorecendo a implementação das recomendações de forma oportuna	Análise Documental Questionário		X	X
U8 – Preocupação com Consequências e Influência P5 – Transparência e Divulgação	24. A CSA em conjunto com os gestores do Centro cria estratégias para discutir os resultados da autoavaliação de curso e as recomendações do NDE com todos os segmentos acadêmico	Questionário		X	X
U8 – Preocupação com Consequências e Influência	25. Os gestores apoiam as deliberações dos NDEs e dão suporte para implementação de suas recomendações	Questionário		X	X
A6- Projetos e Análise Sólidos A7- Explicitação do Raciocínio da Avaliação A8 – Comunicação e Emissão de Relatório	26. O relatório final elaborado pela CPA contempla uma visão analítica e interpretativa dos resultados obtidos na autoavaliação dos cursos	Análise Documental			
F3 - Viabilidade Contextual P4 – Clareza e Justiça P5 – Transparência e Divulgação A4- Descrições Explícitas do Programa e Contexto A8 – Comunicação e Emissão de Relatório	27. A CSA em conjunto com os gestores do Centro utiliza diferentes estratégias para divulgação dos resultados da autoavaliação de forma a atender cada segmento acadêmico	Questionário		X	

(conclusão)

PADRÕES DE QUALIDADE JCSEE	QUESTÕES	PROCEDIMENTO	APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO		
			CPA	CSA	DEG
U6 – Processos e Produtos Importantes	28. Os relatórios finais elaborados pelas CSAs contemplam as potencialidades e fragilidades apontadas pela autoavaliação e indicam recomendações para melhoria dos cursos	Análise Documental			
U7 - Comunicação e Relatório Tempestivos e Adequados A1 - Conclusões e Decisões Justificadas A4 – Descrições Explícitas do Programa e Contexto E1–Documentação da Avaliação	29. Os relatórios elaborados pela CPA e CSAs fornecem informações suficientes para compreender o processo de avaliação das ações de cursos e as dimensões avaliadas	Análise Documental			
P5 – Transparência e Divulgação	30. Os relatórios finais elaborados pela CPA e CSAs são disponibilizados para consulta pública	Análise Documental			
U8 – Preocupação com Consequências e Influência A2 – Informação Válida	31. A CPA/CSA oferece suporte aos gestores para compreensão dos resultados da autoavaliação de cursos	Questionário	X	X	
E2 – Meta-Avaliação Interna	32. A CPA/CSA realiza reflexões sobre a própria condução da atividade de autoavaliação de cursos: estratégias utilizadas, dificuldades e avanços apresentados	Análise Documental Questionário	X	X	
F1– Gerenciamento de Projeto A7- Explicitação do Raciocínio da Avaliação E2 – Meta-Avaliação Interna	33. A CPA/CSA mantém registros de todas as etapas do processo de autoavaliação, inclusive sobre as reflexões da própria condução da atividade avaliativa	Análise Documental	X	X	
	TOTAL DE QUESTÕES		12	16	6

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

5.2 RESULTADO DO QUESTIONÁRIO META-AVALIATIVO

Conforme documentado nos Apêndices A, B e C, a pesquisa coletou dados por meio da aplicação de questionários à Presidente da CPA, aos presidentes das CSAs e aos DEGs, além da análise de documentos. Dos 12 presidentes das CSAs, 11 responderam ao questionário, resultando em uma adesão de 91,6%. Entre os 12 DEGs contatados, obtivemos uma taxa de resposta de 100%. Ressalta-se, ainda, a contribuição da Presidente da CPA, que também respondeu à pesquisa.

A seguir, será apresentada uma análise detalhada de cada item, explorando as principais percepções e conclusões extraídas, com o objetivo de proporcionar uma compreensão abrangente dos resultados da pesquisa.

- **Item 1 - A Udesc estabelece formalmente a composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e especifica as atribuições da CPA e CSAs**

Mediante análise documental, observou-se que a regulamentação do funcionamento da CPA e das CSAs é estabelecida formalmente, por meio da Resolução nº 065/2018, de 13 de dezembro de 2018, aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da Udesc. A normativa interna define a forma de constituição das comissões, o processo de escolha e nomeação de seus membros, duração do mandato, funcionamento e periodicidade de reuniões, além das atribuições e competências.

Destaca-se que a Resolução vem sendo revista e atualizada periodicamente, desde a criação da CPA, sendo esta, a quarta edição da regulamentação.

- **Item 2- A Udesc assegura que as composições da CPA e CSAs tenham participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, sem que privilegie a maioria absoluta de qualquer dos segmentos**

Em conformidade com o que determina o inciso I, art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a análise documental evidenciou que as comissões responsáveis pela avaliação institucional da Udesc possuem representatividade de todos os

segmentos acadêmicos, inclusive da sociedade civil, assegurando que nenhum dos segmentos represente *mais da metade* da totalidade dos membros das comissões.

A Resolução nº 065/2018 - CONSUNI, em seu art. 4º, dispõe que a CPA será composta do(a) Coordenador(a) da Coordenadoria de Avaliação Institucional (membro nato), sete representantes docentes efetivos (com suplentes), cinco representantes dos técnicos universitários dos centros (com suplentes), um representante dos técnicos universitários da Reitoria (com suplente), três representantes do corpo discente de graduação e/ou pós-graduação (com suplentes) e um representante da sociedade civil organizada (com suplente).

As CSAs, por sua vez, conforme o Art. 5º, serão constituídas de quatro representantes docentes efetivos (com suplentes), três representantes dos técnicos universitários (com suplentes), dois representantes do corpo discente de graduação e/ou pós-graduação (com suplentes) e um representante da sociedade civil organizada da região onde o Centro está localizado (com suplente).

▪ **Item 3 - A CPA/CSA propõe ações formativas visando à capacitação de pessoas para os processos de avaliação institucional**

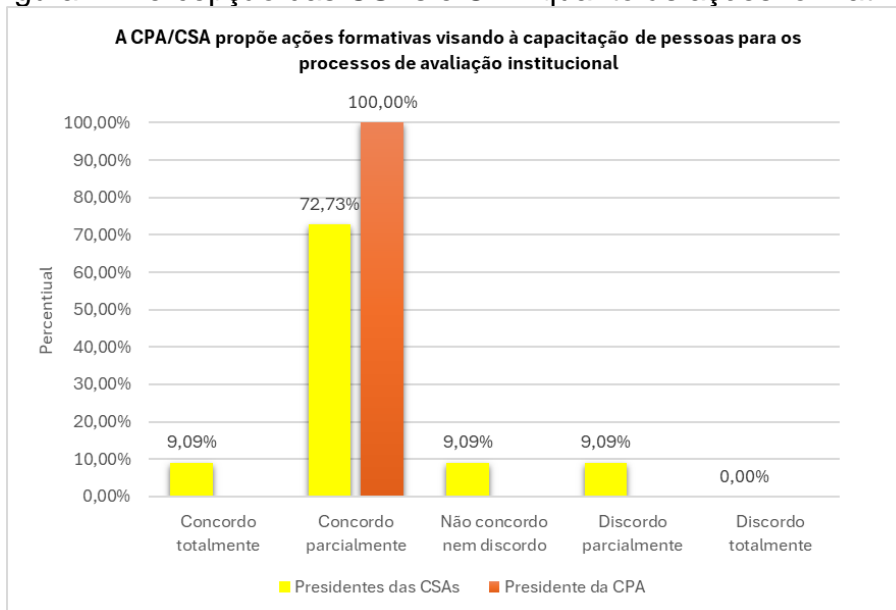
Apesar de desejável, não há obrigatoriedade de conhecimento técnico ou experiência anterior⁸ para fazer parte das comissões de avaliação. No entanto, entende-se que há necessidade de promover ações formativas para que todos os membros das comissões estejam capacitados para condução dos processos avaliativos.

De acordo com o disposto nos artigos 17 e 18, da Resolução 065/2018 - CONSUNI, estão entre as competências da CPA e CSAs (em articulação com a COAI), a promoção de ações e eventos formativos às pessoas para os processos de avaliação institucional.

Neste contexto, conforme a Figura 2, a CPA e 72,73% das CSAs manifestaram concordância parcial com a afirmativa de que as comissões de avaliação da Udesc propõem ações formativas.

⁸ Conforme verificado nas portarias, entre os presidentes de CSAs, apenas um não possuía experiência prévia em avaliação. Todos os demais já haviam sido membros das CSAs ou estavam à frente da comissão há mais de um ano.

Figura 2- Percepção das CSAs e CPA quanto às ações formativas



Fonte: Elaborada pela autora

Apesar de reconhecerem a necessidade de capacitação, as CSAs apontaram que não há processo sistematizado neste sentido nos Centros. Uma CSA relatou que dão “ênfase apenas nas épocas de avaliação e montagem dos relatórios”. Em apenas um dos Centros foi possível identificar uma iniciativa mais consolidada, materializada pela promoção de um Seminário de Avaliação. Em 2023, este Seminário encontrava-se na sua segunda edição, tendo como público-alvo a direção de Ensino de Graduação, as chefias de departamento, a CSA e os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs).

Em nível institucional, a CPA indicou que “há momentos relacionados às ações formativas, em reuniões ordinárias e em treinamentos específicos”. Essa afirmação foi corroborada pelos registros nas atas das reuniões da CPA, que relatam diversas ações destinadas à qualificação dos membros das CSAs para utilização do sistema acadêmico, condução do processo de autoavaliação e elaboração de relatórios. Além disso, ficou evidenciado, pelas comunicações eletrônicas, momentos formativos conduzidos pela CPA em visita realizadas aos Centros, de acordo com as demandas expressas pelas CSAs e/ou DEGs.

Em complemento às ações previstas, anualmente, ocorre o Seminário de Avaliação Institucional da Udesc. A atividade está na sua 8ª edição, sendo voltada especialmente aos membros da CPA e das CSAs, porém, extensiva a toda a comunidade acadêmica. Inobstante as ações aqui elencadas, a CPA reconhece que

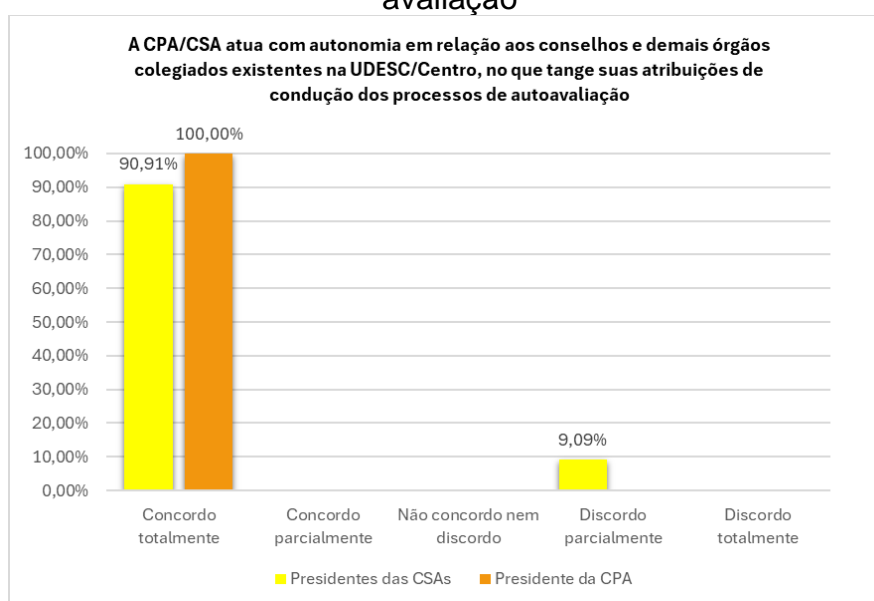
há “necessidade de fortalecimento da comissão perante momentos de formação”, especialmente considerando a frequente rotatividade de membros, observada principalmente na composição das CSAs.

- **Item 4- A CPA/CSA atua com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na UDESC/Centro, no que tange suas atribuições de condução dos processos de autoavaliação**

Em relação a esta afirmativa, a CPA e 90,91% das CSAs entendem que as comissões desempenham suas atribuições com autonomia dentro da Universidade, conforme Figura 3. Apenas uma CSA indicou discordar parcialmente da afirmativa, porém, não fez uso do espaço aberto para complementar sua perspectiva de forma a contextualizar sua opinião.

Verificou-se que a condição de autonomia é também assegurada pela Resolução 065/2018 - CONSUNI, conforme preceitua a Lei 10.861/2004, em seu art.11, inciso II. Não foi encontrado qualquer evidência de interferência da gestão e/ou órgãos colegiados na condução do processo autoavaliativo.

Figura 3- Percepção das CSAs e CPA quanto à autonomia das comissões de avaliação



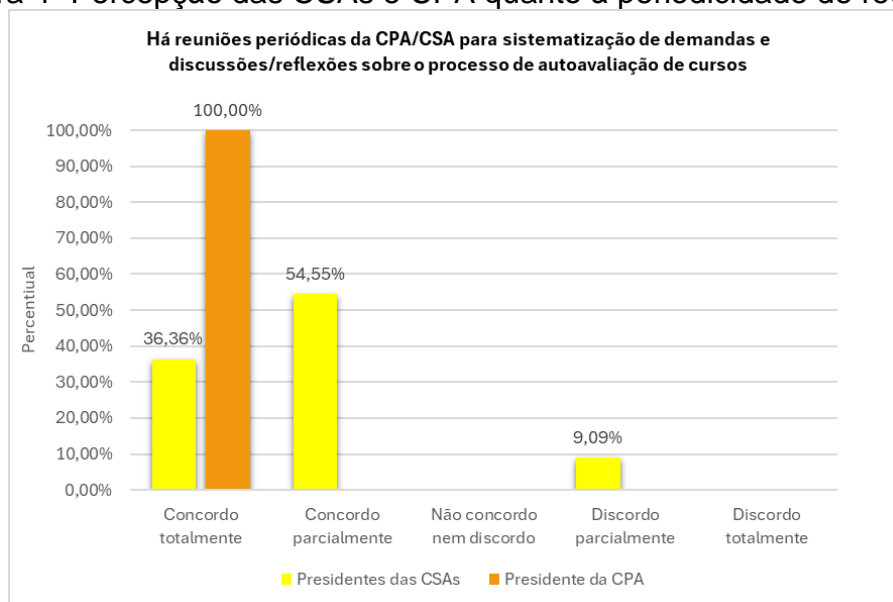
Fonte: Elaborada pela autora

- **Item 5- Há reuniões periódicas da CPA/CSA para sistematização de demandas e discussões/reflexões sobre o processo de autoavaliação de cursos**

A Resolução 065/2018 - CONSUNI, em seu art.10, dispõe que “a CPA e as CSAs funcionarão por meio de reuniões ordinárias bimestrais e extraordinárias a qualquer tempo”. Já em seu art.19, parágrafo 2º, há determinação expressa para que os presidentes das CSAs encaminhem, anualmente, o cronograma de reuniões para aprovação da CPA.

Isto posto, de acordo com a Figura 4, temos 36,36% das CSAs que declaram concordar totalmente com a asserção. No entanto, sobressai aqui a posição de 54,55% das CSAs que concordam parcialmente com a afirmativa e 9,09% que discordam parcialmente desta.

Figura 4- Percepção das CSAs e CPA quanto à periodicidade de reuniões



Fonte: Elaborada pela autora

Uma das comissões setoriais afirmou que, em relação às reuniões da CSA, elas “ocorrem por força da avaliação semestral, normalmente uma por semestre”, enquanto outra, complementou que “as reuniões acontecem quando tem demanda”, ressaltamos que essas práticas estão em desacordo com o que determina a Resolução 065/2018 - CONSUNI. Uma terceira CSA apontou que enfrenta

dificuldades para reunir seus membros, em razão do *Campus* possuir curso em diferentes cidades.

É importante destacar que está previsto na resolução anteriormente citada, que as reuniões das comissões poderão ocorrer presencialmente e/ou por videoconferência. Assim, o fato de os membros da comissão não estarem no mesmo espaço geográfico, não deve ser impeditivo para que as reuniões ocorram bimestralmente.

Não foi possível identificar, por meio das Atas das reuniões da CPA, a aprovação de cronograma de reuniões de CSAs.

No âmbito da CPA, observou-se o cumprimento do que preceitua a Resolução, com reuniões bimestrais, cujo calendário é previamente definido e divulgado. Corroborando com esta constatação, a CPA afirma que a “sistematização das demandas é cumprida nas reuniões periódicas” e as “discussões/reflexões do processo em si também são atribuições efetivadas pela CPA”.

▪ **Item 6- Há projeto de Avaliação Institucional para o ciclo avaliativo vigente**

Analisando os documentos, verificou-se que o processo de autoavaliação da Udesc está fundamentado no PAI. O projeto atual, em sua sexta edição, foi aprovado pelo Conselho Universitário, conforme Resolução nº 090/2023-Consuni, para o ciclo avaliativo de 2022-2024.

É importante reiterar que este projeto abrange não somente o processo de autoavaliação de cursos de graduação, mas também, os processos de Avaliação das Ações de Cursos de Pós-Graduação (AAPG) e Avaliação das Ações da Udesc (AAU), sendo que estes últimos não são objetos deste estudo.

▪ **Item 7- O projeto de Avaliação Institucional contempla as necessidades institucionais de acordo com o PDI, bem como atende os requisitos estabelecidos na legislação e nos instrumentos de avaliação externa**

Analisando o PAI da Udesc, constatou-se que ele está ancorado nos marcos teóricos e legais que orientam a avaliação da educação superior no país. Observou-se que o PAI está alinhado às metas, aos objetivos e aos compromissos da Universidade, expressos PDI e no Plano 20, atuando como mecanismo sistemático e

contínuo de acompanhamento das ações de ensino, pesquisa, extensão e administração. Buscar a qualidade acadêmica, o compromisso social e a transparência são valores tanto do PAI quanto do PDI, evidenciando a preocupação da UDESC em oferecer uma educação de excelência com pertinência e gestão responsável. Desta forma, o PAI propõe um processo de autoavaliação que não limita apenas na medição de resultados, mas que fornece subsídios para o planejamento e tomada de decisões, permitindo que a UDESC evolua continuamente.

- **Item 8- Os objetivos e procedimentos da autoavaliação de cursos são descritos no projeto de Avaliação Institucional e/ou relatórios de avaliação, podendo ser ajustados, se necessário**

Pela análise do PAI, edição 2022-2024, constatou-se que os objetivos da avaliação institucional da Udesc estão descritos de forma geral e específica. O Projeto abrange, ainda, os procedimentos adotados para a realização do processo de autoavaliação: menciona o *software* utilizado para fazer a gestão dos dados coletados (Sistema de Gestão Acadêmica - SIGA), descreve as dimensões avaliadas, relata o processo de construção coletiva do instrumento de avaliação, identifica os atores do processo avaliativo (avaliadores e avaliados) e apresenta um cronograma com as etapas da avaliação (objetivos, cronograma, ações e atores envolvidos).

Observou-se, ainda, que os objetivos e procedimentos do processo de autoavaliação são ajustados conforme o contexto vivenciado. Um exemplo disso, refere-se ao período da pandemia de COVID-19 em que foi elaborado um projeto com vigência para 2020 e 2021. Neste, todas as ações estavam voltadas à avaliação das atividades pedagógicas não presenciais (APNP). Num primeiro momento, avaliando a adaptação à APNP e a necessidade de infraestrutura e apoio da comunidade acadêmica, e num segundo momento, avaliando as condições para o retorno presencial. Vale salientar que o PAI é flexível e revisado continuamente, no entanto, por força de Resolução, deve ser submetido aos Conselhos da Universidade.

- **Item 9- O Projeto de Avaliação Institucional e/ou outros documentos normativos estabelecem regras para evitar que situações geradas pelo confronto de interesses possam comprometer ou influenciar de maneira imprópria a condução do processo de autoavaliação**

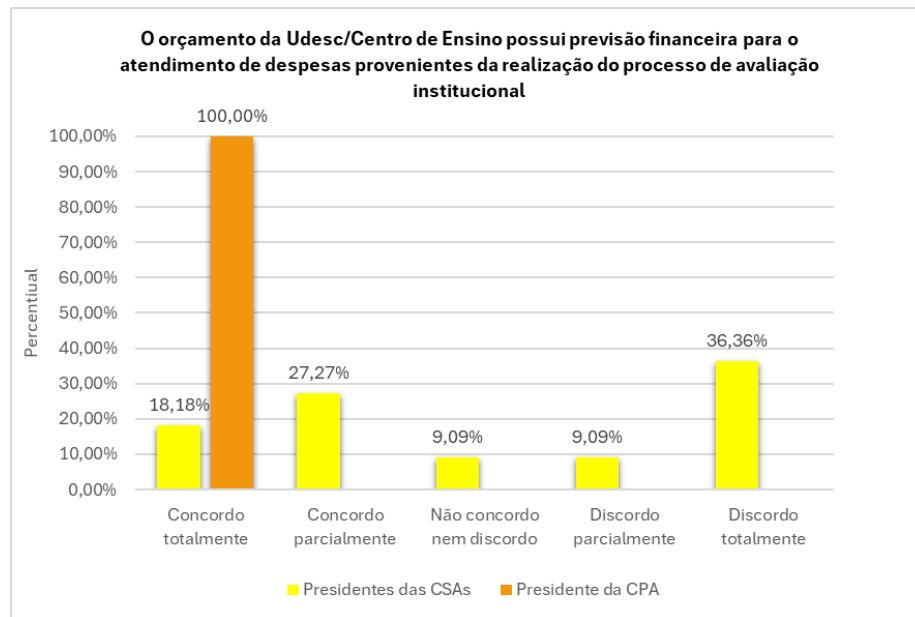
O estudo dos documentos revelou que a Resolução nº 065/2018 - Consuni, em seu art. 5º, § 7º, que é “vedada a participação dos diretores de Centro na composição das CSAs”. Apesar da Resolução não fazer referência, por similitude, não há participação de diretores de Centro e de Pró-reitores na composição da CPA. Esta posição permite à CPA realizar a gestão dos processos avaliativos com autonomia.

- **Item 10- O orçamento da Udesc/Centro de Ensino possui previsão financeira para o atendimento de despesas provenientes da realização do processo de avaliação institucional**

Apesar de não haver uma dotação orçamentária exclusiva para avaliação institucional, a nível de Reitoria, a CPA concorda totalmente com o item e explica que “de acordo com as demandas necessárias, há possibilidade de solicitação de financiamento para as atividades e ações do processo de avaliação institucional”. Corroborando com a exposição, verificou-se que, anualmente, a Pró-reitoria de Planejamento, por meio da Coordenadoria de Planejamento Institucional, realiza o levantamento das prováveis despesas para o ano subsequente. A indicação desta previsão fica a cargo da COAI, órgão suplementar, que elenca quais são as previsões de despesas para o desenvolvimento das atividades avaliativas.

A nível de Centro de Ensino, a asserção suscitou respostas pulverizadas por parte das CSAs. Assim, conforme a Figura 5, podemos observar que, no total, apenas 18,18% concordam totalmente. Neste sentido, constatou-se que as CSAs se utilizam, principalmente, da estrutura disponível no Centro para outras finalidades, como por exemplo, uso de salas de reuniões, computadores e impressoras. Para demandas específicas, que exijam um investimento maior, como cursos de capacitação, contam com o apoio da Direção de Ensino e/ou Direção Geral do Centro, mas sem ter nenhum orçamento específico.

Figura 5- Percepção das CSAs e CPA quanto à previsão orçamentária



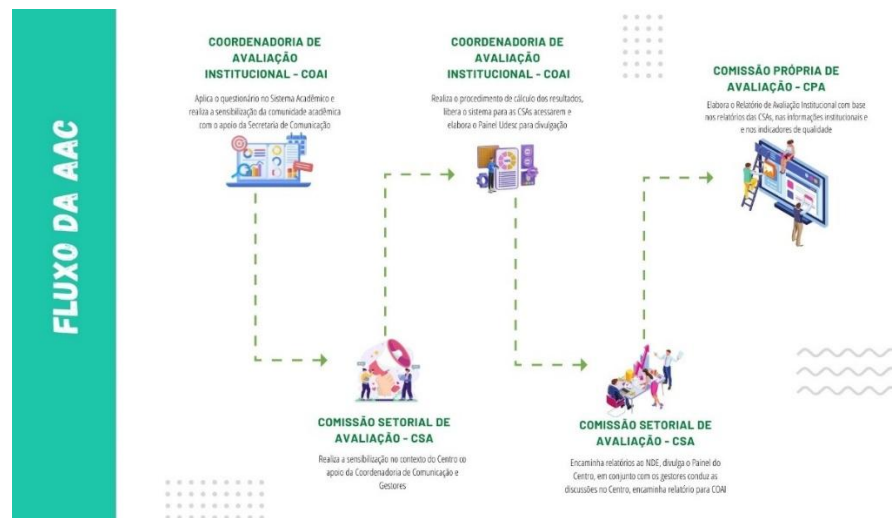
Fonte: Elaborada pela autora

É importante reiterar, que a nível de Udesc, a previsão de despesas é realizada pela COAI. A CPA se beneficia da estrutura física e administrativa desta Coordenadoria, conforme previsto na Resolução nº 065/2018 - Consuni, em seu art. 9º, no entanto, estrutura similar não é assegurada para CSAs.

- **Item 11- Há fluxo definido para ações referentes ao processo de autoavaliação de curso**

Com base na análise do PAI, verificou-se que as etapas para consecução da autoavaliação de cursos estão definidas no documento. Além disso, o fluxo detalhado, conforme Figura 6, está disponibilizado na página da Avaliação Institucional e é encaminhado às CSAs antes de cada avaliação.

Figura 6- Fluxo da Avaliação das Ações de Cursos na Udesc



Fonte: Adaptado de COAI – Disponível em: <https://www.udesc.br/avaliacaointerna/aac>

- **Item 12- Há divulgação de cronograma de atividades antes de cada processo de autoavaliação de curso**

A CPA concordou totalmente com o item. Corroborando com a resposta, constatou-se, por meio da análise das comunicações internas, que o cronograma semestral de autoavaliação de cursos é elaborado pela COAI, submetido à CPA e, posteriormente, encaminhado às CSAs. O cronograma é composto da descrição da atividade, identificação do responsável pela atividade e o prazo para cada uma das etapas.

- **Item 13- Os instrumentos de avaliação são revisados periodicamente com participação da comunidade acadêmica**

Evidenciou-se, por meio da análise das mensagens eletrônicas da COAI, que os instrumentos são enviados pela CPA/COAI às CSAs e DEGs para que toda a comunidade acadêmica possa participar das reflexões e sugerir alterações.

A articulação para que seja viabilizado esse momento nos Centros e que essa construção coletiva do instrumento seja materializada, com a participação de discentes, docentes e chefias de departamento é de responsabilidade das CSAs em conjunto com os DEGs, conforme fluxo apresentado na Figura 7.

Figura 7-Fluxo da Revisão dos Instrumentos da Avaliação das Ações

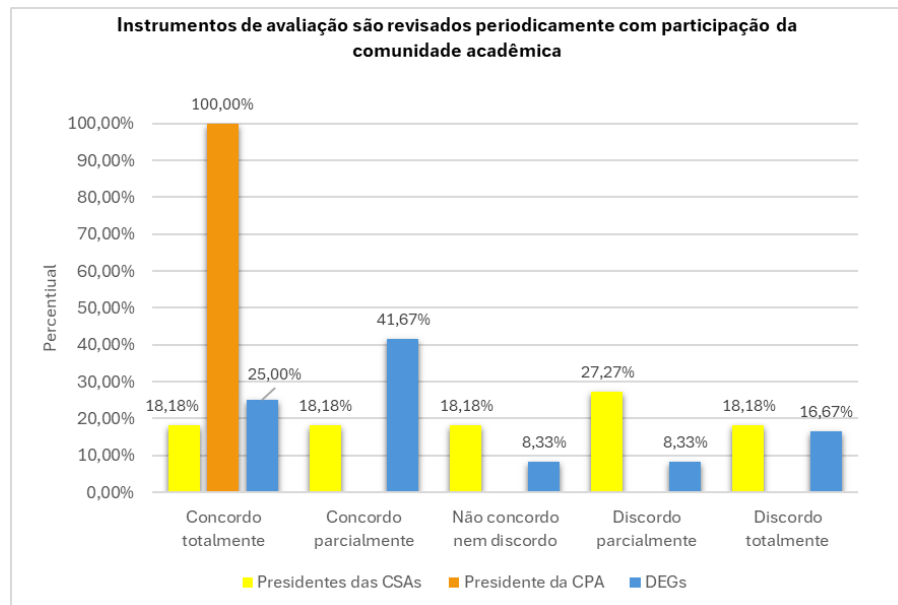


Fonte: Adaptação da descrição contida na Ata 74 de 25/02/2021

Neste sentido, conforme Figura 8, a pesquisa revelou posicionamentos diferenciados entre as CSAs, sendo que 45,45% discordam parcial ou totalmente da afirmação. Uma CSA argumentou que “sempre existe o convite da participação da comunidade acadêmica”, no entanto, o envolvimento muitas vezes “não ocorre por falta de interesse”. Outra CSA declarou que “normalmente quem propõe mudanças são as chefias de departamento, coordenações e direções” e que os discentes não demonstram interesse em participar. Por outro lado, uma terceira CSA apontou que consegue obter a participação do segmento acadêmico, por meio “dos representantes acadêmicos que estão na comissão”.

Já o posicionamento dos DEGs contrapõe às perspectivas da maioria das CSAs, visto que 66,67% concordam total ou parcialmente com a afirmativa. Um DEG considera que é “um desafio o envolvimento da comunidade acadêmica neste processo” e acredita que é necessário “consolidar uma cultura de avaliação, que vá para além do preenchimento do instrumento, bem como da sazonalidade de seu ciclo avaliativo”. A CPA concordou totalmente com a assertiva.

Figura 8-Percepção dos Diretores de Ensino, CSAs e CPA quanto à revisão de instrumentos de avaliação



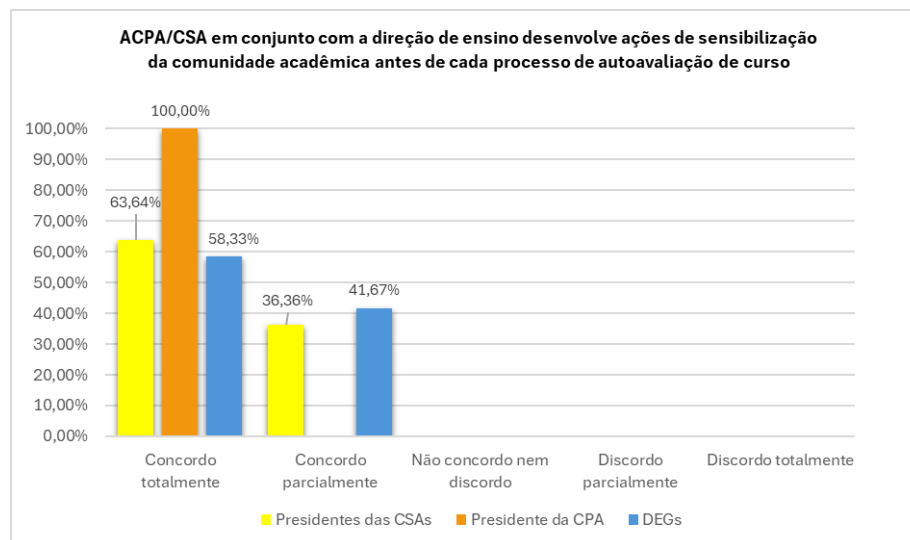
Fonte: Elaborada pela autora.

- **Item 14- A CPA/CSA em conjunto com a direção de ensino desenvolve ações de sensibilização da comunidade acadêmica antes de cada processo de autoavaliação de curso**

De acordo com a Figura 9, manifestaram concordância total a esta afirmativa, 63,64% das CSAs, 58,33% dos DEGs e a CPA. Concordaram parcialmente com o item, 36,36% das CSAs e 41,67% dos DEGs.

A CPA esclarece que “em articulação com a COAI, trabalha na sensibilização a nível institucional, por meio de notícias internas e comunicados em mídias sociais”. Ressalta, ainda, que a sensibilização nos Centros é responsabilidade das CSAs.

Figura 9- Percepção dos Diretores de Ensino, CSAs e CPA quanto às ações de sensibilização



Fonte: Elaborada pela autora.

As CSAs e DEGs elencaram algumas ações desenvolvidas no âmbito dos Centros, tais como: divulgação do processo por meio de canais diversos como utilização de murais interativos, redes sociais, *e-mails*, visitas em salas de aula, cartazes, totem digital e grupos de *WhatsApp*; ações interativas e informativas como realização de encontros informais sobre autoavaliação, seminários, murais interativos, atas abertas e divulgação de relatórios; mobilização e engajamento incluindo escuta ativa dos representantes acadêmicos, realização de reuniões nos departamentos para mobilização docente, envolvimento dos Centros Acadêmicos, NDEs e gestores na divulgação do processo de autoavaliação.

- **Item 15 - Há utilização de *software* específico para gerenciamento de informações, aplicação dos instrumentos, coleta e tratamento estatísticos dos dados**

Com base na análise documental realizada, constatou-se que em 2010, a Universidade substituiu o sistema acadêmico SIGMAWEB, que contemplava apenas o registro acadêmico da graduação, pelo SIGA, um sistema mais completo que também abrange a pós-graduação e a avaliação institucional. A partir do segundo semestre de 2011, a Universidade automatizou seu processo de autoavaliação, conforme registrado nas atas das reuniões da CPA e nas correspondências

eletrônicas da COAI. Essa mudança possibilitou o desenvolvimento de um módulo específico para avaliação e a criação de relatórios personalizados, atendendo às demandas e as especificidades do processo avaliativo da Udesc.

Atualmente, a AAC e a AAPG são aplicadas por meio do SIGA. O sistema permite a emissão de dois tipos de relatórios como verificação de participação e resultados das avaliações, apresentando respostas de questões abertas e médias das questões objetivas por Centro, Curso, Disciplinas e Dimensões, nos formatos PDF ou XLS.

Contudo, conforme apontado pela CPA, o sistema não permite a realização de testes comparativos ou outras análises inferenciais avançadas. Essa limitação fez com que a CPA expressasse concordância parcial com o item em questão.

Apesar disso, observou-se que ao longo dos doze anos desde sua implementação, o SIGA tem recebido melhorias de acordo com os *feedbacks* dos usuários ou em razão de novas demandas. Um exemplo recente é a solicitação para desenvolver uma funcionalidade⁹ que permita a aplicação de avaliação exclusiva para alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, possibilitando que eles avaliem tópicos relacionados à acessibilidade educacional.

Portanto, embora haja utilização de *software* específico para gerenciamento de informações, aplicação dos instrumentos e coleta de dados, o tratamento estatístico avançado dos dados ainda é limitado no sistema atual. A Udesc reconhece essa limitação e tem buscado melhorias contínuas para atender às necessidades do processo avaliativo.

Conforme notícia divulgada no site da Udesc¹⁰, um novo sistema está sendo implantado, o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa). A migração de dados teve início pelo Módulo de Pesquisa, seguido pelos dados da Extensão. Dados relativos ao ensino (Pós-graduação e Graduação) ainda não foram migrados, consequentemente a Avaliação Institucional continua utilizando o SIGA.

⁹ Demanda registrada por meio do chamado 606418 no sistema de gerenciamento de chamado – Softdesk da empresa Edusoft, responsável pela gestão do sistema acadêmico da Udesc, o SIGA.

¹⁰ UDESC. Novo sistema de gestão acadêmica da Udesc completa um ano. Disponível em: < <https://surl.li/gyrhmp> >. Acesso em 02. Dez 2024.

- **Item 16- Medidas preventivas são implementadas para garantir que os dados coletados no processo de autoavaliação sejam confiáveis**

Assegurar a confiança dos dados produzidos é essencial para fundamentar a tomada de decisão, mas apresenta alguns desafios. Diversos fatores podem contribuir para a inconsistência, incluindo erros humanos e falhas no sistema.

Conforme observado nos registros das Atas da CPA, inicialmente as autoavaliações de cursos eram desenvolvidas por meio de formulários físicos que eram transcritos para planilhas, a transição para formulários eletrônicos permitiu maior agilidade na coleta de dados e na obtenção dos resultados. Contudo, eram recorrentes as preocupações relacionadas à possibilidade de múltiplas avaliações por um mesmo indivíduo.

Com a implementação do SIGA, a autoavaliação passou a contar com um módulo específico de avaliação, acessível por meio da Identidade Digital (ID) Udesc, baseada no CPF do usuário. Essa mudança resolveu o problema de eventuais avaliações duplicadas, uma vez que o sistema limita a avaliação de acordo com o vínculo do usuário.

A interface do módulo de avaliação é pouco intuitiva, e o processo para cadastro de um questionário de avaliação é complexo, exigindo o cumprimento de diversas etapas. Uma falha nesse processo pode comprometer os resultados da autoavaliação.

Além disso, o registro acadêmico, realizado no Módulo de Graduação pelas Secretarias Acadêmica de Ensino de Graduação, impacta diretamente no módulo de avaliação. Não é incomum encontrar problemas na autoavaliação originados do Módulo de Graduação, seja por modificações no sistema ou por inserção incorreta de dados, o que prejudica a credibilidade dos resultados e tem sido uma das queixas das CSAs, conforme constatado através das mensagens eletrônicas da COAI. Para mitigar esses problemas, os Secretários Acadêmicos são orientados a revisar e finalizar os procedimentos de vinculação de alunos e docentes às disciplinas e cursos antes de cada processo de autoavaliação. De acordo com as mensagens eletrônicas da COAI, são realizados testes para assegurar a aplicação correta do questionário e sua disponibilidade nos portais. Após o término do período de autoavaliações, são realizados novos testes para verificar se existem inconsistências nos resultados e se

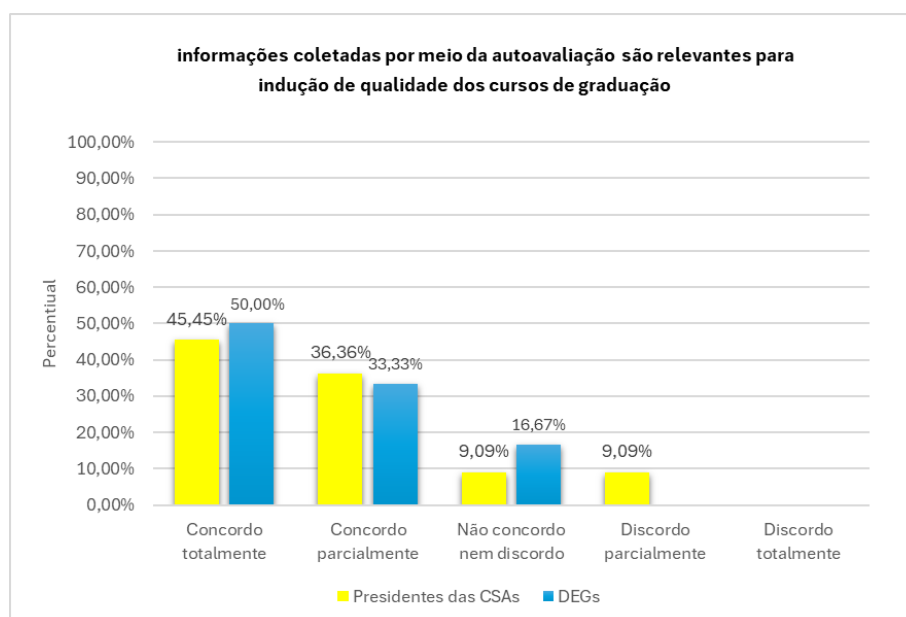
todos os relatórios estão sendo gerados corretamente. Somente então o sistema é liberado para acesso das CSAs.

- **Item 17- As informações coletadas por meio da autoavaliação são relevantes para indução de qualidade dos cursos de graduação**

Os resultados do processo de autoavaliação devem prover informações para o diagnóstico da realidade dos cursos, apontando as fragilidades que precisam ser corrigidas, bem como as potencialidades a serem reconhecidas. Os dados levantados devem subsidiar a reflexão crítica e, a partir da compreensão e apropriação destes, transformá-los em conhecimento que possibilite a melhoria contínua dos cursos (CONAES, 2014).

Nesta perspectiva, questionou-se aos DEGs e às CSAs se as informações coletadas por meio da autoavaliação eram relevantes para indução de qualidade dos cursos de graduação. Entre os DEGs, 50% concordaram totalmente com a afirmativa e 33,33% concordaram parcialmente, conforme Figura 10. De igual modo, 45,45% das CSAs concordaram totalmente e 36,36% concordaram parcialmente.

Figura 10- Percepção dos Diretores de Ensino e CSAs quanto à relevância da autoavaliação



Fonte: Elaborada pela autora.

Por meio da questão aberta, os respondentes complementaram suas percepções, reconhecendo o potencial das informações coletadas por meio da autoavaliação para impulsionar a qualidade dos cursos de graduação. No entanto, destacaram que existem desafios que precisam ser superados para que essa ferramenta seja plenamente eficaz.

Entre as dificuldades apontadas estão: limitações do instrumento, falta de clareza nas perguntas, baixa participação, excesso de questões, desalinhamento com as necessidades do EAD e atraso nas devolutivas.

Quanto às limitações do instrumento, verificou-se que as questões foram elaboradas para atender a todos os cursos de graduação da Udesc, optando por expressões que contemplem as diferentes áreas de conhecimento, sem aprofundar nas particularidades de cada curso. Porém, constatou-se que cada Centro, por meio das CSAs, pode desenvolver avaliações internas complementares à AAC, de forma a atender demandas e especificidades dos cursos e/ou centros.

No que tange à falta de clareza das perguntas, é importante recordar o fluxo apresentado no item 13, onde consta que o instrumento de autoavaliação de cursos é encaminhado aos Centros para que todos os envolvidos possam apreciar e realizar sugestões de forma a torná-lo adequado às necessidades de avaliação. Por meio do Camaleão¹¹, verificou-se que no último processo de revisão dos instrumentos de AAC, apenas 7 dos 12 Centros encaminharam sugestões, e desses, apenas 2 seguiram as orientações e apresentaram sugestões conjuntas¹². O formulário ficou disponível para participação durante 24 dias.

Em relação à baixa participação, assente-se que este tem sido um ponto preocupante, levando ao constante questionamento da representatividade dos resultados. Este tema também é recorrente nas reuniões de CPA, conforme comprovam as atas. Na ata nº 31, do ano 2012, a então presidente da CPA atribuiu a baixa participação “a pouca sensibilização da comunidade acadêmica nos diferentes Centros”. A sensibilização foi objeto de análise no item 14 deste instrumento meta-avaliativo.

¹¹ Camaleão é o gerenciador de conteúdo dos portais da Udesc, que apresenta como uma das ferramentas um formulário eletrônico para uso interno da Universidade.

¹² A orientação da COAI/CPA foi para que os Centros realizassem as discussões dos instrumentos e retornassem com uma única proposta que contemplasse as sugestões dos diversos segmentos acadêmicos.

Analisando os relatórios encaminhados pelas CSAs, identificou-se um fator que pode contribuir para a baixa participação: a falta de divulgação dos resultados da autoavaliação. Esta crítica é mencionada nas reflexões dos NDEs, que indicam que a ausência de *feedback* desmotiva a participação de discentes e docentes. Entenderemos melhor o processo de divulgação de resultados quando analisarmos o item 28.

Em relação ao excesso de questões, observamos que os instrumentos de autoavaliação de cursos da Udesc têm passado por revisões periódicas, tendo como um dos propósitos a redução do número de perguntas. É importante frisar, que o instrumento da AAC contempla as mesmas dimensões avaliadas pelas comissões externas nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, sendo elas: a organização didático-pedagógica (curso e disciplina), corpo docente e tutorial (no caso de cursos de Educação a Distância -EaD) e infraestrutura. Observa-se que, ao longo dos anos, o número de questões foi reduzido para facilitar o processo de resposta, garantindo ao mesmo tempo a abrangência mínima das três dimensões supramencionadas.

Quanto à indicação de desalinhamento do instrumento com as necessidades do EAD, na análise dos relatórios da CSA do Centro de Educação a Distância – CEAD, identificou-se dois pontos destacados pelos NDEs que merecem atenção: o primeiro, refere-se a uma pergunta do instrumento que faz menção às disciplinas optativas-DO¹³, sendo que o Projeto Pedagógico dos Cursos EaD – PPCs não prevê a oferta de DO, sendo sugerida, então, a retirada desta questão para os cursos EaD; o segundo, relaciona-se a uma demanda para inclusão dos tutores como avaliadores. Atualmente, eles são avaliados por docentes e discentes, mas o sistema acadêmico não permite que avaliem, pois não possuem atribuições dentro do SIGA.

Por último, os participantes destacaram o atraso nas devolutivas dos resultados como fator crucial para a eficácia do uso dos resultados. Sem dúvidas, a tempestividade das devolutivas tem relação direta no sucesso da implementação de ações corretivas às fragilidades apontadas. Esta questão será abordada de forma mais ampla no item 23.

¹³ No instrumento de autoavaliação dos cursos de graduação EaD, especificamente na dimensão de Organização Didático-Pedagógica avaliada pelo discente, a questão número 3 aborda as disciplinas optativas com a seguinte pergunta: "Como você avalia a contribuição das disciplinas optativas oferecidas pelo curso para atender às suas necessidades de formação profissional e acadêmica?"

- **Item 18- O processo de autoavaliação de curso contempla as perspectivas dos diferentes segmentos acadêmicos**

Por meio da análise dos relatórios extraídos do sistema acadêmico, constatou-se que no processo de autoavaliação de cursos, constituem-se avaliadores os discentes e docentes. As dimensões avaliadas seguem a mesma perspectiva da avaliação externa de cursos (instrumento utilizado para reconhecimento e renovação de reconhecimento). Assim, são avaliadas as seguintes dimensões: organização didático-pedagógica do curso e das disciplinas (semestralmente por discentes e docentes); corpo docente (semestralmente por discentes); corpo tutorial (semestralmente por discentes e docentes de cursos EaD); corpo discentes (semestralmente por docentes) e infraestrutura (anualmente por discentes e docentes).

Diferentemente do que ocorre na AAPG, na graduação os gestores dos cursos e do Centro não avaliam e não são avaliados. No entanto, em razão do instrumento de avaliação externa de cursos de graduação apresentar o indicador 2.3 que se refere à “atuação do coordenador de curso”¹⁴, estão sendo elaboradas questões para avaliar o desempenho da coordenação, conforme observou-se nas comunicações internas da COAI.

Em 2020, foi realizada uma avaliação piloto com os alunos com deficiência e/ou necessidades específicas, a fim de avaliar os serviços do Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) e outras questões relacionadas à inclusão educacional. Embora a iniciativa tenha sido um passo inicial para incorporar a perspectiva inclusiva, foram detectadas falhas na identificação do público-alvo e o sistema acadêmico precisou ser reestruturado para garantir a precisão dos dados. Diante disso, planejou-se uma nova avaliação para 2024, com um instrumento reformulado e aprimorado, visando garantir a participação efetiva desse público e a obtenção de dados precisos.

¹⁴ Para obter conceito cinco, será considerado o seguinte critério de análise: A atuação do coordenador está de acordo com o PPC, atende à demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes, com tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos e administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua (INEP, p.22, 2017).

- **Item 19- Há exigência de assinatura de termo de sigilo e confidencialidade aos membros de CSAs com acesso aos dados da autoavaliação**

Por meio da análise das comunicações internas da COAI, verificou-se que o módulo de Avaliação do SIGA foi estruturado para atender às especificidades da autoavaliação da Udesc. O sistema possui restrições de funcionalidades, de acordo com o papel desempenhado pelo usuário no processo avaliativo.

Assim, os servidores da COAI possuem acesso completo ao módulo avaliação, incluindo as funcionalidades de aplicação do instrumento, cálculo dos resultados e consulta de participação e resultados de todos os Centros. Por outro lado, as CSAs têm acesso limitado, permitindo somente a consulta de resultados e participação no âmbito de seus respectivos Centros.

Cada CSA pode indicar até dois membros, além de seu presidente, para acessar o Sistema Acadêmico. Para liberação do sistema é exigida a assinatura de um termo de sigilo e confidencialidade, sendo o acesso concedido somente após o recebimento do termo devidamente assinado.

- **Item 20- A CSA possui estratégias adicionais para manter a segurança, o sigilo e a proteção dos dados de autoavaliação de cursos no âmbito dos Centros**

Após o término do período de participação na autoavaliação de cursos, a COAI processa automaticamente os resultados no Sistema Acadêmico. Em seguida, estes resultados ficam disponíveis às CSAs, a fim de que gerem os relatórios de seus respectivos Centros, bem como realizem os demais encaminhamentos, conforme fluxo apresentado na Figura 11.

Figura 11- Fluxo da Avaliação das Ações de Cursos nos Centros de Ensino



Fonte: Adaptado de COAI – Disponível em: <https://www.udesc.br/avaliacaointerna/aac>

À medida que é realizado o *download* dos dados coletados para compartilhamento, o protocolo de segurança utilizado pelo sistema acadêmico perde sua eficácia, portanto, medidas adicionais devem ser implementadas.

Diante desse cenário, questionou-se às CSAs sobre as medidas adotadas para assegurar a confidencialidade das informações ao exportá-las do sistema acadêmico. A concordância total com a assertiva foi de 72,73%, concordaram parcialmente 18,18% das CSAs e 9,09% não concordaram nem discordaram.

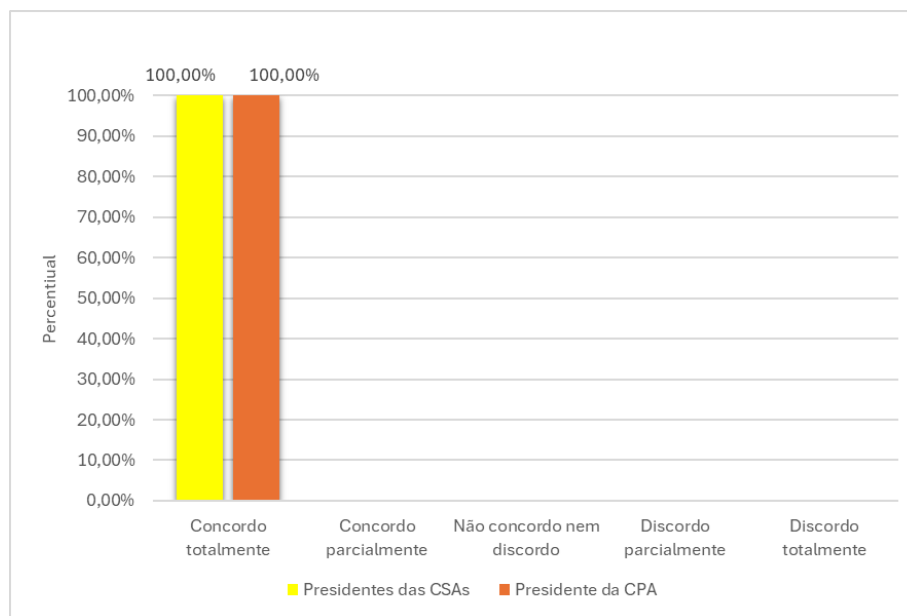
As CSAs informaram que os relatórios são compartilhados apenas com as chefias de departamento por meio do *OneDrive* institucional ou *e-mail* pessoal, não havendo impressão ou armazenamento em drives/computadores compartilhados. Além disso, os relatórios são gerados com dados agregados por disciplina, sem identificação dos professores, e eventuais questões individuais são tratadas forma pontual e sigilosa pelos gestores.

- **Item 21- As ações de autoavaliação de curso são planejadas e conduzidas respeitando os princípios éticos e os direitos humanos**

Para esta assertiva, houve total concordância por parte das CSAs e da CPA, conforme Figura 12. Uma das CSAs ponderou que: “não usa a coerção no

preenchimento das avaliações. Toda a nossa divulgação e incentivo valoriza a importância de cada resposta para ajudar a construir um centro melhor”.

Figura 12-Percepção da CPA e CSAs sobre ética e direitos humanos



Fonte: Elaborada pela autora

Corroborando com essa percepção das comissões, a análise do PAI e relatórios de autoavaliação de cursos revela que as atividades de avaliação são estruturadas e executadas em conformidade com os preceitos éticos e garantias dos direitos individuais.

O PAI é construído no âmbito da CPA/COAI e submetido à aprovação nas Câmaras e Conselho Universitário, onde há representatividade de todos os segmentos acadêmico. Portanto, é resultado de um pensar coletivo no qual a comunidade acadêmica é consultada por meios de seus representantes, garantindo que o projeto reflita suas perspectivas. O instrumento de avaliação também é resultado de consulta às partes interessadas da prática avaliativa.

Em respeito à autonomia, a participação da comunidade acadêmica na autoavaliação de cursos é facultativa. Porém, as comissões veem intensificando as ações de sensibilização, a fim de que todos compreendam plenamente a relevância deste processo e, assim, possam participar ativamente das discussões e reflexões propiciadas pela AAC.

É assegurada a privacidade e a confidencialidade de todas as informações coletadas. Os avaliadores não são identificados em nenhuma etapa do processo, e os

resultados das questões abertas, com possíveis dados pessoais e/ou dados sensíveis, são restritos ao acesso das pessoas previamente autorizadas.

Conforme estabelecido no PAI (2023), a autoavaliação é processo de cunho reflexivo e autocrítico, sem caráter punitivo. A partir de seus resultados, podem apresentar benefícios à comunidade acadêmica, propiciando subsídios para a formulação de políticas, para o planejamento das ações do Centro e do Curso, a reorientação das práticas pedagógicas e de gestão, além de assegurar uma prestação de contas ética e transparente à sociedade.

- **Item 22- As análises dos resultados da autoavaliação de cursos são realizadas considerando o momento e as circunstâncias em que foram desenvolvidas**

A análise dos resultados da autoavaliação dos cursos ocorre nos Centros, conforme fluxo delineado no item 20 deste estudo. Este procedimento visa favorecer as discussões, de forma que transcendam os dados obtidos pela autoavaliação, considerando o contexto e as circunstâncias específicas do curso avaliado e do centro ao qual ele está vinculado. Por isso, a CPA orienta que as discussões iniciem no NDE e, posteriormente, estendam-se à comunidade acadêmica. O envolvimento das partes interessadas nas reflexões contribui para o aumento da validade e relevância das conclusões, além de assegurar o respeito pelo contexto e as especificidades de cada curso.

Observou-se que alguns relatórios elaborados pelas CSAs oferecem uma visão mais abrangente do cenário avaliado, integrando outras informações para interpretar os dados obtidos na autoavaliação. Entretanto, a maioria dos relatórios são concisos, limitando-se ao apontamento de pontos fortes e fracos, e à indicação de ações para corrigir fragilidades.

- **Item 23- As discussões dos resultados da autoavaliação no Centro ocorrem em tempo hábil, favorecendo a implementação das recomendações de forma oportuna**

Para assegurar que o processo de autoavaliação de cursos produza os resultados esperados, é fundamental que haja agilidade nas discussões de seus

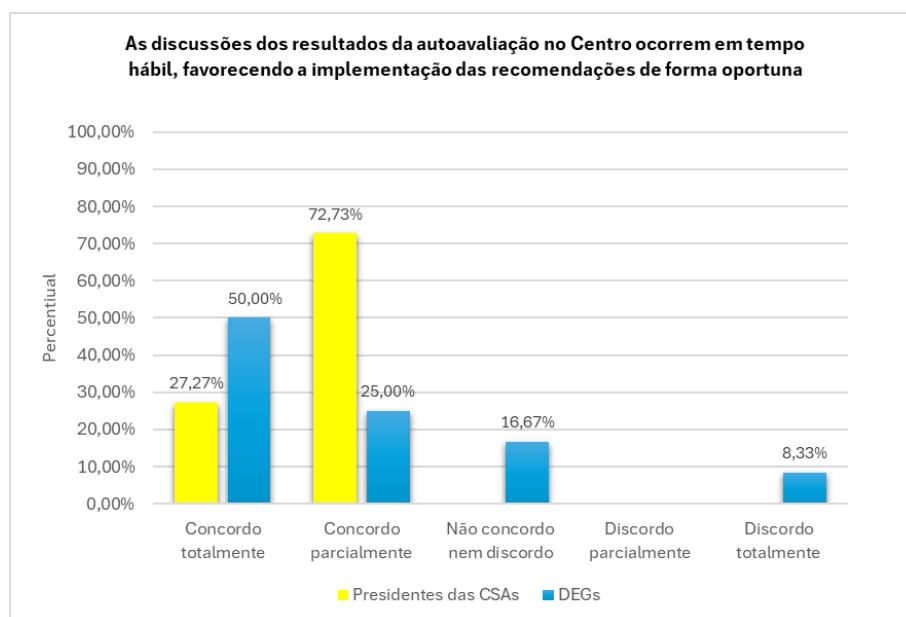
resultados e na elaboração dos relatórios resultantes destas reflexões. Isso significa que o tempo entre a coleta dos dados e a implementação das ações corretivas deve ser o menor possível.

Nesta perspectiva, conforme a Figura 13, a pesquisa revela que 27,27% das CSAs entendem que as discussões ocorrem em tempo hábil favorecendo a implementação das recomendações. Já 72,73% concordam parcialmente com essa afirmação.

Do ponto de vista dos DEGs, metade concordam totalmente com a assertiva, sendo que 25% concordam parcialmente, 16,67% não concordam nem discordam e 8,33% discordam totalmente.

Constatou-se que, embora exista um esforço para que as reflexões ocorram de forma tempestiva, existem desafios que comprometem a otimização do processo.

Figura 13- Percepção dos Diretores de Ensino e CSAs quanto à tempestividade das discussões dos resultados



Fonte: Elaborada pela autora

Uma das CSAs mencionou que tem havido atraso nas discussões e solicitações de ampliação de prazos para entrega de relatórios, o que pode prejudicar a implementação das ações. Isso fica evidente nas atas de reuniões da CPA, onde os prazos de entrega de relatórios são frequentemente estendidos a pedido das CSAs. Observou-se, por exemplo, que em 2023/1, três CSAs não encaminharam seus

relatórios e outras três encaminharam relatórios incompletos, que não contemplam a totalidade de cursos avaliados no Centro.

Outra CSA relatou que o processo avaliativo é muito trabalhoso, especialmente para o presidente, o que gera sobrecarga e pode comprometer a qualidade ou atrasar o processo. De acordo com a Resolução 065/2018- Consuni, art.7, a alocação de carga horária para os representantes docentes nas comissões de avaliação atenderá o disposto na resolução vigente de ocupação docente, enquanto os representantes técnicos terão cargas horárias equivalentes, garantidas por seus superiores, conforme art.8. É importante ressaltar que a alocação de carga horária se aplica a todos os membros das comissões, não somente ao presidente.

Analisamos os Plano de Trabalho Individual – PTI dos Presidentes de CSAs, a fim de verificar o total de carga horária que estava sendo alocada para o desenvolvimento das atividades avaliativas. A princípio, a alocação deve estar fundamentada no art.29, inciso XII, da Resolução nº 029/2009 – CONSUNI, que determina que membros de comissões internas dos Centros, designado mediante portaria da Direção Geral com aprovação pelo Conselho Centro, poderá alocar até 5 (cinco) horas semanais em seu PTI. No entanto, constatou-se que apenas 33,33% alocam as 5 (cinco) horas permitidas, 8,33% alocam 4 (quatro) horas, 25% alocam 2 (duas) horas, 8,33% alocam 1 (uma) hora, 8,33% alocam 0,5 (meia) hora, e 16,67% não possuem carga horária alocada.

Verificando as portarias emitidas, constatou-se que enquanto alguns Centros se amparam no inciso XII, outros se fundamentam no inciso XIV, que permite que membros titulares não nato de Comitê e Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão, Administração e Planejamento, possam alocar até 2 (duas) horas semanais. Estas interpretações distintas ajudam a explicar a disparidade na alocação de carga horária nos PTIs. Observou-se, ainda, que alguns docentes estão envolvidos em outras atividades, o que impossibilita a alocação de carga horária suficiente para atendimento das demandas de avaliação.

Um DEG destacou que, embora as discussões ocorram dentro do prazo, “nem sempre as recomendações são possíveis de serem implementadas em tempo hábil”, principalmente quando se trata de questões relacionadas à infraestrutura. Corroborando com este entendimento, o RAI menciona que “há todo um esforço em atender as demandas, mas o crescimento da Instituição nos últimos anos às vezes dificulta o atendimento imediato de todas as necessidades dos Centros” (UDESC,

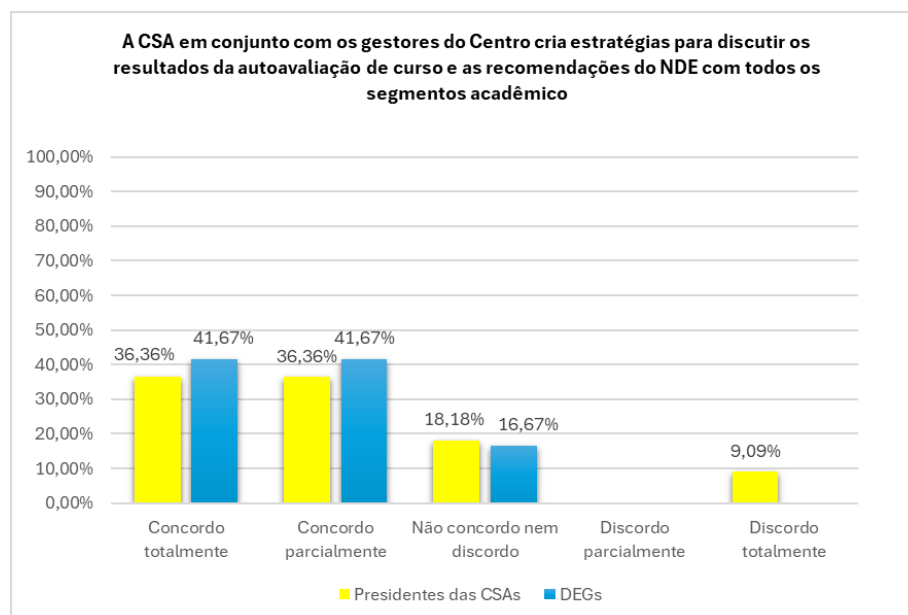
2015, p.332), incluindo a demora para liberação de licenças e para tramitação dos processos licitatórios, o que impede a execução de projetos de ampliação e melhorias da infraestrutura.

- **Item 24- A CSA em conjunto com os gestores do Centro cria estratégias para discutir os resultados da autoavaliação de curso e as recomendações do NDE com todos os segmentos acadêmico**

A pesquisa apontou que 72,73% das CSAs e 83,33% dos DEGs concordam total ou parcialmente com o item, conforme evidenciado na Figura 14. Estas perspectivas estão apoiadas no compromisso dos Centros em promover reflexões com a participação de representantes de todos os segmentos acadêmico. Alguns Centros vão além do fluxo descrito no item 20, ampliando as discussões até os Conselhos de Centros.

Por outro lado, é preocupante observar a indicação de falta de engajamento para criação de estratégias que envolvam a comunidade acadêmica nas reflexões. Um dos DEGs relatou que “as ações ainda se concentram mais nos departamentos, falta uma ação mais geral”, enquanto duas CSAs afirmam não participar dos processos de reflexão.

Figura 14-Percepção dos Diretores de Ensino e CSAs quanto às estratégias para as discussões dos resultados a autoavaliação



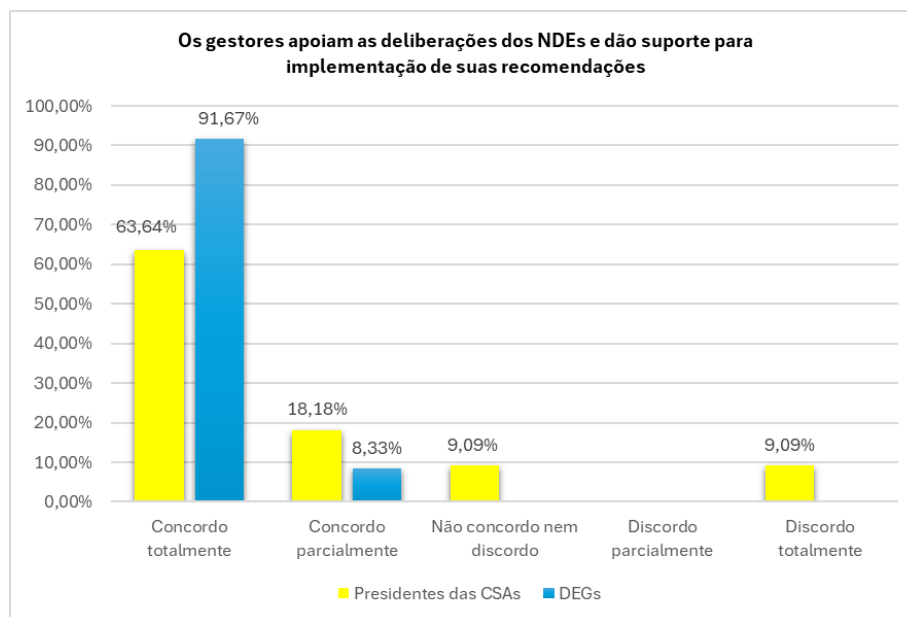
Fonte: Elaborado pela autora

▪ **Item 25- Os gestores apoiam as deliberações dos NDEs e dão suporte para implementação de suas recomendações**

A Resolução nº 065/2018 – CONSEPE, no art. 18, inciso IV, dispõe que o NDE é o responsável pela análise dos resultados da autoavaliação e pela proposição de ações a nível de seus cursos. Estas reflexões são consolidadas em um relatório que é encaminhado aos gestores do Centro, conforme fluxo apresentado na Figura 11. O apoio dos gestores às recomendações é evidenciado na efetiva implementação das melhorias sugeridas.

Neste sentido, a pesquisa indica que 63,64% das CSAs e 91,67% dos DEGs consentem com a asserção, denotando o compromisso e o empenho dos gestores com o processo de autoavaliação, conforme Figura 15.

Figura 15- Percepção dos Diretores de Ensino e CSAs quanto às estratégias para as discussões dos resultados a autoavaliação



Fonte: Elaborado pela autora

- **Item 26- O relatório final elaborado pela CPA contempla uma visão analítica e interpretativa dos resultados obtidos na autoavaliação dos cursos**

Pela análise do relatório final elaborado pela CPA, foi possível observar a apresentação completa dos dados coletados por meio do processo de autoavaliação. O relatório utiliza análise estatística para apoiar a interpretação dos dados de acordo com os objetivos avaliativos anteriormente definidos, adotando uma abordagem analítica e interpretativa.

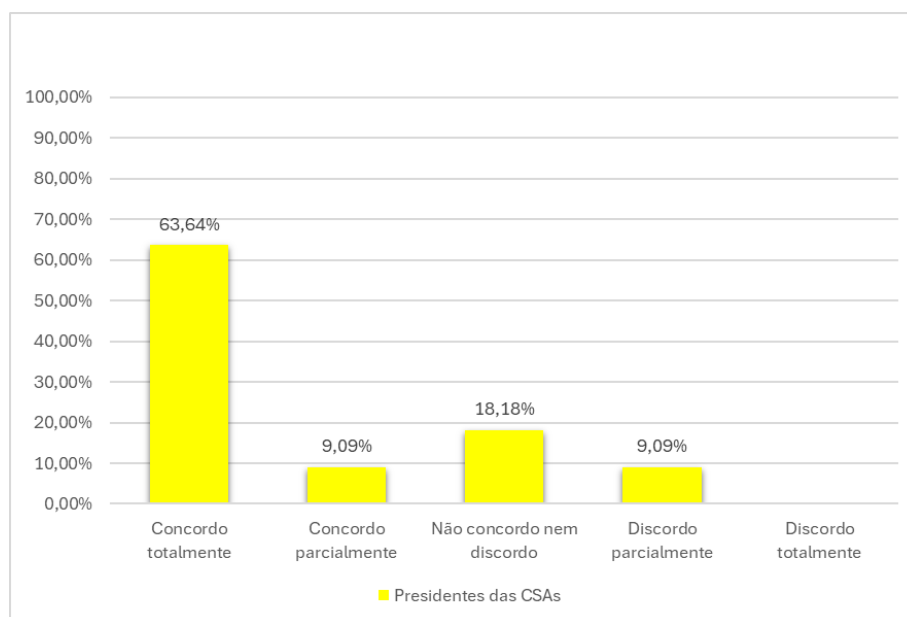
A interpretação dos dados é contextualizada com outras informações institucionais e com os resultados do ENADE, proporcionando uma visão crítica e fundamentada. O relatório ainda apresenta gráficos e tabelas, além de apontar as potencialidades, as áreas que requerem aprimoramento e indicar as oportunidades de crescimento. Com base nessa análise, são realizadas recomendações alinhando-se às necessidades e ao contexto da Udesc.

- **Item 27- A CSA em conjunto com os gestores do Centro utiliza diferentes estratégias para divulgação dos resultados da autoavaliação de forma a atender cada segmento acadêmico**

A pesquisa revelou que a maioria das CSAs (63,64%) concordam totalmente com o item avaliado. Essa concordância é reforçada pelo percentual de respondentes que concordam parcialmente (9,09%), conforme ilustrado na Figura 16.

Pelas respostas nas questões abertas, verificou-se que a comunicação ocorre por meio de diversos canais, como reuniões com representantes de cada segmento, redes sociais, *e-mails*, cartazes, atas de reuniões abertas, murais interativos e *site* da CSA.

Figura 16-Percepção das CSAs quanto às estratégias para as divulgações dos resultados a autoavaliação



Fonte: Elaborado pela autora

Entretanto, é importante observar que há uma parte das CSAs que não concorda nem discorda (18,18%) ou que discorda parcialmente (9,09%) da afirmação. Esses resultados sugerem que, embora as CSAs se dediquem na divulgação dos resultados da autoavaliação, ainda existe espaço para aprimorar as estratégias de comunicação utilizadas.

- **Item 28- Os relatórios finais elaborados pelas CSAs contemplam as potencialidades e fragilidades apontadas pela autoavaliação e indicam recomendações para melhoria dos cursos**

Por meio da análise das mensagens eletrônicas, constatou-se que COAI elaborou um modelo de relatório para orientar as CSAs na apresentação dos resultados das reflexões realizadas no âmbito Centro. Este modelo estabelece uma estrutura mínima que contempla os dados de participação, a identificação dos pontos fracos, bem como as recomendações de ações corretivas. Observou-se que a maioria das CSAs adota este modelo, no entanto, alguns relatórios são mais completos, incluindo série histórica de participação, análise por disciplinas, pontos fortes e detalhamento de ações já implementadas.

- **Item 29- Os relatórios elaborados pela CPA e CSAs fornecem informações suficientes para compreender o processo de avaliação das ações de cursos e as dimensões avaliadas**

Verificou-se que o RAI elaborado pela CPA, é bastante completo e atende a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº65/2014 que determina a seguinte estrutura mínima: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e ações propostas com base nas análises. O documento traz detalhes do processo de autoavaliação da Udesc, incluindo cronograma, identificação dos *stakeholders*, instrumentos e metodologia utilizadas na coleta de dados, dimensões avaliadas, resultados obtidos, análises realizadas e as ações de melhoria dos cursos.

O RAI ainda apresenta o histórico da Instituição, sua estrutura organizacional, informações dos cursos ofertados por Centro de Ensino, Resultados do ENADE dos cursos e Resultados dos Processos de Reconhecimento e Renovação do Reconhecimento dos cursos.

Em contrapartida, os relatórios produzidos pelas CSAs, embora mais sucintos, em geral, trazem as informações essenciais da autoavaliação, abordando as dimensões avaliadas, os resultados e as ações corretivas propostas.

- **Item 30- Os relatórios finais elaborados pela CPA e CSAs são disponibilizados para consulta pública**

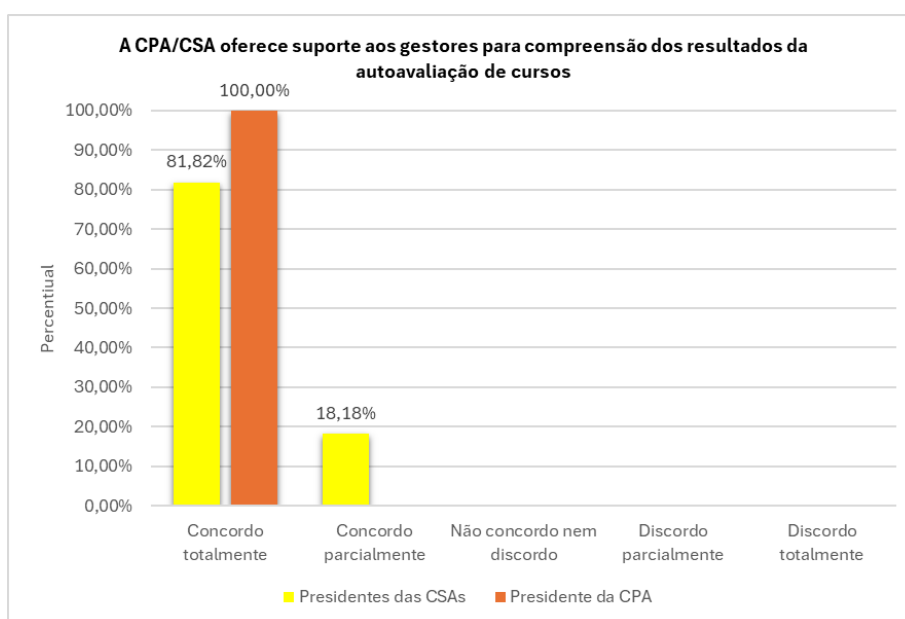
Identificou-se que os relatórios finais de cada ciclo, abrangendo informações de toda a Udesc, estão divulgados na página da Avaliação Institucional. Nesta mesma página, também se encontram publicados os Painéis da Udesc, que apresentam os resultados da avaliação por semestre.

Porém, ao acessar as páginas da CSAs nos *sites* oficiais dos Centros, verificou-se que todas estão desatualizadas, não sendo possível identificar de que forma ocorre a divulgação para a comunidade.

▪ **Item 31- A CPA/CSA oferece suporte aos gestores para compreensão dos resultados da autoavaliação de cursos**

Conforme demonstrado na Figura 17, CPA e 81,82% das CSAs manifestaram concordância total em relação ao suporte oferecido aos gestores para a compreensão dos resultados da autoavaliação de cursos.

Figura 17-Percepção das CSAs e CPA quanto ao suporte para compreensão dos resultados



Fonte: Elaborado pela autora

As comissões relataram que receberam poucas solicitações de apoio neste sentido, o que pode sugerir que os gestores se sentem confortáveis para analisar os relatórios de autoavaliação emitidos por meio do SIGA. A análise destes relatórios revelou uma estrutura clara e objetiva, de fácil consulta às informações. Os questionários são compostos de questões fechadas e abertas. Ao final de cada dimensão avaliada (bloco de perguntas), há um espaço reservado para o avaliador expressar livremente sua opinião. Essas respostas abertas frequentemente complementam e esclarecem as respostas das perguntas objetivas. A linguagem utilizada é acessível, não há uso excessivo de termos técnicos, o que contribui para a clareza das informações.

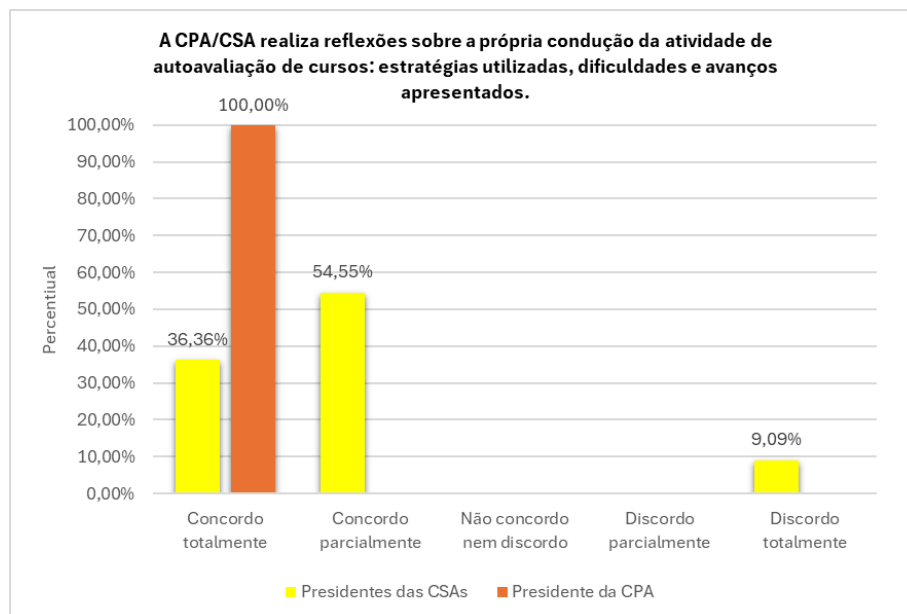
Item 32- A CPA/CSA realiza reflexões sobre a própria condução da atividade de autoavaliação de cursos: estratégias utilizadas, dificuldades e avanços apresentados.

As respostas obtidas neste item sugerem que a autorreflexão é um processo em andamento nas comissões de avaliação da Udesc. Alinhando-se à visão da CPA, foram identificadas diversas oportunidades propiciadas pela CPA/COAI, onde os membros das comissões e gestores se dedicaram à análise do processo de autoavaliação, discutindo os resultados, o alcance das estratégias implementadas e apontando oportunidades de melhorias.

Anualmente, ocorre o Seminário de Avaliação, um espaço especialmente dedicado a estas reflexões. Ademais, essas reflexões também ocorrem nas reuniões da CPA, reuniões de colegiado da Reitoria e reuniões de trabalho com os gestores de Centro.

De acordo com a Figura 18, somente 36,36% das CSAs concordaram totalmente com a afirmativa. Estas CSAs demonstram o compromisso com a qualidade do processo de autoavaliação de cursos, como evidenciado pelas suas respostas à questão aberta: “algumas coisas que poderiam ser melhoradas nas nossas ações de processamentos dos resultados, sensibilização e divulgação dos resultados” relatou uma CSA; “estamos sempre presente no processo buscando a melhor forma de fazê-lo” ponderou outra; “esperamos atuar mais próximos a cada turma de acadêmicos em 2024 (...) abrindo um canal mais direto para cada acadêmico de cada turma” concluiu a terceira.

Figura 18-Percepção dos CSAs quanto ao suporte para compreensão dos resultados



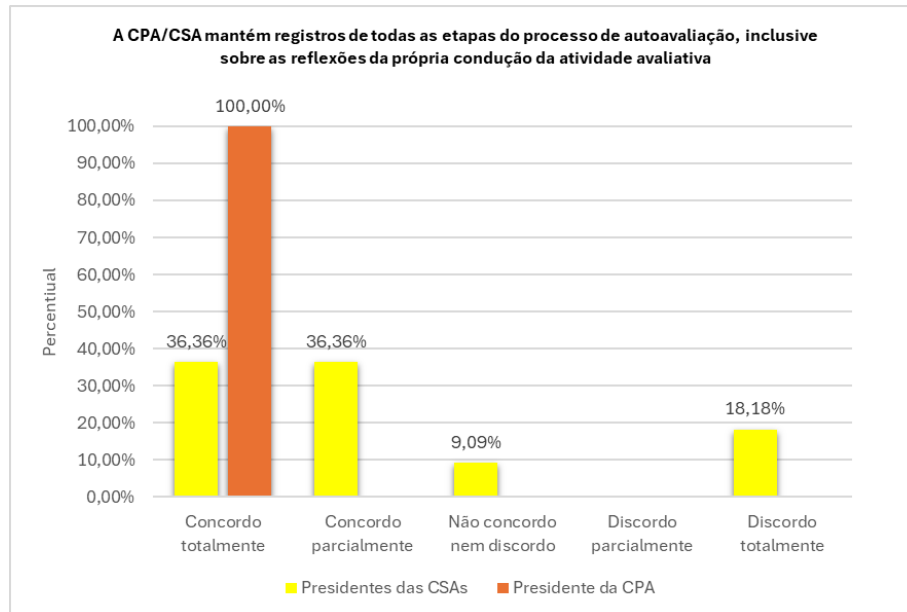
Fonte: Elaborado pela autora

Entretanto, parece que ter momentos específicos para reflexão crítica sobre a prática da autoavaliação no âmbito das CSAs representa um desafio, com 54,55% manifestando concordância parcial com o item em questão. Neste sentido, uma das CSAs apontou a falta de tempo como um obstáculo: “as vezes não é possível refletir sobre a prática pela falta de tempo e atropelos”. Outra CSA atribuiu ao distanciamento dos membros a dificuldade de reflexões conjuntas: “pelo distanciamento dos membros e a baixa participação isso é difícil de ser executado”.

- **Item 33- A CPA/CSA mantém registros de todas as etapas do processo de autoavaliação, inclusive sobre as reflexões da própria condução da atividade avaliativa**

A pesquisa revela que a CPA demonstra total concordância com o item em questão. No entanto, entre as CSAs, não há um consenso claro; as respostas se dividem entre as alternativas, 36,36% concordam totalmente, 36,36% concordam parcialmente, 9,09% não concordam nem discordam e 18,18% discordam totalmente do item, conforme apresentado na Figura 19.

Figura 19-Percepção das Comissões Setoriais quanto ao suporte para compreensão dos resultados



Fonte: Elaborado pela autora

A meta-avaliação dos processos de autoavaliação da Udesc é detalhadamente descrita no primeiro RAI. A CPA considera que a meta-avaliação não deve se limitar ao final da avaliação (meta-avaliação formativa), mas deve ser realizada continuamente para identificar e ajustar possíveis equívocos ao longo do processo (meta-avaliação somativa). Na meta-avaliação formativa é verificado se os instrumentos atendem às necessidades dos *stakeholders* e se a condução de cada etapa do processo é adequada, corrigindo prontamente quaisquer impropriedades identificadas. Ao final de cada autoavaliação, é realizada a meta-avaliação formativa com o objetivo principal de “verificar a utilidade, a propriedade e a exatidão dos resultados para subsidiar o planejamento e a solução de problemas institucionais, bem como aferir o custo-benefício da avaliação institucional” (CPA, p.321, 2011). Os resultados obtidos por meio da meta-avaliação orientam as ações de aprimoramento do processo autoavaliativo.

As meta-avaliações somativas são frequentemente realizadas na condução das atividades desenvolvidas pela COAI, CPA e CSAs, enquanto as meta-avaliações formativas são realizadas nas reuniões das comissões de avaliação e, principalmente, no Seminário de Avaliação Institucional.

Por meio das notícias do *site* institucional foi possível confirmar a periodicidade dos Seminários de Avaliação, sempre com envolvimento da

comunidade acadêmica, tendo presente a análise dos processos de autoavaliação como umas das principais temáticas. No entanto, foi identificado registro formal dessas discussões apenas no V Seminário de Avaliação Institucional, realizado em conjunto com o I Fórum Estudantil, resultando em uma carta do evento que sintetiza as principais considerações. Para os demais seminários, não foram encontrados registros detalhados das reflexões realizadas, apenas menções em atas indicando a existência de devolutivas sobre os seminários, como observado na Ata 80, de 27/09/2022, e na Ata 84, de 30/08/2023.

O segundo RAI¹⁵, apesar de não aprofundar a temática, reconhece a importância e a necessidade de meta-avaliar o processo.

As Atas de reuniões da CPA evidenciam as reflexões constantes dos processos de autoavaliação, com participação dos representantes da comunidade acadêmica.

O PAI, a partir de sua quarta edição, também faz menção a meta-avaliação, indicando que, ao término de cada etapa do processo de avaliação, deve-se refletir sobre as ações para assegurar a continuidade do processo. O PAI (2017) ressalta que que essas reflexões ocorrem por meio de reuniões com as comissões, visando à definição de estratégias e à análise documental, sem, contudo, oferecer maiores detalhes (Udesc, 2017).

¹⁵ A CPA possui somente dois RAIs divulgados, o primeiro correspondente ao período de 2008-2011 e o segundo referente ao período de 2012-2015. O processo de autoavaliação da Udesc é composto da AAC, AAPG e AAU. No entanto, apenas os dois primeiros são desenvolvidos utilizando o sistema acadêmico, assim, para que o SIGA pudesse contemplar também a avaliação da Udesc, alterações do módulo de avaliação estão sendo realizadas. Desta forma, o terceiro RAI será divulgado após a realização da AAU. Para esse período, no entanto, estão divulgados os Painéis Udesc e os relatórios das CSAs.

6 DO COTEJO COM OS PADRÕES DE QUALIDADE DO *JCSEE*

Neste capítulo, será aprofundado a análise da qualidade do processo de autoavaliação dos cursos de graduação da UDESC, baseada nas informações coletadas pelo instrumento meta-avaliativo discutidas no capítulo 5. Será verificado o alinhamento destes resultados aos padrões de qualidade estabelecidos *JCSEE*.

Para isso, cada padrão será analisado e classificado quanto ao seu grau de atendimento (Atendido, Parcialmente Atendido, Não Atendido ou Não se Aplica), ao final teremos uma síntese dos resultados.

Assim, se espera obter uma perspectiva mais abrangente da qualidade do processo de autoavaliação dos cursos de graduação da UDESC, identificando seus pontos fortes e aspectos que necessitam de aprimoramento.

6.1 PADRÕES DE UTILIDADE

O Quadro 3 detalha a análise de cada padrão de Utilidade, com base nas informações coletadas pelo instrumento meta-avaliativo.

Quadro 3 - Padrões de Utilidade

(continua)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Credibilidade do Avaliador (U1)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo utilizados para determinar o atendimento deste padrão: 1, 3, 4 e 21</p>	<p>Para o primeiro padrão de Utilidade, Credibilidade do Avaliador (U1), a pesquisa indicou que a UDESC adota várias práticas alinhadas às recomendações do <i>JCSEE</i>. A regulamentação formal e a atualização periódica da resolução contribuem para a credibilidade dos avaliadores, demonstrando o compromisso com a transparência e clareza nos processos de avaliação. A autonomia e a condução ética das avaliações contribuem para a credibilidade. Constatou-se também, que há um esforço para capacitação dos membros das comissões, incluindo seminários e treinamentos específicos, o que fortalece a percepção de credibilidade. Embora existam oportunidades de aprimoramentos, especialmente na sistematização de ações formativas nos Centros (CSAs), pode-se concluir que o padrão foi atendido, ou seja, os avaliadores da UDESC demonstram credibilidade.</p>
<p>Atenção aos Stakeholders (U2)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo utilizados para determinar o atendimento deste padrão: 2, 5 e 18</p>	<p>A pesquisa revelou que a Udesc demonstra compromisso com a Atenção aos Stakeholders (U2), especialmente assegurando a representatividade de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil nas comissões. Além disso, possui um processo de autoavaliação que contempla diferentes perspectivas. No entanto, alguns desafios impedem o atendimento pleno a este padrão, como a irregularidade nas reuniões das CSAs, a ausência de avaliação dos chefes de departamento no processo de autoavaliação e a necessidade de reestruturação do sistema acadêmico para integrar a avaliação dos serviços do NAE. Assim, considera-se que o padrão Atenção aos Stakeholders (U2) foi parcialmente atendido.</p>

(continuação)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Propósitos e Identificados e Negociados (U3)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo utilizados para determinar o atendimento deste padrão: 8 e 13</p>	<p>É possível afirmar que os propósitos da avaliação institucional da UDESC são efetivamente identificados e negociados. As evidências que sustentam essa afirmação incluem a flexibilidade do PAI, que permite ajustes conforme as necessidades e o contexto vivenciado, possibilitando a renegociação e o realinhamento dos propósitos de avaliação às novas condições. Além disso, a revisão periódica dos instrumentos de autoavaliação, com a participação da comunidade acadêmica, garante que as avaliações sejam úteis e relevantes. Dessa forma, conclui-se que o padrão de Propósitos Identificados e Negociados (U3) foi atendido pela UDESC.</p>
<p>Valores Explícitos (U4)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo utilizados para determinar o atendimento deste padrão: 7 e 21</p>	<p>Os valores que orientam a avaliação da UDESC estão claramente explicitados no PAI em consonância com as exigências legais e com o PDI. A preocupação com os princípios éticos e direitos humanos na condução do processo autoavaliativo, indica a explicitação de valores fundamentais para a Udesc. O caráter reflexivo e autocrítico da autoavaliação aponta para importância do aprendizado e do aprimoramento contínuo como valores que guiam suas práticas avaliativas. Dessa forma, verifica-se que o padrão Valores Explícitos (U4) foi atendido.</p>
<p>Informações Relevantes (U5)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo utilizados para determinar o atendimento deste padrão: 17</p>	<p>A pesquisa demonstra que autoavaliação da UDESC fornece informações relevantes para a avaliação da qualidade dos cursos de graduação. No entanto, ações como o aprimoramento do instrumento autoavaliativo, o aumento da participação, a adaptação do instrumento às necessidades do EAD, a divulgação tempestiva e de fácil acesso dos resultados, são essenciais para assegurar que a autoavaliação contribua para a melhoria contínua da qualidade dos cursos. Assim, considera-se que o padrão Informações Relevantes (U5) foi parcialmente atendido.</p>
<p>Processos e Produtos Importantes (U6)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo utilizados para determinar o atendimento deste padrão: 5, 13 e 28</p>	<p>Verificou-se que a autoavaliação da UDESC busca promover a participação ativa da comunidade acadêmica, direcionando esforços na inclusão da comunidade na revisão dos instrumentos e na realização de reuniões periódicas para discutir demandas/reflexões do processo de avaliação. A análise dos relatórios demonstra que a Udesc está alinhada com as recomendações do <i>JCSEE</i> ao fornecer análises interpretativas dos resultados da autoavaliação e ao apresentar recomendações concretas para melhoria da qualidade dos cursos. Desta forma, entende-se que o padrão Processos e Produtos Importantes (U6) foi atendido.</p>

(conclusão)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Comunicação e Relatório Tempestivos e Adequados (U7)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo utilizados para determinar o atendimento deste padrão: 23 e 29</p>	<p>Os relatórios da CPA demonstram o esforço em apresentar uma análise abrangente e contextualizada da realidade institucional. Esse esforço é complementado pelas ações dos Centros, que elaboram relatórios setoriais e implementam diversas estratégias para alcançar os diferentes segmentos da comunidade acadêmica. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como o aprimoramento dos relatórios das CSAs e a melhoria na tempestividade das discussões e entrega destes relatórios. Portanto, considera-se o padrão Comunicação e Relatório Tempestivos e Adequados (U7) atendido parcialmente.</p>
<p>Preocupação com Consequências e Influência (U8)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo utilizados para determinar o atendimento deste padrão: 24, 25 e 31</p>	<p>A Udesc demonstra um compromisso com o uso responsável dos dados resultantes do processo de autoavaliação. A ênfase em promover momentos de discussão que envolvam todos os segmentos da comunidade acadêmica garante a transparência e a legitimidade do processo. Ao propiciar a participação de diferentes atores, a instituição assegura que múltiplas perspectivas sejam consideradas na análise dos resultados, minimizando o risco de interpretações equivocadas e o uso indevido dos dados. O apoio dos gestores às deliberações dos NDEs e a implementação de suas recomendações reforçam a utilidade da autoavaliação na melhoria dos cursos. Além disso, o suporte oferecido pelas comissões de avaliação aos gestores para compreensão dos resultados da autoavaliação é uma prática que reduz a probabilidade de interpretações incorretas e, conseqüentemente, de uso inadequado dos dados. Com base nestas constatações, considera-se que o padrão Preocupação com Consequências e Influência (U8) foi atendido.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

A UDESC demonstra compromisso com a **utilidade** da autoavaliação, evidenciado pelo cumprimento integral de cinco padrões (U1, U3, U4, U6 e U8) e parcial de outros três (U2, U5 e U7). Destacam-se como pontos fortes a credibilidade dos avaliadores (U1), a flexibilidade do processo e a propósitos negociados (U3), a explicitação de valores éticos e reflexivos (U4), as análises

interpretativas e a pertinência das recomendações de melhoria (U6) e o uso adequado dos dados (U8), demonstrando um compromisso com a ética e a transparência.

Embora o processo demonstre maturidade, algumas oportunidades de aprimoramento foram identificadas. É preciso sistematizar as capacitações nas CSAs, reestruturar o sistema acadêmico para avaliar os serviços do NAE e incluir a avaliação de chefias de departamento (U2), aprimorar o instrumento autoavaliativo e incentivar uma participação mais ativa dos acadêmicos (U5), além de buscar maior tempestividade na divulgação dos resultados nos Centros (U7). As ações para sanar essas fragilidades contribuirão para consolidar a autoavaliação como um processo ainda mais útil, capaz de gerar resultados relevantes para a instituição.

6.2 PADRÕES DE VIABILIDADE

O Quadro 4 detalha a análise de cada padrão de Viabilidade, com base nas informações coletadas pelo instrumento meta-avaliativo.

Quadro 4- Padrões de Viabilidade

(Continua)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Gerenciamento de Projetos (F1)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o</p>	<p>A avaliação da Udesc indica conformidade com o padrão de gerenciamento de projetos. A existência de um projeto evidencia uma preparação prévia e estruturada para o processo avaliativo. O PAI adaptável e revisado continuamente sugere uma abordagem proativa para ajustar-se conforme os desafios. A adoção de um cronograma semestral de autoavaliação demonstra o esforço da Udesc em ter uma comunicação transparente e</p>

(continuação)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
atendimento deste padrão: 6, 12, 15 e 33	com foco nas atividades que são essenciais. A utilização de um Sistema Acadêmico para coleta e processamento de dados, somado à preocupação com a segurança dos dados denotam o comprometimento com a gestão das informações. O registro das etapas da avaliação e das reflexões permite o acompanhamento das ações e a identificação de pontos de aprimoramento. Considera-se assim, que o padrão Gerenciamento de Projetos (F1) foi atendido . No entanto, há espaço para melhoria, como a manutenção de registros das reflexões dos Seminários de Avaliação Institucional.
Procedimentos Práticos (F2) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 2, 14, 18 e 22	A Udesc demonstra um alinhamento com as recomendações do padrão Procedimentos Práticos (F2) garantir a representatividade dos diversos segmentos acadêmicos na composição de suas comissões de avaliação. As ações de sensibilização, conduzidas pelas comissões e direções de ensino, facilitam a participação e contribuem para a transparência e legitimidade do processo. A inclusão dos diferentes segmentos acadêmicos na autoavaliação permite a coleta de perspectivas diversificadas e a análise contextualizada dos resultados, realizada pelos Centros, demonstra a atenção às particularidades de cada curso e seu ambiente. Desta forma, considera-se que o padrão foi atendido . No entanto, há oportunidades para aprimoramento, especialmente em garantir a realização da avaliação dos serviços de acessibilidade e inclusão no próximo ciclo, conforme planejado em 2023.
Viabilidade Contextual (F3) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 2 e 18	Por meio da representatividade dos diversos segmentos acadêmicos nas comissões, a Udesc assegura que nenhum deles represente mais da metade da composição total, a fim de evitar o domínio de interesses de uma categoria. Através da divulgação ampla do processo, realizada por diversos canais de comunicação, promove a transparência e o entendimento das partes interessadas e fortalecimento do entendimento comum. Contudo, a avaliação também evidenciou lacunas relevantes, como a ausência de avaliações específicas sobre os serviços de acessibilidade e inclusão, e a falta de avaliação dos chefes de departamento. Embora a inclusão desses aspectos esteja prevista para 2024, é importante indicar essas fragilidades para que a instituição aprimore esses pontos. Diante do exposto, conclui-se que o padrão Viabilidade Contextual (F3) foi atendido parcialmente .

(conclusão)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Uso de Recursos (F4)</p> <p>Item do instrumento meta-avaliativo considerado para determinar o atendimento deste padrão:10</p>	<p>A falta de um orçamento específico e as disparidades na estrutura de suporte entre a CPA e as CSAs constituem desafios a serem superados. Observou-se que as CSAs se esforçam para utilizar as estruturas disponíveis nos Centros de Ensino, enquanto a CPA consegue um melhor planejamento e uma alocação de recursos mais eficazes, graças ao apoio da COAI. A destinação de recursos adequados para as atividades avaliativas, em especial para a capacitação dos membros das comissões, sensibilização da comunidade acadêmica e divulgação dos resultados, é importante para fortalecer o processo de autoavaliação da Udesc. A garantia de uma estrutura adequada e o investimento na qualificação dos avaliadores contribuirão para a melhoria contínua do processo de autoavaliação. Assim, consideramos que o processo de autoavaliação da Udesc atende parcialmente aos critérios do padrão Uso de Recursos (F4).</p>

Fonte: Elaborado pela autora

A análise da avaliação da UDESC em relação ao padrão **Viabilidade** revela um esforço da instituição em desenvolver um processo autoavaliativo de qualidade. Apesar de apresentar pontos fortes como um PAI estruturado e revisado, cronograma semestral, segurança dos dados e participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, uso de diferentes meios de comunicação. Dos quatro padrões analisados, dois foram integralmente atendidos (F1 e F2), enquanto dois foram parcialmente atendidos (F3 e F4), indicando a necessidade de ações direcionadas para a consolidação do processo de autoavaliação.

No entanto, a análise também evidencia pontos que demandam aprimoramento, como: registrar as reflexões e conclusões dos Seminários de Avaliação Institucional garantindo a preservação da memória e o aproveitamento das contribuições para o aprimoramento do processo avaliativo (F1), efetivar a avaliação da acessibilidade e inclusão assegurando a equidade e plena participação de todos (F2 e F3), ampliar o escopo da avaliação com a inclusão da avaliação dos chefes de departamento (F3) e destinar recursos financeiros e estruturais para suporte das atividades de avaliação (F4).

6.3 PADRÕES DE PROPRIEDADE

O Quadro 5 detalha a análise de cada padrão de Propriedade, com base nas informações coletadas pelo instrumento meta-avaliativo.

Quadro 5- Padrões de Propriedade

(Continua)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Orientação Responsiva e Inclusiva (P1)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 2, 18 e 21</p>	<p>As comissões de avaliação da Udesc são compostas por representantes de diferentes segmentos acadêmicos e da sociedade civil, assegurando a representatividade e evitando o predomínio de um único grupo. Prática essa que está alinhada à recomendação do padrão para promover a diversidade e a inclusão na avaliação. A construção coletiva do PAI e dos instrumentos de avaliação vão ao encontro das recomendações de incluir todas as partes interessadas nas decisões e fomenta a participação colaborativa nos processos de avaliação. O compromisso ético da Udesc é reforçado ao assegurar que a participação na autoavaliação seja voluntária e sem coerção, bem como ao garantir a privacidade e a confidencialidade dos dados coletados. Embora a Udesc tenha demonstrado avanços na inclusão de diferentes segmentos na avaliação, a participação de alunos com deficiência e necessidades específicas na avaliação dos serviços do NAE ainda precisa ser efetivada, atendendo assim a recomendação de atenção especial a grupos historicamente marginalizados. Desta forma, o padrão de Orientação Responsiva e Inclusiva (P1) é parcialmente atendido.</p>
<p>Acordos Formais (P2)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 1, 6, 12 e 19</p>	<p>A Udesc demonstra conformidade com o padrão P2 - Acordos Formais ao estabelecer acordos formais claros e atualizados. As práticas adotadas, como a formalização das atribuições da CPA e CSAs, a elaboração e divulgação de cronogramas detalhados, a revisão periódica dos documentos normativos e a preocupação com a confidencialidade e sigilo, evidenciam o compromisso da instituição em cumprir os critérios recomendados. Assim, considera-se que o padrão está atendido.</p>

(Continuação)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Respeito e Direitos Humanos (P3) Item do instrumento meta-avaliativo considerado para determinar o atendimento deste padrão: 21</p>	<p>As práticas avaliativas da Udesc estão de acordo com as recomendações do padrão Respeito e Direitos Humanos (P3). Constatou-se o compromisso da IES com a proteção dos direitos humanos, a privacidade e a confidencialidade dos dados. A participação na autoavaliação é voluntária, assegurando a autonomia dos participantes. Os dados são usados de forma ética, com fins voltados à melhoria dos cursos, sem caráter punitivo. Desta forma, é possível afirmar que o processo autoavaliativo da Udesc, atende aos princípios do padrão P3.</p>
<p>Clareza e Justiça (P4) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 18, 21 e 27</p>	<p>A UDESC assegura a participação de todos os segmentos acadêmicos na autoavaliação, assegurando a privacidade e o anonimato dos participantes. Reconhece ainda a necessidade de incluir a avaliação dos chefes de departamento e dos serviços do NAE. A autoavaliação é conduzida com base em princípios éticos, de forma facultativa, reflexiva e não punitiva. A instituição busca transparência na divulgação dos resultados, utilizando diversos canais de comunicação, mas uma parcela das CSAs precisa aprimorar suas estratégias de comunicação para alcançar todos os segmentos e assegurar que a autoavaliação seja transparente e atenda às necessidades de todos os seus <i>stakeholders</i>. Considera-se assim, que o padrão Clareza e Justiça (P4) foi parcialmente atendido.</p>
<p>Transparência e Divulgação (P5) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 20, 24, 27 e 30</p>	<p>A Udesc demonstra comprometimento com a divulgação, evidenciado pela publicação dos relatórios e pela utilização de diversos canais de comunicação para compartilhar os resultados. Além disso, as informações são previamente discutidas com a comunidade acadêmica, antes da divulgação oficial dos resultados. A instituição adota estratégias para proteger a confidencialidade e tratar questões individuais de forma sigilosa. Por outro lado, a falta de atualização nas páginas das CSAs, compromete o acesso às informações e, conseqüentemente, a transparência. Assim sendo, entende-se que o padrão de Transparência e Divulgação (P5) foi parcialmente atendido.</p>

(conclusão)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Conflitos de Interesses (P6)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 4 e 9</p>	<p>Com relação ao padrão Conflitos de Interesses (P6) a Udesc demonstra um esforço para atender às recomendações sobre conflitos de interesse. São pontos positivos, a autonomia das comissões, a transparência do processo e o reconhecimento da existência de conflitos. Ao evitar a participação de indivíduos com poder de decisão sobre os programas avaliados, reduz-se a possibilidade de que interesses pessoais influenciem os resultados da avaliação. A atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na UDESC/Centro é um aspecto crucial para evitar interferências e garantir a imparcialidade dos processos avaliativos. Desta maneira, considera-se o padrão atendido.</p>
<p>Responsabilidade Fiscal (P7)</p>	<p>Não se aplica</p>

Fonte: Elaborado pela autora

A Udesc valoriza a inclusão, a ética, a transparência e a imparcialidade, refletindo esses princípios em práticas que promovem uma avaliação justa e representativa. No entanto, há espaço para melhorias, especialmente na inclusão da avaliação dos serviços do NAE e das chefias de departamento, assim como na eficácia das estratégias de comunicação e transparência.

Dos seis padrões avaliados, três foram totalmente atendidos (P2, P3 e P6), enquanto os outros três (P1, P4 e P5) foram parcialmente atendidos. O padrão de Responsabilidade Fiscal (P7) foi considerado não aplicável ao contexto da meta-avaliação da AAC e, portanto, não foi avaliado.

A Udesc está avançando positivamente no cumprimento dos padrões de propriedade, mas é essencial abordar as fragilidades identificadas. Focar na inclusão de alunos com deficiência, aprimorar as estratégias de comunicação das CSAs e garantir a atualização constante das informações fortalecerá ainda mais o processo de autoavaliação, tornando-o mais justo, transparente e eficaz para todos os *stakeholders*.

6.4 PADRÕES DE ACURÁCIA OU PRECISÃO

O Quadro 6 detalha a análise de cada padrão de Acurácia ou Precisão, com base nas informações coletadas pelo instrumento meta-avaliativo.

Quadro 6- Padrões de Acurácia ou Precisão

(continua)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Conclusões e Decisões Justificadas (A1) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 22 e 29</p>	<p>As discussões sobre os resultados da avaliação se iniciam no NDE e estendem-se a toda comunidade acadêmica, indicando a inclusão de diferentes perspectivas no processo de avaliação e permitindo que as conclusões sejam contextualizadas de acordo com as especificidades de cada Curso e/ou Centro de Ensino. Reforçando esta perspectiva, a Udesc demonstra flexibilidade ao ajustar os objetivos e procedimentos da autoavaliação conforme o contexto, o que contribui para conclusões mais justificadas. O relatório da CPA é detalhado, abrangendo todo o processo de autoavaliação. Por outro lado, os relatórios das CSAs apresentam espaço para melhorias, uma vez que alguns são mais concisos em comparação ao relatório da CPA. Conclui-se que a Udesc atende às recomendações para o padrão Conclusões e Decisões Justificadas (A1), considera-se que este foi atendido.</p>
<p>Informações Válidas (A2) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 17, 22 e 31</p>	<p>A maioria dos gestores reconhecem a relevância da autoavaliação para indução da qualidade dos cursos, ou seja, indicam que esta atende ao propósito pretendido. A estrutura clara dos relatórios e a linguagem acessível, facilitam a compreensão por todos. Além disso, as comissões de avaliação oferecem suporte aos gestores na interpretação dos relatórios. As discussões sobre os resultados, realizadas no contexto de cada curso e com a participação de todos os segmentos acadêmicos, contribuem para a validade das conclusões. No entanto, desafios como a baixa participação na autoavaliação, limitações do instrumento e atrasos nas devolutivas dos resultados comprometem a plena validade das informações. Considera-se o padrão Informações Válidas (A2) parcialmente atendido.</p>

(continuação)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Informações Fidedignas (A3) Item do instrumento meta-avaliativo considerado para determinar o atendimento deste padrão: 16</p>	<p>A Udesc demonstra um esforço para assegurar a confiabilidade dos dados coletados, especialmente com a implementação de um sistema para gerir as informações da autoavaliação. A realização de testes antes e após as avaliações permite identificar possíveis erros, que são prontamente corrigidos, evidenciando o compromisso com a qualidade dos dados. No entanto, há espaço para melhorias, especialmente no que diz respeito à interface do sistema, à complexidade dos procedimentos para cadastro dos questionários, além de maior atenção no cadastro de dados do Módulo de Graduação. Desta forma, o padrão Informações Fidedignas (A3) foi parcialmente atendido.</p>
<p>Descrições Explícitas do Programa e do Contexto (A4) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 29 e 27</p>	<p>Os relatórios de autoavaliação fornecem descrições detalhadas do contexto e dos programas, permitindo uma compreensão clara do que está sendo avaliado. Além dos relatórios, outras estratégias de comunicação de resultados são utilizadas para que todas as partes interessadas possam entender e compartilhar a mesma perspectiva. Diante disso, conclui-se que a UDESC possui um modelo de avaliação institucional bem desenvolvido, alinhado com as recomendações do padrão Descrições Explícitas do Programa e do Contexto (A4), considerando assim atendido suas recomendações.</p>
<p>Gerenciamento de Informações (A5) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 15</p>	<p>A Udesc atende as recomendações do padrão Gerenciamento de Informações (A5), especialmente no que tange ao uso de um sistema automatizado que assegura a precisão, a segurança e a agilidade na coleta e no armazenamento de informações. Além disso, as constantes melhorias no sistema, demonstra um esforço atender às necessidades específicas de seus <i>stakeholders</i>. O processo autoavaliativo apresenta ainda, um equilíbrio adequado entre métodos qualitativos e quantitativos, garantindo a confiabilidade dos dados. Assim, considera-se que o padrão está atendido.</p>
<p>Projetos e análises sólidos (A6) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 6, 7, 8 e 26</p>	<p>A Udesc demonstra aderência às recomendações do padrão Projetos e análises sólidos (A6). O PAI apresenta uma visão detalhada e abrangente do processo autoavaliativo. A flexibilidade do projeto permite adaptações às necessidades institucionais e às mudanças do contexto, demonstrando sua capacidade de responder às demandas da avaliação. O processo de autoavaliação de cursos inclui múltiplas dimensões, permitindo uma visão holística e</p>

(conclusão)

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
	aprofundada dos cursos de graduação. Os resultados da avaliação são analisados de forma criteriosa e interpretados com auxílio de outras informações institucionais de forma a gerar <i>insights</i> relevantes para a tomada de decisões. Desta forma, compreende-se que o padrão A6 foi atendido .
<p>Explicitação do Raciocínio da Avaliação (A7)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 26 e 33</p>	<p>A UDESC demonstra realizar uma análise profunda dos dados coletados, alinhando-os aos objetivos avaliativos e ao contexto institucional. A participação da comunidade acadêmica em diferentes momentos do processo avaliativo reforça a transparência e legitimidade das conclusões. Observou-se que a CPA mantém registros das etapas do processo de autoavaliação. No entanto, entre as CSAs, há uma necessidade de maior alinhamento e padronização em relação aos registros das reflexões da condução da avaliação. Apesar da UDESC realizar seminários de avaliação, o registro formal dessas reflexões é limitado, prejudicando a rastreabilidade do raciocínio ao longo do tempo. Assim, considera-se o padrão Explicitação do Raciocínio da Avaliação (A7) parcialmente atendido.</p>
<p>Comunicação e Emissão de Relatório (A8)</p> <p>Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 26 e 27</p>	<p>O RAI oferece uma análise detalhada e interpretativa dos resultados da avaliação, utilizando análise estatística para apoiar as conclusões. Além da publicação formal do relatório de avaliação, a UDESC demonstra um compromisso com a divulgação ampla dos resultados, utilizando diversos canais de comunicação. Assim, entende-se que o padrão Comunicação e Emissão de Relatório (A8) foi atendido.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

A UDESC demonstra um alinhamento de seu processo de autoavaliação com os padrões de precisão, são cinco padrões atendidos total (A1, A4, A5, A6, e A8) e três padrões parcialmente atendidos (A2, A3 e A7). Como potencialidade do processo autoavaliativo, destaca-se a clareza na comunicação dos resultados, pelo uso de sistema de gerenciamento de informações e pela busca por conclusões justificadas e embasadas em dados válidos. As áreas que necessitam de atenção incluem o fortalecimento da participação na autoavaliação, a tempestividade na entrega de relatórios por parte dos Centros, a revisão dos instrumentos e a otimização da interface do sistema de gerenciamento de informações.

6.5 PADRÕES DE RESPONSABILIZAÇÃO

O Quadro 7 detalha a análise de cada padrão de Responsabilização, com base nas informações coletadas pelo instrumento meta-avaliativo.

Quadro 7- Padrões de Responsabilização

Padrões JCSEE e Itens do Instrumento Meta-avaliativo	Análise
<p>Documentação da Avaliação (E1) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 6, 13 e 29</p>	<p>Em relação ao atendimento do padrão Documentação da Avaliação (E1), contatou-se que a Instituição possui um PAI bem estruturado, o que demonstra um planejamento estratégico para a avaliação institucional. A prática de revisar periodicamente os instrumentos de avaliação, com a participação da comunidade acadêmica, permitem que os instrumentos sejam relevantes e adequados para capturar as informações necessárias. É importante explorar estratégias para aumentar a participação da comunidade acadêmica na revisão dos instrumentos. O RAI oferece uma visão detalhada do processo de autoavaliação. Assim, considera-se atendido o padrão E1.</p>
<p>Meta-avaliação Interna (E2) Itens do instrumento meta-avaliativo considerados para determinar o atendimento deste padrão: 32 e 33</p>	<p>Observou-se que a Udesc realiza reflexões sobre a autoavaliação, e há um espaço dedicado para isso, como o Seminário de Avaliação. No entanto, a documentação e os registros das reflexões não são totalmente claros, a nível de Centros há uma divisão de opinião entre as CSAs sobre a eficácia e a frequência dessas reflexões. A Udesc demonstra um esforço para atender às recomendações de meta-avaliação interna, mas há áreas que precisam de aprimoramento, especialmente na documentação destas reflexões, assim considera-se o padrão Meta-avaliação Interna (E2) parcialmente atendido.</p>
<p>Meta-avaliação Externa (E3)</p>	<p>Não se aplica</p>

Fonte: Elaborado pela autora

A análise do processo de autoavaliação da Udesc, em relação aos padrões de responsabilização, revela um bom nível de organização e planejamento do processo de autoavaliação institucional. O padrão E1, que trata da estruturação do processo, foi plenamente atendido, demonstrando a existência de um sistema organizado e consistente. Contudo, o padrão E2, referente à documentação e acompanhamento das reflexões sobre a autoavaliação, apresenta pontos que podem ser melhorados. Considera-se ser de suma importância documentar adequadamente as atividades avaliativas e refletir criticamente sobre esses processos para assegurar a promoção de melhorias contínuas no processo de autoavaliação da Udesc. É fundamental que a instituição continue investindo na melhoria dos seus processos de avaliação, mantendo práticas transparentes, eficazes e participativas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo será apresentado uma síntese da trajetória metodológica e dos principais achados desta pesquisa, que buscou analisar a qualidade do processo de autoavaliação dos cursos de graduação da UDESC, tendo como referência os padrões de qualidade propostos pelo JCSEE. Além disso, serão elencadas as principais contribuições do estudo, suas limitações e as sugestões para pesquisas futuras, oferecendo um panorama dos resultados e relevância deste estudo para o campo da meta-avaliação voltada para o processo de autoavaliação institucional.

7.1 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

A presente pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa, combinando a análise documental que nos forneceu informações objetivas e contextuais e a aplicação de questionários meta-avaliativos, que captaram a percepção dos atores envolvidos em relação à qualidade do processo de autoavaliação de cursos de graduação.

Para alcance dos objetivos específicos, inicialmente, traçou-se um panorama da avaliação do ensino superior no Brasil, contextualizando o processo de autoavaliação da UDESC nesse cenário. Em seguida, procedeu-se a revisão de literatura, a seleção e análise de estudos que apresentavam instrumentos de meta-avaliação, com ênfase naqueles baseados nos padrões do JCSEE.

Essa análise resultou no desenvolvimento e validação de um instrumento meta-avaliativo adaptado à realidade institucional da UDESC. Esse instrumento foi aplicado junto às comissões de avaliação da UDESC, e os dados coletados, analisados à luz dos padrões de qualidade estabelecidos, trouxeram insights valiosos sobre as práticas de avaliação da instituição e seu alinhamento com os critérios de excelência.

A análise do processo de autoavaliação dos cursos de graduação da UDESC revelou diversos pontos fortes, tais como: existência de um projeto de avaliação bem estruturado, flexível e revisado periodicamente; comissões de avaliação compostas por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e sociedade civil assegurando diferentes perspectivas ao processo de autoavaliação; avaliadores

considerados confiáveis e com credibilidade junto à comunidade acadêmica para conduzir o processo de avaliação; a adoção de cronogramas semestral para orientar as atividades autoavaliativas; a utilização de um sistema acadêmico para coleta e gestão de dados a fim de assegurar a confiabilidade e segurança das informações; ações de sensibilização que facilitam o envolvimento e a transparência do processo; análise dos resultados da avaliação realizada de forma contextualizada, considerando o ambiente de cada curso; resultados da autoavaliação utilizados para melhorias, com o apoio dos gestores na implementação das recomendações.

Por outro lado, a pesquisa também identificou algumas fragilidades, como: a necessidade de ampliar a participação da comunidade acadêmica; intensificar as ações de sensibilização; aprimorar a comunicação dos resultados, assegurando que a informação chegue a todos os stakeholders de maneira célere e acessível; otimizar o software utilizado para gerenciamento das informações, tornando a interface mais intuitiva e incluindo funcionalidades para tratamento estatístico de dados; corrigir disparidades na estrutura de suporte entre a CPA e as CSAs; sistematizar as ações formativas e as reuniões regulares nas CSAs; alocar um orçamento específico para avaliação, a fim de ampliar as ações de capacitação, sensibilização e divulgação das CSAs; incluir a avaliação dos serviços do NAE e das chefias de departamento, aprimorar a comunicação das CSAs, tornando-a mais abrangente e transparente, com atualização frequente das informações nas páginas oficiais da comissão no *site* Udesc. Além disso, é necessário melhorar a documentação das reflexões sobre a avaliação, especialmente aquelas advindas do Seminário de Avaliação Institucional, assim como aprimorar a tempestividade das discussões e da entrega dos relatórios. Esses resultados nos indicam que há espaço para aprimorar o processo de autoavaliação de cursos de graduação da Udesc.

7.2 CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO

A pesquisa trouxe contribuições relevantes tanto para a UDESC quanto para o campo da avaliação institucional do ensino superior.

Este estudo representa um avanço em relação ao trabalho de Zimmermann (2021), principalmente por ter incorporado uma etapa de validação de conteúdo conduzidas por especialistas durante a adaptação do instrumento, assegurando maior

confiabilidade e validade aos resultados. A pesquisa contribui para o campo da avaliação institucional ao fornecer um instrumento validado por especialistas, voltado especificamente para avaliação do processo de autoavaliação de cursos. O instrumento desenvolvido pode servir como referência para outras instituições de ensino superior interessadas em avaliar e aprimorar seus processos de autoavaliação.

Além disso, a aplicação prática do questionário permitiu testar sua aplicabilidade e coletar dados sobre a qualidade do processo de autoavaliação na UDESC. O refinamento do instrumento e sua adaptação ao contexto institucional da UDESC permitiram uma análise mais aprofundada sobre a qualidade do processo de autoavaliação de cursos de graduação da Instituição, resultando em um diagnóstico mais abrangente do processo de autoavaliação, com a identificação de pontos fortes e fragilidades. O estudo trouxe contribuições para melhorar o processo de autoavaliação, além de evidenciar seu alinhamento com critérios de qualidade reconhecidos internacionalmente.

Assim, ao propor melhorias e fornecer um instrumento de meta-avaliação, o estudo colabora diretamente para a qualificação da autoavaliação na UDESC e contribuiu para a disseminação da prática meta-avaliativa no Brasil, uma área ainda pouco explorada no país.

7.3 SUGESTÕES DE TRABALHOS FUTUROS

Para além das contribuições mencionadas, esta pesquisa abre portas para uma série de estudos futuros.

Sugere-se expandir o processo meta-avaliativo para incluir também a avaliação das Ações da Udesc (AAU) e das Ações dos Cursos de Pós-Graduação (AAPG), além de ampliar o público-alvo, englobando não apenas os Diretores de Ensino, mas também gestores de cursos, como Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso.

Recomenda-se à Udesc, o acompanhamento do impacto da Resolução nº 056/2024- Consuni, que altera a Resolução nº 065/2018-CONSUNI, que que regulamenta o funcionamento da CPA e das CSAs da UDESC. Sugere-se monitorar o comportamento do processo autoavaliativo nos próximos anos, especialmente em relação a autonomia da CPA. A presidência da CPA agora passa a ser exercida de

forma permanente pelo(a) Coordenador(a) de Avaliação Institucional, órgão suplementar superior, vinculado ao Reitor e com coordenador por ele nomeado (Regimento Geral, art. 45). Anteriormente, a presidência da CPA era ocupada por membro eleito, o que potencialmente assegurava maior independência à comissão. A presidência da CPA até poderia ser ocupada pelo(a) coordenador(a) da Coordenadoria de Avaliação Institucional, desde que formalmente eleito pelos membros da CPA. É importante também observar como a CPA funcionará sem suplência de seus membros, pois, se o representante de um Centro não puder comparecer a uma reunião, o Centro ficará sem representação, o que pode resultar em decisões tomadas sem a devida consideração das perspectivas e necessidades do Centro. Outro aspecto que merece atenção especial, refere-se ao fim do veto à participação de diretores de CSAs. A exclusão dos diretores visava assegurar a autonomia e independência das CSAs. Assim, ao final de um novo ciclo avaliativo, seria importante realizar uma nova meta-avaliação para analisar o impacto das mudanças da resolução sobre o processo avaliativo.

É relevante também, analisar como a implementação do novo sistema de gestão acadêmica, a partir de 2025, influenciará os processos de autoavaliação da Udesc.

Ademais, o instrumento elaborado para esta pesquisa também pode ser aplicado em outras instituições, com adaptações de acordo com a realidade institucional, visto que nem todas as instituições possuem CSAs. O cotejo com os padrões *JCSEE* pode ser dispensado, uma vez que, sozinho, já contempla uma ampla gama de critérios para avaliar desde a composição das comissões até a meta-avaliação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Natália Morais Corrêa Borges de. Meta-avaliação: caminhos para o aperfeiçoamento de práticas avaliativas no Sistema de Ensino Naval. Rio de Janeiro, 2013.

ATVARS, Teresa Dib Zambon. *et al.* Meta-avaliação: processo, atributos e critérios da JCSEE aplicados ao processo de avaliação institucional da Unicamp. Instituto de Química, Universidade Estadual de Campinas, 2023.

BARREYRO, G. B; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. Avaliação, Campinas, SP, v. 13, n. 1, 2008.

BAUER, M. W., GASKELL, G., ALLUN, N. C., Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões, In: BAUER, M. W., GASKELL, G. (Org.) Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi, 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil DE 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.

_____. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. Brasília, 1994. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26694> Acesso em: 20 de mai. 2023.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 20 de mai. 2023.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004a.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Especial de Avaliação C. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira. Brasília: INEP, 2004b.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, DF, 2004c.

BUSTELO, Maria. Metaevaluation as a tool for the improvement and development of the evaluation function in public administrations. Conferência da Sociedade Europeia de Avaliação, Sevilha, 2002, Disponível em: <

http://evaluationcanada.ca/distribution/20021010_bustelo_maria.pdf>. Acesso em: Acesso em: 31 mai. 2023.

CARDOSO, Roberta Muriel; DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e educação no Brasil: avanços e retrocessos. Série Estudos - Periódico do Programa de Pós Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, p. 263-273, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Uma nova política para a educação superior brasileira, 1985. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>>. Acesso em: 26 mar.2023.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997.

DAVIDSON, E. J. Evaluation methodology basics. Thousands Oaks, CA: Sage, 2005.

DAVOK, Delsi Fries. Modelo de meta-avaliação de processos de avaliação da qualidade de cursos de graduação. 2006. 272 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. de. Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, p. 13-62, 2002.

_____. Avaliação da educação superior. São Paulo: Cortez, 2000

Elliot, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399538139011>>. Acesso em: 31 mai. 2023.

FERREIRA, Márcia da Silveira. Meta-avaliando uma autoavaliação do âmbito do Sinaes. 2012. 57 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2012.

FIRME, Thereza Penna; LETICHEVSKY, Ana Carolina. O desenvolvimento da capacidade de avaliação no século XXI: enfrentando o desafio através da meta-avaliação. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 180-195, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/79>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

Fitzpatrick, J.L.; SANDERS, J.R; WORTHEN, B.R. Program evaluation: alternative approaches and practical guidelines. Pearson Education, 2011.

GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (GERES). RELATÓRIO GERES. Brasília: Ministério da Educação, 1986 Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENES, Nelson Antonio Simão. Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de auto-avaliação em uma Instituição de Educação Superior. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006

GOULART, Joana Corrêa. Formação de professores e as relações étnico-raciais: um estudo com estudantes e professores de escolas públicas de Florianópolis. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

INEP. Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância - reconhecimento e renovação de reconhecimento. 2017. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

INEP. Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições. Brasília: INEP/SINAES, 2004a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2004b.

KAUARK, Fabiana. Metodologia da pesquisa: guia prático. Itabuna: Via *Litterarum*, 2010.

JACOB, S.; AFFRODEGON, W.S. Conducting quality evaluations: Four generations of meta-evaluation. *Spaz. Filos.* 2015, 13, 165–175.

Joint Committee on Standards for Educational Evaluation. (2018). Checklist of the program evaluation standards statements. Disponível em: <<https://wmich.edu/evaluation/checklists>>. Acesso em: 31 mai. 2023.

MARIANO, Angelica Leonel Socorro de Queiroz. Uma Proposta de Meta-Avaliação para a Autoavaliação Institucional da UFGD. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional). Universidade Federal da Grande Dourados, Brasília, 2022.

MARINS, Cláudia Marques de Oliveira; FERREIRA, Mônica; ORLANDO FILHO, Ovídio. Meta-avaliação do Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 8, Edição Especial, p. 37-56, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior. Relatório Final. Brasília, set. 1986.

MONTEIRO, Gina Torres Rego; DA HORA, Henrique Rego Monteiro. Pesquisa em Saúde Pública: Como Desenvolver e Validar Instrumentos de Coleta de Dados. Curitiba: Editora Appris. 2014.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA – PARU. Revista de Saúde Pública. São Paulo, v. 1, n. 17, 1983. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489101983000400010&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 31 mai. 2023.

RODRIGUEZ BILELLA, Pablo D. et al. Estándares de Evaluación para América Latina y el Caribe. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2016

SANDERS, James R. *General Background on the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*. Annual Meeting of the National Council on Measurement in Education, Montreal, Canada, 1999. Disponível em: <<https://evaluationstandards.org/wpcontent/uploads/2019/09/JCGeneralBackground.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2023.

SCAGLIONE, V. L. T.; COSTA, M. N. Avaliação da educação superior e a gestão universitária: padrões de qualidade definidos pelas instituições de ensino superior, pelo MEC e pela sociedade, incluindo ENADE, IDD, CPG e IGC. XI Congresso de Gestão Universitária “Gestão universitária, Cooperação Internacional e Compromisso Social”. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25965/2.12.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31 de mai. 2023.

SCRIVEN, M. Evaluation perspectives and procedures. In W. J. Popham (Ed.), *Evaluation in education*. Berkeley, CA: McCutchan, 1974.

_____. Key evaluation checklist. Kalamazoo, MI: The Evaluation Center, 2007. Disponível em: <http://www.wmich.edu/evalctr/archive_checklists/kec_feb07.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. Meta-evaluation revisited. *Journal of multidisciplinary evaluation*, 2009. Disponível em: https://journals.sfu.ca/jmde/index.php/jmde_1/article/download/220/215/0. Acesso em: 14 jun. 2023.

SILVA, Clarice de Fatima da. Meta-avaliação: processo de autoavaliação institucional de Universidades de Fronteira na América do Sul, 2020.

SILVA, Rogério Renato; JOPPERT, Márcia Paterno; GASPARINI, Max Felipe Vianna (organizadores). *Diretrizes para a prática de avaliação no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, 2020. Disponível em: <https://rbma.site/wp-content/uploads/2021/02/Diretrizes-para-a-pratica-de-avaliacao-no-Brasil_20ago20.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SOUZA, Carla Zottolo Villanova. A emergência das políticas de avaliação no processo de reforma da universidade brasileira. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Faculdade de Educação, 2012.

SOUZA PEDROSO, Júlia; DA SILVA, Kauana Soares; DOS SANTOS, Laiza Padilha. Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva. JICEX, v. 9, n. 9, 2017.

STAKE, R. E. *Evaluation design, instrumentation, data collection, and analysis of data*. In J. L. Davis (Ed.), *Educational evaluation*. Columbus, OH: State Superintendent of Public Instruction, 1969.

STUFFLEBEAM, D. L. Stufflebeam, D. L. (1971). *The relevance of the CIPP evaluation model for educational accountability*. *Journal of Research and Development in Education*, 5, 19–25. Disponível em: < <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED062385.pdf> >.

_____. *Metaevaluation: Occasional Paper No. 3. Western Michigan University Evaluation Center*. Kalamazoo, EUA, 1974. Disponível em: <https://www.globalhiveinfo.org/CapacityBuilding/Occasional%20Papers/03%20Meta-Evaluation.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023. >. Acesso em: 27 mai. 2023.

_____. *Meta-Evaluation*. *Journal Of Multidisciplinary Evaluation*, Kalamazoo, EUA, v. 7, n. 15, p. 99-158, fev. 2011. Disponível em: <https://journals.sfu.ca/jmde/index.php/jmde_1/article/view/300/295>. Acesso em: 25 mai. 2023.

_____. *The CIPP Model for Evaluation*, 2007. Disponível em: <http://rszarf.ips.uw.edu.pl/ewalps/teksty/cipp-model2003.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. *The metaevaluation imperative*. *American Journal of Evaluation*, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001.

UDESC. Novo sistema de gestão acadêmica da Udesc completa um ano. Disponível em: < <https://surl.li/gyrhmp> >. Acesso em 02 Dez. 2024.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional. Florianópolis, 2021. Disponível em: < <https://secon.udesc.br/consuni/resol-anexos/2021/049-2021-cni-anexo.pdf>>. Acesso em: 30 mai.2023.

_____. Projeto de Avaliação Institucional, 4ª. edição. Florianópolis, 2017. Disponível em:<<https://www.udesc.br/avalia%C3%A7%C3%A3oinstitucional/legislacao/interna>>. Acesso em: 15 out. 2024.

_____. Resolução n.065/2018/CONSUNI, 5ª. edição. Florianópolis, 2018. Disponível em:<<https://www.udesc.br/avalia%C3%A7%C3%A3oinstitucional/legislacao/interna>>. Acesso em: 15 out. 2024.

_____. Projeto de Avaliação Institucional, 6ª. edição. Florianópolis, 2023. Disponível em:<<https://www.udesc.br/avalia%C3%A7%C3%A3oinstitucional/legislacao/interna>>. Acesso em: 15 out. 2024.

_____. Resolução n.56/2024/CONSUNI, Florianópolis, 2024. Disponível em:<<https://www.udesc.br/avalia%C3%A7%C3%A3oinstitucional/legislacao/interna>>. Acesso em: 15 out. 2024.

YARBROUGH, Donald B. *et al.* *The program evaluation standards: A guide for evaluators and evaluation users*. 3ª Edição. SAGE Publications, 2011.

ZIMMERMANN, Melissa Maria de Souza. Avaliação Institucional: proposta de instrumento de meta-avaliação para avaliação interna de IES. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária). Centro Socio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

APÊNDICES**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO CPA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM MÉTODOS E GESTÃO EM AVALIAÇÃO

Prezada Presidente da Comissão Própria de Avaliação - CPA

Cumprimentando cordialmente, gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa intitulada “Meta-Avaliação do Processo de Avaliação das Ações dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina”, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, pela mestrandia Juciane Rodrigues de Abreu, sob coordenação das professoras Andrea Cristina Konrath e Andreia Zanella.

A pesquisa tem por objetivo analisar a qualidade do processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação (AAC), tendo por base os padrões de qualidade propostos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*.

A participação é voluntária e consiste em responder um questionário composto de 12 questões, indicando seu grau de concordância com cada item.

Contando com a sua colaboração, agradecemos antecipadamente sua participação e nos colocamos à disposição para esclarecer possíveis dúvidas.

Prof.^a Dr.^a Andrea Cristina Konrath – Orientadora da pesquisa

Prof.^a Dr.^a Andreia Zanella – Coorientadora da pesquisa

Juciane Rodrigues de Abreu – Pesquisadora

**META-AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA
CATARINA**

Assinale com um X apenas o quadro correspondente ao que, na sua opinião, indica o grau de concordância com cada um dos itens.

QUESTIONÁRIO COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1. A CPA/CSA propõe ações formativas visando à capacitação de pessoas para os processos de avaliação institucional					
2. A CPA/CSA atua com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na UDESC/Centro, no que tange suas atribuições de condução dos processos de autoavaliação					
3. Há reuniões periódicas da CPA/CSA para sistematização de demandas e discussões/reflexões sobre o processo de autoavaliação de cursos					
4. O orçamento da Udesc possui previsão financeira para o atendimento de despesas provenientes da realização do processo de avaliação institucional					
5. Há divulgação de cronograma de atividades antes de cada processo de autoavaliação de curso					
6. Os instrumentos de avaliação são revisados periodicamente com participação da comunidade acadêmica					
7. A CPA/CSA em conjunto com a direção de ensino desenvolve ações de sensibilização da comunidade acadêmica antes de cada processo de autoavaliação de curso					
8. Há utilização de <i>software</i> específico para gerenciamento de informações, aplicação dos instrumentos, coleta e tratamento estatísticos dos dados					
9. As ações de autoavaliação de curso são planejadas e conduzidas respeitando os princípios éticos e os direitos humanos					
10. A CPA/CSA oferece suporte aos gestores para compreensão dos resultados da autoavaliação de cursos					
11. A CPA/CSA realiza reflexões sobre a própria condução da atividade de autoavaliação de cursos: estratégias utilizadas, dificuldades e avanços apresentados					
12. A CPA/CSA mantém registros de todas as etapas do processo de autoavaliação, inclusive sobre as reflexões da própria condução da atividade avaliativa					

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO CSA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM MÉTODOS E GESTÃO EM AVALIAÇÃO

Prezado(a) Presidente da Comissão Setorial de Avaliação - CSA

Cumprimentando cordialmente, gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada “Meta-Avaliação do Processo de Avaliação das Ações dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina”, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, pela mestrandia Juciane Rodrigues de Abreu, sob coordenação das professoras Andrea Cristina Konrath e Andreia Zanella.

A pesquisa tem por objetivo analisar a qualidade do processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação (AAC), tendo por base os padrões de qualidade propostos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*.

A participação é voluntária e consiste em responder um questionário composto de 16 questões, indicando seu grau de concordância com cada item.

Contando com a sua colaboração, agradecemos antecipadamente sua participação e nos colocamos à disposição para esclarecer possíveis dúvidas.

Prof.^a Dr.^a Andrea Cristina Konrath – Orientadora da pesquisa

Prof.^a Dr.^a Andreia Zanella – Coorientadora da pesquisa

Juciane Rodrigues de Abreu – Pesquisadora

META-AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Assinale com um X apenas o quadro correspondente ao que, na sua opinião, indica o grau de concordância com cada um dos itens.

QUESTIONÁRIO COMISSÃO SETORIAL DE AVALIAÇÃO - CSA

QUESTÕES	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1. A CPA/CSA propõe ações formativas visando à capacitação de pessoas para os processos de avaliação institucional					
2. A CPA/CSA atua com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na UDESC/Centro, no que tange suas atribuições de condução dos processos de autoavaliação					
3. Há reuniões periódicas da CPA/CSA para sistematização de demandas e discussões/reflexões sobre o processo de autoavaliação de cursos					
4. O orçamento da Udesc/Centro de Ensino possui previsão financeira para o atendimento de despesas provenientes da realização do processo de avaliação institucional					
5. Os instrumentos de avaliação são revisados periodicamente com participação da comunidade acadêmica					
6. A CPA/CSA em conjunto com a direção de ensino desenvolve ações de sensibilização da comunidade acadêmica antes de cada processo de autoavaliação de curso					
7. As informações coletadas por meio da autoavaliação são relevantes para indução de qualidade dos cursos de graduação					
8. A CSA possui estratégias adicionais para manter a segurança, o sigilo e a proteção dos dados de autoavaliação de cursos no âmbito dos Centros					
9. As ações de autoavaliação de curso são planejadas e conduzidas respeitando os princípios éticos e os direitos humanos					
10. As discussões dos resultados da autoavaliação no Centro ocorrem em tempo hábil, favorecendo a implementação das recomendações de forma oportuna					
11. A CSA em conjunto com os gestores do Centro cria estratégias para discutir os resultados da autoavaliação de curso e as recomendações do NDE com todos os segmentos acadêmico					

QUESTÕES	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
12. Os gestores apoiam as deliberações dos NDEs e dão suporte para implementação de suas recomendações					
13. A CSA em conjunto com os gestores do Centro utiliza diferentes estratégias para divulgação dos resultados da autoavaliação de forma a atender cada segmento acadêmico					
14. A CPA/CSA oferece suporte aos gestores para compreensão dos resultados da autoavaliação de cursos					
15. A CPA/CSA realiza reflexões sobre a própria condução da atividade de autoavaliação de cursos: estratégias utilizadas, dificuldades e avanços apresentados					
16. A CPA/CSA mantém registros de todas as etapas do processo de autoavaliação, inclusive sobre as reflexões da própria condução da atividade avaliativa					

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DIRETOR(A) DE ENSINO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM MÉTODOS E GESTÃO EM AVALIAÇÃO

Prezado(a) Diretor(a) de Ensino de Graduação

Cumprimentando cordialmente, gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada “Meta-Avaliação do Processo de Avaliação das Ações dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina”, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, pela mestranda Juciane Rodrigues de Abreu, sob coordenação das professoras Andrea Cristina Konrath e Andreia Zanella.

A pesquisa tem por objetivo analisar a qualidade do processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação (AAC), tendo por base os padrões de qualidade propostos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*.

A participação é voluntária e consiste em responder um questionário composto de 6 questões, indicando seu grau de concordância com cada item.

Contando com a sua colaboração, agradecemos antecipadamente sua participação e nos colocamos à disposição para esclarecer possíveis dúvidas.

Prof.^a Dr.^a Andrea Cristina Konrath – Orientadora da pesquisa

Prof.^a Dr.^a Andreia Zanella – Coorientadora da pesquisa

Juciane Rodrigues de Abreu – Pesquisadora

**META-AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA
CATARINA**

Assinale com um X apenas o quadro correspondente ao que, na sua opinião, indica o grau de concordância com cada um dos itens.

QUESTIONÁRIO DIREÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - DEG

QUESTÕES	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1. Os instrumentos de avaliação são revisados periodicamente com participação da comunidade acadêmica					
2. A CPA/CSA em conjunto com a direção de ensino desenvolve ações de sensibilização da comunidade acadêmica antes de cada processo de autoavaliação de curso					
3. As informações coletadas por meio da autoavaliação são relevantes para indução de qualidade dos cursos de graduação					
4. As discussões dos resultados da autoavaliação no Centro ocorrem em tempo hábil, favorecendo a implementação das recomendações de forma oportuna					
5. A CSA em conjunto com os gestores do Centro cria estratégias para discutir os resultados da autoavaliação de curso e as recomendações do NDE com todos os segmentos acadêmico					
6. Os gestores apoiam as deliberações dos NDEs e dão suporte para implementação de suas recomendações					

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



GABINETE DO REITOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa mestrado intitulada "Meta-Avaliação do Processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina", que fará aplicação de questionário, que tendo como objetivo geral analisar a qualidade do processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação (AAC), tendo por base os padrões de qualidade propostos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (Comitê Conjunto de Padrões para Avaliação Educacional). Os objetivos específicos da pesquisa são: descrever a trajetória da avaliação do ensino superior brasileiro e situar a avaliação da Udesc neste contexto; compreender o processo de autoavaliação da Udesc; identificar padrões de qualidade aplicáveis ao processo de autoavaliação institucional e os principais instrumentos desenvolvidos para avaliar o atendimento aos padrões; propor um instrumento com critérios que possam medir a qualidade dos processos de AAC; validar o conteúdo do instrumento proposto; aplicar o instrumento de meta-avaliação; analisar os dados à luz dos padrões estabelecidos pelo Comitê Conjunto de Padrões para Avaliação Educacional (JCSEE).

Esta pesquisa envolve ambientes virtuais, caso aceite o convite, você responderá um questionário eletrônico no Google Forms, indicando seu grau de concordância com cada item apresentado, baseado na sua percepção do processo de autoavaliação de cursos da Udesc. Não é obrigatório responder todas as perguntas.

Por isso, antes de responder às perguntas disponibilizadas em ambiente não presencial ou virtual, será apresentado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para a sua anuência. Esse Termo de Consentimento será enviado por e-mail e seu consentimento será efetivado mediante sua assinatura no Termo. O TCLE poderá ser assinado digitalmente com a mesma validade de um documento com assinatura física, conforme regulamentado pelo Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020.

As informações coletadas serão armazenadas e tratadas no computador pessoal da pesquisadora em pasta protegida com senha, sendo que todo e qualquer registro do aplicativo de gerenciamento de pesquisas (Google Forms) serão deletados. Os dados baixados serão mantidos por até cinco anos, após esse período serão excluídos e destruídos definitivamente por meio do software livre Eraser ou similar.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado(a) pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de danos, decorrentes da pesquisa, será garantida a indenização. A pesquisa fará uso de formulário eletrônico (Google Forms – Ferramenta gratuita) sem custo para o participante e com acesso por meio de dispositivo de sua propriedade.

Os riscos destes procedimentos serão como possível sensação de desconforto ao responder o questionário. Se isto ocorrer, a pesquisadora estará à disposição para prestar suporte imediato, além disso, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Em razão da pesquisa ocorrer em ambiente virtual para armazenamento das respostas, há limitações para assegurar total confidencialidade dos dados. Por isso, para minimizar este risco, assim que terminada a coleta das informações será realizado o download dos dados para pasta protegida com senha em computador pessoal da pesquisadora, em seguida será apagado todo e qualquer registro da plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

A sua identidade será preservada pois cada indivíduo será identificado por um número.

Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, CEP 88035-901, Florianópolis, SC, Brasil.

Telefone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – Lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo não serão diretos, no entanto, indiretamente, você poderá se beneficiar por meio dos resultados produzidos pela pesquisa, visto que se espera produzir informações úteis para o aprimoramento e o fortalecimento do processo de autoavaliação da Udesc, a fim de contribuir na melhoria contínua da prática avaliativa e por conseguinte na gestão e na qualidade do ensino. Vislumbra-se ainda, contribuir na ampliação do conhecimento relativo à meta-avaliação

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos da pesquisa serão os seguintes pesquisadores: mestranda Juciane Rodrigues de Abreu do Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação (PPGMGA) da Universidade Federal de Santa Catarina, sob responsabilidade e orientação da professora Dra. Andrea Cristina Konrath e coorientação da professora Dra. Andreia Zanella.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

É importante que o (a) senhor(a) guarde em seus arquivos uma cópia deste termo, encaminhado individualmente por e-mail.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: Andrea Cristina Konrath

NÚMERO DO TELEFONE: (48) 3721-2735

ENDEREÇO ELETRÔNICO: andrea.ck@ufsc.br

ASSINATURA DO PESQUISADOR:



Documento assinado digitalmente
Andrea Cristina Konrath
Data: 02/11/2023 16:54:25 (GMT-03:00)
CPF: 111.370.610-11
Verifique as assinaturas em <https://sistema.ufsc.br>

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP SH/UDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – Lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____

Local: _____ Data: ____/____/____.

Avenida Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, CEP 88035-901, Florianópolis, SC, Brasil.

Telefone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – Lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM MÉTODOS E GESTÃO EM AVALIAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "*Meta-Avaliação do Processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina*", que será conduzida pela mestranda Juciane Rodrigues de Abreu do Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação (PPGMGA) da Universidade Federal de Santa Catarina, sob responsabilidade e orientação da professora Dra. Andrea Cristina Konrath e coorientação da professora Dra. Andreia Zanella.

A pesquisa tem por objetivo analisar a qualidade do processo de Avaliação das Ações de Cursos de Graduação (AAC) da Universidade do Estado de Santa Catarina, tendo por base os padrões de qualidade propostos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (Utilidade, Visibilidade, Propriedade, Precisão e Responsabilização).

Caso você aceite o convite, você responderá um questionário eletrônico, indicando seu grau de concordância com cada item apresentado, baseado na sua percepção do processo de autoavaliação de cursos da Udesc.

A pesquisa não te trará benefício direto, no entanto, indiretamente, você poderá se beneficiar por meio dos resultados produzidos pela pesquisa, visto que se espera produzir informações úteis para o aprimoramento e o fortalecimento do processo de autoavaliação da Udesc, a fim de contribuir na melhoria contínua da prática avaliativa e por conseguinte na gestão e na qualidade do ensino. Vislumbra-se ainda, contribuir na ampliação do conhecimento relativo à meta-avaliação.

Sua participação na pesquisa poderá oferecer riscos mínimos a você, como possível sensação de desconforto ao responder o questionário. Se isto ocorrer, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa.

Não haverá qualquer despesa para o participante da pesquisa, bem como não haverá compensação financeira. A participação é totalmente voluntária. No entanto, caso você tenha alguma despesa ou qualquer prejuízo financeiro em decorrência desta pesquisa, você terá garantia de ressarcimento. Ademais, diante de eventuais danos provenientes da sua participação, você terá assegurado o direito à indenização.

A pesquisa será conduzida de acordo com o que preconiza a Resolução CNS nº 510/2016, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. A sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo.

Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, sendo que os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros e/ou publicados em revistas científicas, entretanto, estes mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Após o encerramento do prazo de resposta, os dados serão baixados no computador pessoal da pesquisadora e o arquivo eletrônico da plataforma será apagado. Os dados salvos ficarão arquivados por um período de 5 (cinco) anos, uma vez expirado o período de armazenamento, os dados serão deletados. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando ela for concluída.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com a pesquisadora responsável, professora Dra. Andrea Cristina Konrath, telefone: (48) 3721-2735, e-mail: andrea.ck@ufsc.br ou com a pesquisadora Juciane Rodrigues de Abreu, telefone (49) 99829835, e-mail jucianeabreu16@gmail.com, endereço Rua Presidente Lincoln, 125 – Bairro Beatriz, Lages/SC.


Em caso de dúvidas sobre os aspectos éticos, você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC) localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, no Prédio Reitoria II, 7º andar, sala 701, Trindade, Florianópolis. Telefone para contato: 3721-6094, e-mail cep.propesq@contato.ufsc.br. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, que analisa e aprova estudos de pesquisa com seres humanos, observando interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade a fim de contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Dois vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelas pesquisadoras, lembre-se de guardar cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e de seus direitos como participante da pesquisa.


Eu, _____, entendo os meus direitos como participante desta pesquisa e voluntariamente consinto em participar desse estudo.

Florianópolis (SC), 01 de setembro de 2023.

Assinatura do(a) participante

 Documento assinado digitalmente
 ANDREA CRISTINA KONRATH
 Data: 01/09/2023 12:08:15 -0300
 CPF: ***.372.612-**
 Verifique as assinaturas em <https://sica.ufsc.br>

Assinatura da pesquisadora principal e orientadora da pesquisa

 Documento assinado digitalmente
 JUCIANE RODRIGUES DE ABREU
 Data: 01/09/2023 12:08:15 -0300
 CPF: ***.372.612-**
 Verifique as assinaturas em <https://sica.ufsc.br>

Assinatura da pesquisadora assistente

ANEXOS

ANEXO – INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO PARA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE IES – ZIMMERMANN (2021)

INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO PARA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE IES				
IES: _____ ANO: _____				
RESPONSÁVEL PELA META-AVALIAÇÃO: _____				
Etapa	Fase	Questão	Avaliação	Justificativa
Preparação	Constituição	1. A regulamentação interna da IES estabelece a forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		2. Há participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada na comissão, sem existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		3. A CPA atua com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		4. Há capacitação continuada para os membros da CPA.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	Sensibilização	5. A sensibilização da Comunidade Acadêmica é realizada anualmente pela CPA.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		6. A CPA estabelece estratégias de sensibilização específicas para cada um dos públicos envolvidos na autoavaliação institucional.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		7. As estratégias de sensibilização visam promover o engajamento crescente de todos os públicos envolvidos na autoavaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

Elaboração do Projeto	8. Há projeto de autoavaliação elaborado pela CPA para o ciclo avaliativo vigente.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	9. O projeto de autoavaliação contempla as necessidades institucionais de acordo com o PDI, bem como atende os requisitos estabelecidos na legislação e nos instrumentos de avaliação externa.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	10. Todos os membros da CPA contribuem na elaboração e execução do projeto de autoavaliação institucional e revisitam periodicamente este documento a fim de embasar suas ações.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
Ações	11. Há reuniões periódicas da CPA para sistematização de demandas/ideias/sugestões acerca do processo de avaliação interna.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	12. Há conhecimento da CPA sobre a Lei do SINAES e das demais legislações referentes a autoavaliação institucional.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	13. Há realização de reuniões da CPA com os demais órgãos da instituição a fim de coletar informações e discutir sobre a autoavaliação (Gestão, NDE, colegiados etc.).	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	14. Há criação de grupo focal, ou entrevistas com vários segmentos da comunidade acadêmica, para discutir os resultados e elaboração do Plano de Melhorias.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
Levantamento de Dados e Informações	15. A CPA se utiliza de diversos instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	16. Há participação de todos os membros da CPA na elaboração dos instrumentos de pesquisa.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	17. Há definição prévia de metodologia para a coleta de dados, a fim de sustentar as análises posteriores.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	18. As 10 dimensões do SINAES estão contempladas nos instrumentos de avaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

Análise das Informações e Relatórios Parciais	19. As análises das informações são realizadas pela CPA, com base na metodologia definida.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
	20. Os resultados da avaliação externa e de desempenho de estudantes são considerados para a análise das informações.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
	21. Os relatórios parciais contemplam uma visão analítica e interpretativa dos resultados obtidos em cada etapa da avaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
	22. O relatório parcial contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência, explicitando os eixos trabalhados.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
	23. A CPA se preocupa em subsidiar com suas análises a gestão institucional.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
Consolidação	Relatório	24. Os relatórios parciais e integral são encaminhados anualmente ao MEC, dentro do prazo estabelecido.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		25. O relatório integral contempla o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, a sua relação com o PDI e aborda todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		26. O relatório integral é apresentado em cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		27. Há transparência, no relatório anual, com relação as soluções apontadas e implantadas definidas no Plano de Melhorias.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		28. O relatório apresenta as ações da CPA, bem como a avaliação do processo de autoavaliação institucional, apresentando recomendações específicas de melhoria do processo.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
Divulgação	29. É realizada divulgação dos resultados de modo a oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		

		30. Há criação de mentoria ou outra estratégia junto aos segmentos da comunidade academia (interna) para auxiliá-los na análise dos resultados da autoavaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		31. A CPA realiza ação para auxílio à comunidade externa a interpretar e analisar os resultados da autoavaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		32. Os resultados da avaliação interna são apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	Balanco Crítico	33. O plano de melhorias elaborado pela CPA, é apresentado para a gestão da IES, para sua aplicação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		34. Há interação da CPA com a gestão da IES para aplicação do plano de melhorias, consolidando o processo de autoavaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		35. A CPA analisa, ao final de cada ano, as estratégias utilizadas, as dificuldades e os avanços apresentados.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		36. É realizada uma avaliação de cada uma das etapas do processo de autoavaliação a fim de discutir e implementar melhorias para o próximo ciclo.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

A = Atinge todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.

B = Atinge a maioria dos aspectos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro.

C = Trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais, ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.

D = Tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.

E = Perde o ponto totalmente

Fonte: Elaborado pela autora (2021), legenda (DAVIDSON, 2005, p.217).